



PLANO DE GOVERNO

O Governador de todos os capixabas

MANATO

2022

SUMÁRIO

Introdução.....	3
Administração – Reestruturação.....	4
Agro Sustentável.....	7
Assistência Social e Direitos Humanos.....	12
Cultura.....	16
Desenvolvimento Econômico e Tecnologia.....	25
Educação.....	34
Esporte e Lazer.....	41
Infraestrutura e Mobilidade Urbana.....	51
Justiça.....	52
Meio Ambiente.....	62
Saúde.....	68
Segurança Pública.....	137
Turismo.....	141
Conclusão.....	152

INTRODUÇÃO

Este Programa de Governo são as minhas ideias para o Espírito Santo e de uma equipe que tem os mesmos valores e perspectivas para a sociedade capixaba. Essas ideias foram sendo pensadas ao longo de toda uma vida e se intensificaram depois que entrei para a carreira política. São 20 anos trabalhando em prol do meu Estado, conversando com pessoas, visitando lugares e conhecendo bem de perto as necessidades e os sonhos de tanta gente.

Ouvi atentamente, não apenas a população, mas também profissionais de alguns setores e pedi sugestões para tentar colocar neste papel o que pretendemos fazer na prática, no dia-a-dia de uma gestão estadual. No entanto, ainda precisamos ouvir alguns segmentos que trabalham para o desenvolvimento do nosso Estado e, como em um quebra-cabeças a ser montado, aperfeiçoar nossas ideias com um foco único: o bem-estar dos capixabas e a construção de um Espírito Santo melhor. Tenho certeza, que dessa forma, construiremos um Programa de Governo factível de ser colocado em prática e, se Deus quiser, o melhor Programa de Governo de todo o País.

Humildemente, apresento este Programa para ser discutido com a sociedade capixaba. Vamos aceitar as sugestões construtivas, o reestruturando sempre que necessário para que o melhor seja levado aos capixabas. Como todos sabem, a vida nos ensina, e eu sei que este Programa aqui apresentado, é apenas um pequeno pedaço do que pretendemos fazer em nossa gestão. Quero aprender a cada dia, para construir um Espírito Santo onde cada capixaba e cada pessoa que aqui vier, sinta orgulho de estar e morar nesta terra onde nasci e amo verdadeiramente.

ESPÍRITO SANTO ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS!

ADMINISTRAÇÃO

É imprescindível que o recurso público seja bem administrado, gastando-se menos do que se arrecada sem, no entanto, deixar a população desassistida. Para isso, é necessário que várias medidas sejam tomadas para termos uma máquina eficiente, que cumpra com as obrigações do Poder Público e atenda a sociedade de maneira justa e correta. Sendo assim, pensamos que uma reforma administrativa seja necessária e urgente objetivando-se o corte de gastos e o crescimento da economia. Para tal, elaboramos as seguintes propostas:

Reforma Administrativa

- I) Corte de 20% das Secretarias do Estado, das subsecretarias e dos cargos comissionados, preservando as áreas de saúde, educação e segurança;
- II) O perfil do secretariado será, preferencialmente técnico. Deverá ter compromisso com a população e ser ficha limpa. Caso seja político, deverá ter um compromisso moral com o mandato, garantindo o equilíbrio laboral do Executivo, concordando em não se candidatar a cargo eletivo no ano de 2024;
- III) O secretariado só utilizará carros oficiais para tarefas ou compromissos inerentes ao cargo público e de interesse público. Não será permitido o uso de veículos oficiais para o percurso da residência para o trabalho e vice-versa ou qualquer outro percurso que não seja de interesse público. Esta norma valerá, também, para instituições, autarquias e empresas públicas;
- IV) Discutir com todas as categorias de servidores e com os sindicatos sobre as contas do Estado, no intuito de dar mais conhecimento e transparência, àquele que trabalha em prol do bem público e para a sociedade capixaba;
- V) Realizar estudo minucioso no mês de dezembro, para que o servidor tenha

reajuste de perdas salariais, em decorrência da inflação anual;

VI) Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, treinamentos e medidas que não onerem a folha de pagamento. Iremos valorizar o servidor público, mas não com promessas vagas, sem demagogias. Terei boa vontade em dialogar com todos os meus colaboradores e, juntos, encontrarmos uma solução para eventuais problemas. Com a economia do enxugamento da máquina, pretendo investir na valorização dos servidores com capacitação e treinamentos. Entretanto, cuidarei do dinheiro público com mãos de ferro e serei o servidor público número UM do Estado do Espírito Santo;

VII) Realizar um estudo minucioso, com realização de auditorias, para observar o crescimento da receita e, desta forma, ver a possibilidade de recomposição salarial para os servidores;

VIII) Corte de 20% dos servidores que servem ao Palácio Anchieta e à residência oficial da Praia da Costa;

IX) Ficará proibida a compra de alimentos perecíveis, bebidas alcóolicas e refrigerantes para a residência oficial da Praia da Costa. A alimentação nesta residência será custeada pelo próprio governador. Os funcionários que servem esta casa receberão tíquetes alimentação;

X) Ficará permitida a compra de material de higiene, limpeza e reparos para a residência oficial da Praia da Costa;

XI) Será proibido, auxiliares de serviços gerais, copeiros, cozinheiros, garçons e garçonetes, trabalharem na residência oficial do governador aos sábados, domingos e feriados. A carga horária destes servidores será de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira. Caso necessite utilizar a residência nestes dias, o governador custeará seus próprios empregados;

XII) No mês de janeiro de 2023, uma comissão formada pelo Ministério Público, por um policial civil e um policial militar, acompanhado pela imprensa

fará uma fiscalização na residência oficial da Praia da Costa e todos os itens alimentares que estiverem dentro desta residência serão retirados e transferidos para o Palácio Anchieta;

XIII) Realizar um levantamento dos gastos da máquina administrativa, identificando pontos de desperdícios e compra de produtos considerados supérfluos;

XIV) Será instalado ponto eletrônico digital no Palácio Anchieta e na residência oficial da Praia da Costa para que o governador marque sua presença com a digital, no local em que estiver dando expediente. Em serviços externos, comprovará presença por meio de fotos, assinaturas ou comprovantes de comparecimento;

“Antes de tudo, sou médico e trabalhei 16 anos na Câmara dos Deputados, em Brasília e tenho orgulho em dizer que sou um deputado assíduo. Foram 13 anos consecutivos sem falta, sendo que a última vez que estive ausente em uma sessão, foi no enterro do meu pai. Não tenho receio algum em ser fiscalizado, pois sei que estou lidando com o bem público. Quero levar para o Executivo essa minha boa conduta e a transparência que sempre imprimi no Legislativo”. Carlos Manto

XV) Criação da Casa dos Prefeitos e Vereadores que trabalhará no acolhimento e atendimento a prefeitos e vereadores. Os municípios terão projetos viabilizados pelo governo do Estado, por meio de convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo (Crea). Os projetos serão padronizados e encaminhados a cada Prefeitura para análise. A proposta é seguir um padrão de projetos de quadras esportivas, unidades de saúde, escolas e creches, entre outros, que serão adaptados a cada realidade municipal, para captação de recursos estadual e federal, bem como a utilização de recursos próprios;

A degradação ambiental, em todos os sentidos, como enchentes constantes ceifando inúmeras vidas, áreas degradadas, desmatamento, rios secos, outrora volumosos, águas poluídas, demonstram que estamos no caminho errado. Precisamos de novos modelos de uso da terra. Uma nova agricultura.

O Agro Sustentável

Não podemos continuar agindo da forma atual. Refletir e buscar novos caminhos é necessário. É preciso inserir vida no sistema e regenerar, seja no modelo econômico, político ou social.

O AGRO se modernizou, tornou-se um local de vida saudável e digna, com produção de alimentos de alta qualidade e integração com todos os outros segmentos da sociedade. É o AGRONEGÓCIO COM SUSTENTABILIDADE, com implantação de tecnologias sustentáveis e utilização de práticas que visam a preservação do meio ambiente.

Uma nova visão econômica e de respeito ao meio ambiente, com redução do uso de produtos químicos, implementação de ações que promovam a redução da emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera e recuperação de áreas degradadas. É preciso recuperar a funcionalidade ambiental.

O Governo Manato para o Espírito Santo, propõe levar ao campo uma realidade transformadora, com inserção da conectividade no meio rural, promoção e difusão de tecnologias e serviços inovadores, dentro dos preceitos do AGRO 4.0, com integração dos elos das cadeias produtivas, agregação de valor e rastreabilidade da produção, elevando a competitividade.

Para isto, os principais eixos de ação são:

I) Inserir os novos paradigmas estratégicos com agendas que reduzam o impacto ambiental, a redução de emissão de gases poluentes, a preservação da biodiversidade, o saneamento rural e o uso eficiente dos recursos naturais, com vista ao aumento da sustentabilidade e da competitividade do agronegócio capixaba;

II) Promover e conjugar esforços com maior sinergia entre as instituições no âmbito Federal, Estadual e Municipal com participação do setor privado, para estimular as aplicações de tecnologias digitais associadas às cadeias produtivas e fornecedores voltadas ao desenvolvimento rural sustentável do Espírito Santo;

III) Promover e estimular a aproximação do meio rural com os grandes centros consumidores urbanos por meio da inovação e inserção da agricultura digital em busca de maior eficiência da logística de distribuição de alimentos, com redução das distâncias entre as pessoas, gerando valor e renda e fixando o jovem no campo;

IV) Promover a inserção da agenda AGRO 4.0 nas atividades agropecuárias para o crescimento socioeconômico no campo, criando e abrindo novas oportunidades para os produtores rurais e facilitando o acesso às previsões de safras e de clima, informações de mercado, inovações técnicas e gerenciais, boas práticas, assistência e capacitação em temporeal e literalmente, na palma da mão;

V) Democratizar o acesso dos produtores rurais às soluções tecnológicas compartilhadas e, em especial àqueles em condições mais vulneráveis;

VI) Fomentar o sistema de produção agropecuária, por meio da organização das Cadeias Produtivas de origem animal e vegetal, em AGROPOLOS – cafeicultura, fruticultura, floricultura, olericultura, piscicultura e pecuária;

VII) Promover a diversificação e a inclusão social com geração de emprego, renda e qualidade de vida no meio rural;

VIII) Fomentar as boas práticas de produção agropecuária, com adoção dos critérios socioambientais e éticos de forma sistemática, para o fortalecimento do agronegócio no Espírito Santo;

IX) Fortalecer a Agricultura Familiar, com incentivos à inclusão da mulher, das comunidades tradicionais e de quilombolas, para maior eficiência da gestão da produção e da propriedade rural, grande responsável pela produção de alimentos que chegam à mesa dos capixabas;

X) Valorizar as agricultoras, os agricultores e jovens rurais por meio de capacitação continuada no uso de práticas agropecuária sustentáveis, preservação dos recursos naturais (água e solo);

XI) Incentivar a adoção de sistemas de produção orgânicos e agroecológicos;

XII) Incentivar programas, ações e parcerias público-privada com implantação de processos e ferramentas gerenciais eficientes para fortalecer a gestão da propriedade rural e o processo de sucessão familiar;

XIII) Promover um sistema de atendimento rápido e eficiente das demandas do setor agropecuário na área de Pesquisa e Inovação, Assistência Técnica e Extensão Rural, Comercialização e Marco Legal para o fortalecimento da competitividade da produção capixaba de alimentos nas diversas cadeias produtivas de origem vegetal e animal;

XIV) Implantar um sistema integrado de segurança no meio rural com monitoramento do escoamento de produção;

XV) Investir em programas de melhoria da qualidade da produção e comercialização, com incentivos para a rastreabilidade da produção agropecuária de produtos de origem animal e vegetal;

XVI) Incentivar o uso de energia renovável (fotovoltaica), tecnologia digital e segurança de dados no meio rural;

XVII) Implementar um sistema de licenciamento eficiente para a preservação hídrica com recuperação de nascentes, construção de barragens e represas, transformando o produtor rural em produtores de água;

XVIII) Proporcionar a melhoria da infraestrutura rural com manutenção das estradas rurais, substituição das pontes de madeiras por pontes de concreto, construção de caixas secas, para viabilizar o escoamento da produção, a mobilidade das famílias rurais e o transporte escolar com maior eficiência;

XIX) Promover um sistema de incentivo fiscal para a produção da agroindústria capixaba e implantar sistemas de rastreabilidade da produção de alimentos;

XX) Inserir a inovação e integração institucional para ampliar e fortalecer o associativismo, cooperativismo, capacitação e gestão das propriedades rurais;

XXI) Investir na comunicação (telefonia rural), eletrificação rural e educação para garantir a conectividade e a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

XXII) Incentivar o Planejamento Rural com o uso de ferramentas de geoprocessamento tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento;

XXIII) Viabilizar a inserção competitiva da economia estadual, especialmente com o adensamento das cadeias produtivas;

XXIV) Incentivar o desenvolvimento do agroturismo, da recuperação florestal, do agronegócio, do acesso aos meios de comercialização direta produtor x consumidor;

XXV) Incentivar a agricultura de exportação, mas com valor agregado interno;

XXVI) Desenvolver programas relacionados com orientação para o manejo adequado do solo, de uso de produtos químicos, reflorestamento, preservação de remanescentes verdes, cursos de água e estradas internas, com abordagem integrada e execução orientada pelas microbacias hidrográficas;

XXVII) Fortalecer a segurança na área rural e combater a violência no campo;

XXVIII) Incentivar ações de integração entre o governo do Estado, prefeituras municipais e instituições não governamentais para estabelecer mecanismos de vigilância rural;

XXIX) Mapear os produtos capixabas “especiais” e criar SELOS e CERTIFICAÇÕES de produtos de alta qualidade capixaba;

XXX) Integrar o meio rural no sistema de e-commerce (treinamento e condições de atender ao mercado);

XXXI) Integrar as pastagens aos novos modelos de uso da terra com a inserção do agrossilvipastoril;

XXXII) Desenvolver programas para agregação de valor econômico às pastagens (atividade pecuária);

XXXIII) Incentivar plantio de recursos madeireiros e não madeireiros, de interesse do mercado, para a redução dos passivos ambientais e promoção da recuperação da cobertura florestal, com garantia de geração de emprego e renda.

XXXIV) Fortalecer o setor de aquicultura e pesca para ampliação do potencial produtivo visando garantir a sustentabilidade econômica, social e ecológica, tornando-o mais competitivo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

As Políticas Públicas para Desenvolvimento Social se tornaram mais evidentes a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em janeiro de 2004 com a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza.

A política de trabalho, emprego e renda abrange as políticas de apoio ao desempregado, como o seguro-desemprego e o abono salarial; as políticas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra; as políticas de microcrédito; as políticas voltadas para a economia popular solidária; as políticas de incentivo ao primeiro emprego. Abrange ainda a produção de informações sobre o mercado de trabalho, o apoio à geração de emprego e de renda, e a fiscalização do trabalho, que prioriza o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, promovendo o conceito de trabalho decente.

A assistência social é uma política de seguridade social não contributiva, de responsabilidade do Estado, que visa garantir aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais a sobrevivência, a acolhida e o convívio familiar e comunitário, por meio de programas, projetos, serviços e benefícios de proteção social, hierarquizados em proteção básica e proteção especial.

Essa concepção da assistência social está fundamentada na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 194, dispõe que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relacionados à saúde, à previdência e à assistência social. A inserção da assistência social na seguridade social destaca o seu caráter de política de proteção social, articulada a outras políticas sociais, para garantia de direitos e condições dignas de vida.

Atualmente na estrutura da SECRETARIA ESTADUAL DE TRABALHO, ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SETADES, temos o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Estadual do Trabalho e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do ES, ambiente adequado para a discussão com a sociedade civil para implementação das políticas públicas para trabalho, assistência e desenvolvimento social; destacamos também as subsecretarias, gerencias e núcleos distribuídos, estrutura mais do que suficiente para produzir resultados e alcançar os objetivos da pasta.

Compete à SETADES formular, coordenar, planejar, articular e executar as políticas públicas voltadas para assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho, emprego e geração de renda; e operacionalizar os recursos do Fundo de Assistência Social - FEAS; do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCOP.

Com base no propósito e competência, segue nossas propostas para trabalho, assistência social e desenvolvimento social:

- I- Promover o debate com a sociedade civil através dos Conselhos, restabelecendo as conferências municipais e fóruns para a execução das políticas de assistência social;

- II- Potencializar e aprimorar programas como ACESSUAS TRABALHO (CNAS/MC nº de 49, de 23 de novembro de 2021) e programa de APRENDIZAGEM (Lei 10.097/2000) possibilitando o cadastramento imediato para ofertas qualificação profissional gerando assim emprego e renda, contribuindo diretamente com o direito à cidadania (Art. 7º da Constituição Federal de 1988), bem como para a erradicação da pobreza para os mais de um milhão de cidadãos capixabas em risco e vulnerabilidade que vivem com renda familiar de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou de um salário-mínimo para famílias compostas por 4 (quatro) pessoas residentes no mesmo endereço.

- III- Estreitar o dialogo com os diversos setores articuladores da **Política Nacional Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN** a fim de executar o

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PlanSan.

Promovendo o princípio do SISAN de participação social e transparência dos programas e ações dos recursos públicos, bem como promover a intersectorialidade entre as secretárias municipais, ministérios e órgãos públicos.

IV- Fortalecer a escuta com as Secretárias Municipais de Assistência Social, com o intuito de desburocratizar o acesso aos Equipamentos da Assistência Social como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV no CRAS e ao Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos –PAEFI no CREAS. Além da promoção da atualização e capacitação da rede socioassistencial como os órgãos de proteção e bem como os programas que assistam diretamente ao público evidenciado, considerando a evidência da prática do trabalho infantil no Estado do Espírito Santo, ressaltamos em nosso plano de governo à atenção das políticas públicas para as crianças de 01(um) à 13 (treze) anos de idade, visto que, este público segundo o estatuto da criança e adolescente não é permitido em nenhuma condição à prática do trabalho infantil.

V- Nossa quinta proposta é uma sugestão de discussão com a sociedade e com os profissionais da área de Assistência Social. Não está fechado, necessitando de debates, aprofundamentos, revisões e novas estratégias, se for o caso. Considerando que a “igreja” é quem faz a melhor assistência social no país, citando 5 pontos favoráveis a igreja, são eles: 1.espaço físico; 2. Tem voluntariado; 3. Tem o projeto; 4. Entra onde o Poder Público não entra; 5. Salva vidas; tudo isso com um custo-benefício muito inferior ao do Estado. Considerando que o Estado é laico e não é possível a parceria entre Estado e Igreja, a proposta é criar um programa para estimular igrejas a atuarem na área social como 3º setor; a religião (igreja) insere-se no contexto da intervenção profissional do Serviço Social desde sua origem. Esse tema não poderia, portanto, permanecer de fora do debate e da literatura do Serviço Social, a qual condensa um vasto acervo de temas que são discutidos e vivenciados cotidianamente pelos assistentes sociais em seus campos de atuação. O objetivo da proposta é aumentar significativamente os programas de assistência social com os mesmos recursos já estabelecidos na constituição;

VI- Considerando os Centros de Convivência para a Terceira Idade- CCTI, que tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social, nosso plano de trabalho é viabilizar a inserção da pessoa da terceira idade no mundo digital, que por meio dos programas sociais de inclusão, serão inseridos em cursos e oficinas de empreendedorismo digital, ensinando a práticas de compra e vendas online com segurança e ainda com a possibilidade de gerar renda, interação na rede social e acessos aos aplicativos de bancos e aplicativos como carteira digital.

VII- Considerando o aumento do índice de pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado do Espírito Santo, a fim de consumir a morosidade no atendimento e acesso ao diagnóstico precoce, com fulcro na Lei Berenice Piane (Lei 12.764/12) e a na Lei Romeo Mion (Lei nº 13.977) as quais referem o direito da pessoa com transtorno do espectro autista, a nossa proposta de plano de governo é criar o **Programa de Acessibilidade à Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista do Espírito Santo - PAPTEAES**. Além de viabilizar a capacitação das equipes técnicas que atuam na rede socioassistencial e potencializar a valorização das entidades sem fins lucrativos, associações beneficentes e Organizações da Sociedade Civil – OSCs, o **Programa de Acessibilidade à Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista – PAPTEA**, propende a construir 4 (quatro) **CENTROS DE REFERÊNCIA E ACESSIBILIDADE PARA A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA- CRASPTEA**, com a finalidade de promover o acolhimento às famílias de todas as regiões do Estado, oferecendo informações e acessos aos direitos da pessoa com TEA, além de realizar encaminhamentos para inserção nos programas sociais e aos acompanhamentos psicossociais integrados à saúde, lazer, esporte e cultura.

CULTURA

Partimos do princípio de que a arte acompanha o ser humano desde os primórdios da civilização e se manifesta em todos os segmentos que contribuem para uma melhor vida do homem, atuando diretamente na construção da cultura de uma sociedade. Podemos entender a arte e a cultura como formas de comunicação universal, de aprendizagem do mundo ao redor, além de nos proporcionar o conhecimento acerca das civilizações e povos de outras épocas e lugares para compreendermos o presente e melhorarmos o futuro.

A cultura representa a identidade de um povo, o que ele pensa, como vive, como fala, se expressa, se organiza, do que gosta, o que valoriza. A cultura reflete as características de uma determinada sociedade através das manifestações artísticas - música, cinema, teatro, dança, artes plásticas – e de sua arquitetura, suas histórias, religiosidade, festejos, linguagem. Essas manifestações são espontâneas, criadas e expressas de forma natural, o que implica em pouca interferência do Poder Público nas ações culturais, o que não quer dizer menos incentivo a essas ações.

O que objetivamos é dar maior visibilidade à arte e à cultura que a sociedade capixaba já realiza, criando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e expressões nos diferentes municípios do ES, cumprindo o seu papel de garantir o direito à cultura aos cidadãos.

O Plano de Governo de Carlos Manato na área cultural foi estruturado considerando três dimensões básicas da cultura: a da expressão simbólica, a do direito de cidadania e a econômica. A dimensão simbólica se expressa em crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. A dimensão do direito de cidadania promove o acesso à cultura através do estímulo à produção artística, democratização do acesso à cultura, oferta de formação, intensificação da preservação do patrimônio. A dimensão econômica visa a criação de um cenário de desenvolvimento econômico cultural.

Para que isso se efetive, formulamos propostas a serem as ações norteadoras da gestão na área cultural, porém sempre discutidas e revistas com a sociedade, cujo foco se dá na implementação das políticas públicas. Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

À Secretaria de Estado da Cultura - SECULT compete a formulação, o planejamento e a implementação das políticas públicas estaduais para a área da cultura, com vários âmbitos de ação. O eixo central da gestão será a implementação de Políticas Públicas para a Cultura, de forma que os programas cheguem na base onde de fato a Cultura é desenvolvida.

Proposta de Ações:

I - Formular políticas públicas e programas que estimulem a expressão simbólica de povos do Estado do Espírito Santo, através de manutenção das festas populares, festejos religiosos e tradições culturais, apoiando e divulgando, tanto dentro do Estado, como em todo o país. Os cidadãos perderam atividades e/ou eventos importantes que promoviam o Estado do Espírito Santo culturalmente, dentro e fora dele, e estruturavam-se apenas na administração municipal, como exemplo, o Festival de Música de Alegre;

II - Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos culturais, concessão de apoio financeiro e incentivo fiscal aos agentes culturais através de normas claras e rígidas em termos da criação de produtos culturais de grande qualidade e prestação de contas de acordo com a lei, para que a sociedade tenha a garantia do uso responsável e da correta aplicação dos recursos financeiros públicos, garantindo o exercício pleno da Lei 13019/14 sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que abre o caminho para os trabalhadores da Cultura, porém é uma realidade que ainda não alcançou a gestão do ES;

III - Garantir a preservação do patrimônio cultural capixaba, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos, coleções, os sítios arqueológicos e as obras de arte, portadores de referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade do Espírito Santo através da valorização e do cuidado efetivo dos arquivos públicos, museus, bibliotecas, arquitetura, paisagens naturais e culturais, monumentos religiosos, criando estrutura qualificada de atendimento e promoção da história;

IV - Estimular a produção cultural do Espírito Santo e a profissionalização dos agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, ampliando os níveis de emprego e renda, e valorizando empreendimentos de economia criativa através do estímulo ao ambiente de negócios em Feiras, Congressos e conjuntos de ateliês criativos em espaços ociosos das cidades, utilizando os recursos que a *Aderes* e *Sebrae* podem oferecer;

V - Incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e da sociedade civil, articulando-os com o poder público, através do diálogo e de parcerias entre estes e a Secretaria de Estado da Cultura, para que possamos oportunizar ações inteligentes, criativas, bem planejadas e almejadas pela sociedade.

VI - Incentivar e esclarecer sobre a importância dos municípios do Espírito Santo aderirem ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo a criação e/ou o fortalecimento de Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura. Para isso é necessário promover o diálogo e a troca de informações entre as regiões, com a realização de seminários, oficinas, fóruns, debates e outros, intensificando a presença dos agentes da Secretaria de Estado da Cultura em todas as regiões do Espírito Santo, se fazendo presente e auxiliando as secretarias municipais no que se fizer necessário.

O Estado do Espírito Santo tem 78 Prefeituras, sendo que nem todas possuem órgãos estruturados para fazerem Gestão de Turismo, Cultura e Esporte. As gestões municipais, em sua maioria, definem seus gestores por indicações políticas ou por escolhas de aliados e apoiadores da campanha, sendo que grande parte desses gerentes não tem formação acadêmica ou experiência nas áreas em questão;

A SECULT possui uma estrutura macro e deve assumir o protagonismo para que esses órgãos gestores municipais e seus respectivos gerentes tenham condições mínimas de serem interlocutores locais, para que as políticas culturais implementadas pelo governo estadual, alcancem a massa de artistas, ativistas, produtores e trabalhadores da Cultura;

O objetivo da interlocução é trazer os órgãos gestores e gerentes para perto, através de seminários, simpósios, conferências, congressos, dentre outras opções, para que haja garantia de que as POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA implementadas pelo Governo do Estado possam ir de São José do Calçado à Pedro Canário. A realidade nos últimos 30 anos tem sido de isolamento, onde o Estado e os municípios fazem, cada um, a sua política e a falta de integração faz com que o maior prejudicado sejam os usuários do sistema, nas áreas em questão.

VII - Aprimorar a gestão na Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), por meio de ações como a realização de concursos públicos, aperfeiçoamento do plano de carreira, criação de fóruns de gestores da Cultura e oferta de formação e capacitação continuadas aos profissionais que atuam na gestão pública da Cultura, promovendo maior eficiência com menos custos, pois os diversos cargos de chefia da referida secretaria oneram a pasta.

O órgão conta hoje com 3 subsecretarias sendo elas: Subsecretaria de Políticas Culturais, Subsecretaria de Gestão Administrativa e Subsecretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, além de haver uma Gerência de Incentivo à Cultura. Nossa sugestão é que a Subsecretaria de Políticas Culturais possa agregar as demais subsecretarias tornando-as gerências, uma vez que tudo deve girar em torno da

implementação das políticas culturais. A intenção é criar núcleos regionais – Norte, Sul e Serrana, por exemplo, atuando in loco, para que a SECULT tenha um trabalho mais efetivo em todo o Estado.

Com uma SECULT mais enxuta e mais eficiente, com foco nas políticas públicas, reestruturando as ações, conseguimos trabalhar com mais integração, mais capital financeiro e com maior capacidade de realizações de impacto para os municípios, pois muito do que vemos acontecer hoje são atividades artísticas que alcançam apenas outros artistas e não o público em geral.

VIII - Criar mecanismos que ampliem os recursos para a Cultura através da articulação com o governo federal, instituições e empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais, através de profissionais capacitados na captação de recursos.

IX - Promover a diversidade artística e cultural por meio do incentivo à formação e reativação de grupos e do fomento aos diferentes movimentos e linguagens. Uma das modalidades artísticas que o governo Manato irá estimular de forma contínua é a criação e/ou fortalecimento das Bandas Marciais e de Fanfarra, seja nas escolas, nos clubes, nas repartições públicas ou nas comunidades. Elas são um grande celeiro de talentos musicais, estimula a interação entre os adolescentes e jovens, desenvolve habilidades e competências artísticas, disciplina, além de promover sempre um verdadeiro espetáculo para públicos de todas as idades e culturas.

X - Promover a criação e a manutenção de espaços e equipamentos culturais tecnicamente adequados para manifestações artísticas e culturais. Uma ação que o governo Manato pretende é estimular os proprietários que possuem edificações abandonadas, a permitirem a ocupação destes por parte de artistas que desejam montar seus ateliês, transformando locais abandonados em áreas de criação e venda de produtos artísticos e culturais, ressocializando o local, contribuindo, assim, para que a região seja segura, viva, estimulante e turística. Uma vez o local considerado Ponto de Cultura, podemos buscar na legislação viabilidade para contemplação de recursos compensatórios;

XI - Promover a integração de espaços educacionais e culturais por meio de articulação entre as secretarias de Educação e Cultura. Um projeto audacioso, porém, de grande interesse e potencial artístico e educacional da gestão do governo Manato é transformar o Palácio Anchieta num dos principais pontos de visitação com uma monitoria primorosa, principalmente para os estudantes de todo o Espírito Santo, tornando viável a locomoção destes alunos durante todo o ano, numa parceria com os governos municipais. O Palácio Anchieta é um local de enorme valor para a história do Estado devendo, portanto, haver um incentivo muito maior para que moradores e turistas o visitem e tenham acesso a todo o conhecimento contido nesse importante monumento.

XII - Diversificar as políticas culturais para atender às diversas faixas etárias e estilos de público, com ênfase na integração familiar e social, com atividades artístico-culturais no ambiente escolar e comunitário, visando a ampliar a fruição cultural, com atenção para as áreas de vulnerabilidade social, para que a arte não se restrinja aos centros das cidades, mas também, aos bairros e arredores onde residem populações mais carentes.

XIII - Ampliar o acesso aos recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo a fim de contemplar diferentes públicos, faixas etárias e regiões, inclusive com a criação de editais regionais.

XIV - Fortalecer a produção e a comercialização do artesanato associado à identidade das comunidades tradicionais, através de feiras de bairros, municipais e grandes feiras artesanais durante o ano, não apenas em uma data específica. Fomentar, da mesma forma, a exposição, a circulação e a comercialização de produtos oriundos da economia criativa no Estado, no Brasil e em outros países.

XV - Estimular a criação e fortalecer a atuação de conselhos, democraticamente constituídos, de modo a consolidar o diálogo entre o poder público e os segmentos organizados da sociedade civil. A relação entre os Conselhos Municipais e o Estadual hoje é praticamente nulo, precisamos resgatar esse

diálogo, a falta dele traz um grande prejuízo na implementação das políticas culturais.

XVI – Buscar parcerias junto a grandes empreendedores capixabas ou nacionais ou ainda, o Banco do Estado do Espírito Santo e/ou Caixa Econômica Federal para abraçar a área do Cais das Artes na reestruturação e finalização da obra, transformando o local, abandonado pelas gestões anteriores (o que gerou um prejuízo enorme aos cofres públicos) num centro de lazer, compras, gastronomia, cultura, ou outras atividades, afinal, o principal cartão postal do nosso Estado não pode permanecer sendo tratado com tanto desdém, desrespeitando o cidadão, pagador de impostos. Tem, ainda, a intenção de realizar audiências públicas para ouvir o que a população deseja e dar ao espaço o melhor destino. O povo capixaba merece respeito e para isso, nada melhor do que receber o mais importante monumento turístico e cultural do Estado, ignorado por Paulo Hartung e Renato Casagrande, das mãos do Manato, porque ele tem compromisso com o dinheiro público.

XVII - Parceria com as prefeituras para a recuperação de teatros/centros culturais em todos os municípios capixabas ou por regiões. O governo Manato estará aberto ao diálogo com todas as prefeituras que se disponibilizarem a abraçar essa causa, pois é um equipamento cultural fundamental para o fomento artístico, além de ser um potente instrumento de geração de renda, pois o teatro atrai público e trabalhadores, sejam artistas, comerciantes gastronômicos, profissionais técnicos, alunos, além de funcionar como área de eventos educacionais (seminários, congressos, palestras, formaturas), o que pode ser uma alternativa de sustentabilidade para o próprio teatro.

A Secretaria de Cultura do ES possui atualmente 6 espaços culturais – o Teatro Carlos Gomes, no Centro de Vitória; a Casa da Música Sônia Cabral, na Cidade Alta, Centro de Vitória; a Galeria Homero Massena, também na Cidade Alta, Centro; o Museu de Arte Dionísio del Santo; a Biblioteca Pública, na Praia do Suá, Vitória e o Museu do Colono, em Santa Leopoldina. O Espírito Santo possui 78 municípios e o Estado é responsável por apenas 6 espaços culturais. O ES ainda é tratado como uma região pequena e interiorana, onde as cidades são

consideradas satélites girando em torno de uma capital, apesar de várias cidades terem uma economia forte, consolidada, com grandes empresas atuando e com grande potencial turístico, justamente por uma cultura forte e diversificada, clima aprazível e belíssimas paisagens naturais.

É preciso tratar a questão com seriedade para deixarmos de ser um Estado com complexo de inferioridade diante da região sudeste e de todo o Brasil. O Espírito Santo tem toda a condição de ser a primeira alternativa à visitação, seja por turismo de negócios, educacional ou de lazer. É impensável uma Secretaria de Cultura Estadual atuar praticamente apenas na cidade de Vitória, tendo quase todos os seus espaços culturais na capital, pois há todo um Estado grande e diverso, com uma população de boa educação e formação que não tem acesso aos bens culturais. Faltam parcerias, fomento, atuação e investimento nas cidades litorâneas, nas cidades serranas, nas cidades com vocação empresarial, enfim, em todo o ES há grandes lacunas a serem preenchidas com a oferta cultural.

Justamente por isso, o objetivo do governo Manato na área cultural é estar muito presente nas cidades do interior, onde Santa Teresa já poderia ser comparada à Campos do Jordão, Domingos Martins e Pedra Azul à Gramado e Canela, a região de Aracruz à região de Porto Seguro, Guarapari à Região dos Lagos, da cidade de Piúma à Itapemirim, poderiam ser comparadas às cidades de grandes indústrias pesqueiras do Rio de Janeiro, assim como São Mateus e Linhares à Campos dos Goytacazes pelo potencial petrolífero, bem como diversas cidades próximas a Minas Gerais poderiam oferecer o descanso acolhedor e o encanto da tradição dos nossos vizinhos. Seja qual for a vocação do município, uma cidade é muito mais atraente quando oferece algo para além da sua principal economia, quando oferece lazer e cultura de qualidade, junto com boa receptividade. Isso faz com que as cidades se tornem cada vez mais independentes e autossustentáveis, mas a economia do município sozinha, muitas vezes, não é capaz de criar as estratégias necessárias para esse desenvolvimento cultural. É necessário conhecimento, formação, investimento e, principalmente, vontade.

No Espírito Santo, entram e saem governos, a cultura é sempre relegada a segundo, terceiro plano, o que é um grande erro, pois quando temos notícias das principais cidades brasileiras, a arte está irremediavelmente, presente, sendo ela a principal causa do desenvolvimento turístico ou a principal consequência, quando o crescimento da cidade acontece. Assim que os habitantes melhoram suas rendas e suas vidas, desejam trazer a arte para perto, como um estado natural da evolução humana. Portanto, a boa arte e cultura são a tradução de governos que deram certo e melhoraram a qualidade de vida de seus cidadãos. A atuação do Governo Estadual através da sua Secretaria de Cultura deve pensar no ES como um todo, cuja arte deverá ser levada onde existe capixaba.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLOGIA

O Espírito Santo possui uma base econômica forte, com uma cadeia produtiva diversificada, entre as quais se destaca o cultivo do café, sendo o segundo maior produtor e exportador nacional e a fruticultura, o primeiro lugar na produção e exportação de mamão e sede de uma das maiores fábricas de sucos do mundo. O Estado destaca-se também na siderurgia e na mineração, sendo o maior exportador do mundo de pelotas de minério de ferro e grande produtor de aço. No Petróleo é o terceiro maior produtor brasileiro e quarto em gás natural. O Estado possui a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto.

No setor de rochas ornamentais, o Espírito Santo possui uma das maiores reservas de mármore e granito do país, com uma enorme variedade de cores, destacando-se também no setor moveleiro como o sexto maior estado brasileiro nesta economia. Toda essa produção é transportada através do complexo portuário, um dos mais ativos do Brasil, que se integra ao corredor de transporte centro-leste, principalmente pela estrada de ferro Vitória-Minas e através de duas importantes rodovias federais que cortam o Estado: a BR 101 e a BR 262, ligando o ES às regiões Sul, Nordeste e Centro Oeste.

O Espírito Santo tem uma área de 1,46 milhões de hectares de pastagens destinadas em sua maior parte à bovinocultura de corte e leite. Nessas pastagens estão cerca de 1.94 milhões de cabeças de bovinos (IDAF, 2019), com destaque para os municípios de Ecoporanga, Linhares e Nova Venécia, que têm os maiores rebanhos do Estado (24% do rebanho total). A pecuária leiteira destaca-se por proporcionar renda mensal durante todo o ano para os produtores, que fornecem leite para 90% dos municípios capixabas, o que contribui para a permanência das famílias no meio rural e para o desenvolvimento local. No final de 2018 e início de 2019, o Espírito Santo produziu 330 milhões de litros de leite em um rebanho de 213 mil cabeças de vacas ordenhadas, registrando produção média diária de 55 litros por propriedade. Os municípios maiores produtores no Estado são Ecoporanga, Presidente Kennedy e Alegre.

Dados da Findes mostram que a atividade econômica capixaba apresentou expressivo crescimento de 16,6% na comparação do segundo trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020, pois neste ano houve retração da economia devido a todo o fechamento gerado pelas condutas acerca da Covid-19. Nessa mesma base de comparação, o Brasil cresceu 12,4%.

O setor industrial cresceu 26,4% na comparação do segundo trimestre de 2021 com igual período de 2020. Entre os seus segmentos, o destaque do segundo trimestre deste ano foi a construção civil que, após registrar no segundo trimestre de 2020 o menor patamar da série histórica, manteve a trajetória de recuperação iniciada ao final do ano passado. Na comparação entre o segundo trimestre deste ano e o mesmo período do ano passado, o setor cresceu 75,4%.

Outras atividades industriais também foram positivamente influenciadas, como a indústria da transformação (75,4%). Nela destaca-se a fabricação de minerais metálicos e a metalurgia, que no segundo trimestre de 2021 cresceram 57,4% e 73,3%, respectivamente, em relação ao segundo trimestre do ano passado.

O setor de serviços avançou 14,9% em relação ao segundo trimestre de 2020, explicado pelos resultados positivos em todos os segmentos do setor, sobretudo o comércio, que cresceu 35,7%, além dos transportes de cargas e pessoas (16,4%) e demais serviços (8,7%).

Esse crescimento só foi possível graças à liberdade econômica, que tem sido a base estratégica do Governo Federal na economia e assim será a do nosso governo. A Liberdade Econômica consiste em propiciar ao cidadão o livre arbítrio para empreender em todas as áreas onde os marcos legais permitam, gerando empregos, novos conhecimentos, competitividade e bem-estar social. Busca-se, dentro da realidade brasileira, deixar a cargo do Estado somente aquilo que ele pode realizar em função dos altos custos de investimento e complexidades inerentes à gestão.

Para impulsionarmos o desenvolvimento econômico no nosso Estado, algumas ações serão norteadoras, baseadas em demandas, gargalos e potencialidades,

integradas a diversas outras Secretarias e através delas, construiremos todo o nosso planejamento estratégico. Para alcançarmos a melhoria da economia e consequente bem-estar da população, serão prioridades:

- 1) Geração de emprego e renda;
- 2) Desenvolvimento do capital humano;
- 3) Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades;
- 4) Redução da Violência e da Criminalidade;
- 5) Desenvolvimento do interior;
- 6) Desenvolvimento da Logística;
- 7) Profissionalização e Inovação no Serviço Público;
- 8) Desenvolvimento tecnológico.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico está estruturada considerando-se as seguintes áreas: Comercio Exterior e Portos, Petróleo e Gás, Agronegócio, Indústria e Comercio e Metalmeccânica. Para cada área, elaboramos ações estratégicas para alcançarmos ou aprimorarmos as prioridades destacadas acima.

I) COMERCIO EXTERIOR E PORTOS

I.I) Projeto de reestruturação de incentivos fiscais e operações de importação e exportação do Estado. Para isso, serão tomadas tais medidas:

I.II) Equiparar benefícios de outros Estados, buscando os importadores para voltarem a operar no ES;

I.III) Desburocratização para abertura de empresas e concessão de benefícios para importação. Alinhamento junto aos sindicatos do setor (SINDIEX e SINDAEES) para entender as necessidades e quais medidas poderiam ajudar;

I.IV) Negociar com armadores (Cosco e MSC) para que o Estado volte a contar com rotas diretas vindas da China, para o caso de importação e rotas de exportação diretas para EUA e Europa, a fim de atender o agronegócio;

I.V) Negociar com cias aéreas para fazer um hub no aeroporto de Vitória, para que possamos contar com voos internacionais para Europa e EUA, podendo assim viabilizar a exportação de frutas e atrair turismo e turismo de negócios pela agilidade do voo direto;

I.VI) Realizar feiras internacionais em seguimentos diversos (agronegócios, petróleo e gás, alimentos etc.);

I.VII) Abertura de linhas de crédito via Banestes/Bandes para fomentar e aumentar o fluxo de importação;

II) PETROLEO, GÁS E ENERGIA

II.I) Implantação de complexos petroquímicos nas principais cidades potências do estado, trazendo refinarias privadas para produção de combustíveis e gás;

II.II) Implantação de termelétricas em pontos estratégicos, para que seja fonte de energia para as indústrias e a população, para que em momentos de estiagem possamos manter pleno fornecimento de energia;

II.III) Projeto de fazendas de energia solar em grande escala, para ser uma outra fonte secundária de energia para o Estado. Implantar o consumo de energia solar em todos os órgãos públicos do Estado, onde hoje já geraria uma economia de mais de 20% no consumo atual do governo;

II.IV) Capacitação de mão de obra para o setor, junto a universidades, Senac, Senai e Ifes;

II.V) Gerar mais de 100.000 empregos direta e indiretamente;

Com a implantação desse projeto, poderemos gerar movimentos iniciais na casa dos R\$ 6 bilhões, podendo chegar a R\$ 25 bilhões em investimentos na área.

III) AGRONEGÓCIO

III.I) Melhoria na logística internacional, mapa e órgãos competentes para escoar a exportação via porto de Vitória;

III.II) Viabilizar a entrada dos produtores de aves, ovos e suínos no sistema Compete-ES, a fim de baratear a entrada de insumos em sua cadeia produtiva;

III.III) Implantar fábrica de fertilizantes no Estado, vindo com a aberturas das empresas do setor de petróleo e gás;

III.IV) Linhas de financiamento e recuperação econômica via Bandes/Banestes;

III.V) Ampliação, remodelagem e desburocratização do projeto Caminhos do Campo para facilitar o escoamento da produção da agricultura familiar, gerando maior circulação e venda de mercadorias, gerando renda e qualidade de vida para o pequeno produtor;

III.VI) Ampliar o projeto de energia para o campo e fomentar a chegada da internet e telefonia no meio rural, através da chegada 5G;

III.V) Construção de um Novo Ceasa com 500 mil m2;

III.VI) Desenvolver a indústria pesqueira no Espírito Santo. Verificar a viabilidade orçamentária e logística para a construção de um Terminal Pesqueiro moderno, com espaços para depósitos, estaleiros, mercado de peixe (com área de vendas e armazenamento), lanchonete, fábrica de gelo, oficinas – fabricação e conserto das redes de pesca, fabricação e conserto de leme, elétrica para barco e motor para barco, vestiários, além de estacionamento para carros e bicicletas. A prioridade será uma nova estrutura para ancoragem de embarcações na Praia do Suá, em Vitória.

IV) INDUSTRIA E COMÉRCIO

IV.I) Recuperação econômica das indústrias e comércios em geral, que foram afetadas na pandemia.

IV.II) Criar um Refis para que os setores afetados pelos lockdowns possam ficar em dia com seus impostos, conseqüentemente conseguir suas certidões negativas.

IV.III) Desburocratizar as licenças como: alvarás, licenças ambientais e sanitárias.

IV.IV) Aumentar oferta de financiamentos e projetos de viabilidade, desburocratizados via Bandes/Banestes.

IV.V) Fazer com que as entidades competentes como CDL e Findes, sejam parceiras do governo do Estado e empresários, a fim de acelerar a resposta das demandas dos empreendedores.

IV.VI) Criação de um polo industrial e empresarial no município de Vila Velha, favorecendo, inclusive, a mobilidade dentro da Grande Vitória. Já se identificou uma área com potencial de ocupação na região do Xuri, zona rural, que ocupa aproximadamente 16 milhões de m². O local atrairia empresas do segmento de petróleo e gás, metalmecânica, logística, pedras, moveleiro e indústrias de transformação. A área pode sediar mais de 2 mil indústrias. Esta região onde está sendo pensada a implantação deste polo é cortada por duas rodovias estaduais, a ES 388 e a ES 060, Rodovia do Sol. Também é cortada pela BR 101, que escoia 63% das cargas movimentadas na região metropolitana nos sentidos norte/sul. Também é uma região próxima a BR 262.

V) METALMECÂNICA

V.I) Capacitação e captação de mão de obra qualificada para o setor.

V.II) Criação de linhas de crédito para compra de equipamentos com juros baixos, via Bandes/Banestes.

V.III) Refis para recuperação de débitos.

V.IV) Alinhar juntamente com o Setor de Petróleo, Gás e Energia para que na criação do parque petrolífero do ES, 100% do serviço de montagem e serviços sejam feitas por empresas capixabas, que estão cadastradas no plano de crescimento do setor.

V.V) Rodadas de negócios e captação de clientes nacionais e internacionais para empresas do setor.

VI) CAPITAL HUMANO

Além das ações citadas, todas elas no sentido de favorecer a geração de emprego, que é fundamental para que a roda da economia gire e cresça, nosso governo acredita também que para o Estado crescer é necessário forte investimento em capital humano. Emprego significa mais do que receber um pagamento ao final do mês, envolve dignidade, propósito e esperança para cada trabalhador. Isso não pode ser negligenciado, ainda mais em tempos em que os empregos que surgem, advindos da revolução tecnológica que estamos passando, implicam em maior capacitação e qualificação sendo, portanto, necessário:

VI.I) Fortalecer a educação profissional e tecnológica e a Educação Superior, de forma a aproximá-las das necessidades sociais, regionais e do mercado de trabalho, estimulando ainda o empreendedorismo inovador;

VI.II) Formalização dos trabalhadores informais e redução da taxa de informalidade. Isto deve ser buscado por meio de contratos de trabalho específicos para esta população;

VI.III) Avançar na empregabilidade de jovens, principalmente aqueles com risco social, e mulheres, dois públicos que ainda sofrem com taxas de desemprego mais altas que a média da população;

VI.IV) Fomentar a Inovação do Sistema Educacional e das Escolas Estaduais de Ensino Médio, com foco na perspectiva de futuro e educação para o trabalho;

VI.V) Viabilizar a formação e valorização dos Professores da Rede Estadual de Ensino;

VI.VI) Investir na profissionalização do serviço público e na sua reconstrução em bases modernas, para evitar a instrumentalização do Estado por interesses particulares e, acima de tudo, prestar serviços e oferecer obras de qualidade à população;

VI.VII) Investir em segurança pública para que não seja um problema para o cidadão abrir um comércio em seu bairro ou percorrer qualquer área comercial ou empresarial no Estado. A segurança pública também favorece o turismo e o lazer, na medida em que a sensação de segurança estimula o trânsito de pessoas nas ruas e, conseqüentemente, aquece as vendas, o mercado, a economia.

VII) TECNOLOGIA

Seguiremos juntos com o Governo Bolsonaro no seu segundo mandato, nos esforços na promoção da ciência, da tecnologia e da inovação através do aprimoramento e ampliação dos mecanismos que estimulem a inovação tecnológica no Setor Público e nas empresas, de modo a aumentar a aplicação de recursos privados em ciência, tecnologia e inovação - CT&I e incentivar a agregação de valor. É impossível o desenvolvimento econômico do Espírito Santo sem o desenvolvimento tecnológico nas escolas, no setor público, no setor privado, na zona rural e nos locais de menor poder aquisitivo, para que ninguém fique para trás. Estamos propondo ações de fomento tecnológico em todos os campos necessários:

VII.I) Fortalecer e ampliar a digitalização no setor público como instrumento de competitividade e melhoria no acesso a serviços essenciais, pois ela possibilita eficiência e racionalidade, trazendo economia e simplificando a vida do cidadão que não precisa gastar em transporte para realizar uma série de ações que o obriga ao comparecimento a uma agência, cartório ou local, muitas vezes afastados de sua residência. Reduz a burocracia, auxilia na diminuição de custos, de emissão de poluentes e evita expor uma parcela significativa da população a eventuais atos de violência, dentre muitos outros benefícios.

VII.II) Ampliar e consolidar a conectividade com tecnologia 5G no nosso Estado. A rápida decisão e adoção, pelo governo de Jair Bolsonaro, no emprego da tecnologia 5G, conhecida como internet de 5ª geração, mostrou-se acertada e coerente com a necessidade de oferecer internet de boa qualidade à população, beneficiando, inclusive, as regiões mais remotas. O processo de transformação digital beneficiará ainda mais, não somente o cidadão, mas a educação e a telessaúde, por exemplo.

VII.III) Oferecer conexão gratuita à internet em banda larga por via terrestre e satélite a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o Espírito Santo.

VIII.IV) Criação do polo tecnológico do Estado do Espírito Santo, como um Vale do Silício Capixaba, fornecendo estrutura, apoio aos empreendedores via Bandes e Sebrae.

EDUCAÇÃO

A Constituição de 1988 coloca em seu artigo 205 que “a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É com esse princípio que vamos conduzir o nosso trabalho na educação que é, além de um direito, uma ferramenta para a transformação social e individual.

A Educação transforma cada sujeito, individualmente, porque ao estudar mais, tem mais oportunidades no mercado de trabalho e ganha salários mais altos, além disso, influencia até mesmo na saúde do cidadão. O Relatório da UNESCO de Monitoramento Global da Educação de 2016, apresentou dados em relação à escolaridade das mães, concluindo que filhos de mães que sabem ler tem 50% mais chances de sobreviver após os cinco anos de idade, uma vez que um maior nível de instrução e conhecimento possibilita uma forma de cuidar mais adequada. Os indivíduos com maior escolaridade também têm menos problemas de saúde e hábitos mais saudáveis. A maior escolaridade também auxilia no planejamento familiar.

Uma educação de qualidade transforma a sociedade porque gera no país ou nas regiões onde isso se dá, o aumento do PIB, resultando num importante crescimento econômico, pois maior e melhor escolaridade gera mais empregos, maiores salários, mais consumo e mais impostos arrecadados, o que deve resultar em melhorias sociais. A Educação também contribui para uma sociedade menos violenta, pois ela ajuda a superar a intolerância. A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu Artigo XXVI que “a instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.” Além disso, o acesso à educação permite que os indivíduos tenham consciência e conhecimento de que possuem direitos garantidos por lei e podem exigir que eles sejam cumpridos.

Além de tudo o que foi mencionado, uma educação de qualidade contribui para que o indivíduo tenha uma relação com o mundo e com as pessoas a sua volta muito mais rica, criativa e inteligente, fazendo com que haja trocas que auxiliam a sociedade através de ideias, invenções, artes, leis, organizações e novos modos de viver. Um sujeito bem-educado enriquece e qualifica a sua vida, podendo também, melhorar o seu entorno. É um caminho de mão dupla onde todos ganham. Pais e mães mais educados, educam melhor os seus filhos, colegas de trabalho, mesmo com funções diferentes, se beneficiam da educação uns dos outros, pois aprendem, trocam e se relacionam melhor, e assim é na sociedade como um todo. Por isso, a Educação é o nosso maior compromisso.

Temos um desafio imenso na Educação e o maior deles se dá em relação à sua valorização. Foram muitos anos implantando-se a cultura da anti-educação, onde a escola passa a ser um local com outras finalidades, sem que estudar seja a principal delas; onde não é mais necessário o aluno conquistar bons resultados para passar de ano, pois a reprovação foi proibida; o momento em que exigir “todos na escola”, também passou a aceitar aquele aluno que não queria estudar, que prejudicava outros alunos e ainda vandalizava o ambiente; quando se definiu que exigir o português correto era preconceito linguístico; quando as provas foram se tornando mais fáceis para que as notas subissem; quando gritar, afrontar e bater no professor não trazia consequências para o aluno, cheio de direitos e nada de deveres, mas adoecia o professor; quando os salários municipais e estaduais reduziram de tal maneira que o professor não consegue ter apenas um emprego para se sustentar, desqualificando o seu labor.

A cultura da não disciplina, da não exigência, do menor compromisso e de sobrepor as ideologias em relação às matérias que serão exigidas no âmbito profissional, fez com que parte dos alunos, pais e sociedade perdessem o respeito pela escola, pelo professor e pela educação. O nosso maior desafio agora é fazer crianças, adolescentes e jovens perceberem que a educação não é apenas importante, mas fundamental para a melhoria de vida deles. É resgatar a Educação como um ideal, como um símbolo de respeito e como a única forma de exercerem amplamente a cidadania. Para isso, nosso foco será a disciplina com respeito, a exigência com amor e o compromisso com honestidade. A escola

deverá ser um local, acima de tudo, respeitável, onde não será tolerado o que for contrário a isso. Respeitar diferenças não significa aceitar rebeldia, violações e indisciplina. Proporcionar um local de estudos não é oferecer um local sem atrativos ou estímulos, ao contrário, desejamos escolas que motivem os alunos, valorizem suas aptidões e os encorajem a aprender e evoluir.

De acordo com o anuário da Educação Básica 2020 da Editora Moderna, a diferença de aprendizagem das escolas estaduais públicas e privadas no Ensino Médio, ainda é muito acentuada. A porcentagem de crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa nas escolas privadas em língua portuguesa é de 71,4% e nas escolas estaduais é de 34,7%. Em matemática, a diferença é ainda maior, nas escolas privadas é 51,3% e nas estaduais é de 9%. Apesar do Estado ter apresentado o maior índice do Brasil no IDEB em 2019, junto com Goiás, que foi de 4,8 pontos, ainda é uma pontuação baixa, em relação ao que se deseja, que é de 6 pontos percentuais.

Precisamos superar esse resultado, pois ele não significa apenas um número, mas sim a capacidade dos alunos de serem competitivos profissionalmente, alcançando suas expectativas e realizando seus projetos de vida. Significa também a capacidade do nosso Estado crescer e proporcionar a qualidade de vida que os cidadãos anseiam e merecem. Temos um desafio ainda maior que é encarar o prejuízo educacional e emocional trazido pela pandemia do coronavírus. Precisamos colocar em prática estratégias para reduzir essa defasagem, e é urgente. Os alunos do Ensino Médio junto com os da alfabetização foram os mais prejudicados pelo tempo que não volta mais, os do Ensino Médio estavam nos anos derradeiros de preparação para a escolha profissional tão concorrida e os alunos da alfabetização estavam nos anos mais propícios para que o aprendizado acontecesse de forma mais natural e sem grandes dificuldades.

O Espírito Santo tem um Rede Estadual de Ensino grande, com mais de 400 escolas, mais de 200 mil alunos e mais de 18.700 servidores. São 11 Superintendências Regionais de Educação (SRE), a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) e o Conselho Estadual de Educação, o que nos desafia

muito a fazermos um bom trabalho e que faça essa Rede crescer em qualidade. Pensando nessas e em outras questões que perpassam o ensino, elaboramos as seguintes propostas para ultrapassarmos as dificuldades e melhorarmos sempre a qualidade da Educação em nosso Estado:

I) Seguir as normas estabelecidas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresentando um currículo que desenvolva conhecimentos a respeito das disciplinas e busque formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos sociais.

II) Ampliar a oferta das escolas que trabalham com a Educação em Tempo Integral. O Estado conta hoje com 132 escolas com essa oferta de ensino. Isso representa menos de duas escolas estaduais em Tempo Integral por município, e, aproximadamente, 30 % das escolas estaduais do Espírito Santo. Precisamos aumentar a oferta dessa modalidade de ensino pois os ganhos em termos de aprendizagem são significativos.

III) Fazer uma avaliação diagnóstica do aprendizado dos alunos e tentar reverter o déficit causado pela pandemia através do reforço escolar, podendo ser realizada no contraturno do aluno ou de outra forma que se apresentar adequada.

IV) Ampliar a oferta da Educação Profissional Técnica, investindo em tecnologia, pois esse modelo de ensino, além de gerar melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos, é fundamental para a melhoria da competitividade da indústria brasileira. O investimento no ensino profissionalizante pode ajudar muito no crescimento econômico do nosso Estado.

V) Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, articulando-a com a Educação Profissionalizante. Um levantamento feito pelo IBGE em 2019, revelou que 96 mil jovens, entre 15 e 17 anos estavam fora do Ensino Médio no Espírito Santo. Esse número deve ter aumentado após a pandemia do coronavírus. Precisamos resgatar esses jovens para continuarem sua formação.

VI) Implantar o programa de estágio supervisionado e preparo para o primeiro emprego Aluno Aprendiz, com bolsas pagas pelo Estado aos alunos de escolas públicas que tenham maior vulnerabilidade social, proporcionando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

VII) Incentivar os municípios a integrarem o Programa Tempo de Aprender, que tem como finalidade o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização dos professores e gestores escolares no processo de alfabetização dos alunos. Nosso objetivo é fazer com que os alunos do Espírito Santo sejam alfabetizados até o final do primeiro ano do Ensino Fundamental.

VIII) Incentivar a participação da família na vida escolar do aluno. Para isso, vamos criar estratégias, como projetos, eventos, reuniões e outras formas de estímulos para que isso aconteça. Uma família presente no processo de aprendizagem do aluno contribui enormemente para o seu sucesso escolar.

IX) Fomentar a criação de Bandas Marciais nas escolas. Elas são um grande celeiro de talentos musicais, estimula o intelecto dos alunos, contribui na interação entre os adolescentes e jovens, desenvolve habilidades e competências artísticas, disciplina, contribui para que os alunos se sintam inseridos num grupo, além de promover sempre um verdadeiro espetáculo para públicos de todas as idades e culturas. Para isso, vamos contar com a parceria da FAMES e patrocínios de outras instituições públicas e privadas.

X) Intensificar a preparação para o ENEM através de aulas extras presenciais.

XI) Ampliar a oferta de cursos de idiomas através de parcerias entre escolas de idiomas do Estado e a Secretaria de Educação, criando vouchers de descontos para alunos interessados em cursar outras línguas.

XII) Ampliar a implantação de Escolas Cívico-Militares. O Estado conta hoje com quatro escolas deste modelo, duas em Cariacica, uma em Viana e uma em Montanha. Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC e queremos muito recebê-las. A Escola Cívico-Militar é uma

alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, formando cidadãos conhecedores da realidade. O desempenho positivo dessas escolas e os elevados índices nas avaliações são o que nos move a buscar essa implantação.

XIII) Resgatar a cultura da valorização dos símbolos nacionais, das datas cívicas, bem como a disciplina de cantar o Hino Nacional nas escolas. Precisamos estimular a sociedade a amar o nosso país, respeitar a nossa pátria e cuidar dos nossos valores e da nossa história.

XIV) Realizar eleição direta para a escolha dos diretores das escolas estaduais, dialogando com os Conselhos Escolares e as comunidades, incentivando os municípios a optarem também por este tipo de gestão democrática.

XV) Deixar a cargo das famílias os assuntos que são inapropriados para a idade das crianças e que ainda não fazem parte da formação e do interesse delas como a ideologia de gênero. Com alunos do Ensino Médio a abordagem sobre identidade de gênero deverá se dar em termos técnicos, sem apologia ou ideologias. Abordar as temáticas transversais sempre prezando pelo incentivo ao respeito é a base de uma educação inclusiva.

XVI) Identificar as crianças com necessidades especiais para que sejam avaliadas pelo professor regente, quando for o caso, e pelos profissionais da Educação Especial da Rede para verificar a possibilidade do acompanhamento do aluno na escola regular. Caso haja prejuízo de aprendizagem e desenvolvimento do educando na escola regular, este será atendido nas escolas especiais para melhor atender as suas necessidades. Os alunos com necessidades especiais, quando frequentarem as escolas regulares, deverão ser acompanhadas por pessoas com a devida formação.

XVII) Elaborar um plano estratégico para reduzir e/ou evitar a violência dentro de algumas escolas onde o problema é mais presente. A Patrulha Escolar, por se fazer presente apenas quando é chamada, não evita que o problema da violência

ocorra. Vamos criar meios para que a frequência da Patrulha Escolar seja permanente nas escolas com maior problema de violência, além de criarmos projetos de música, esportes, artes, tecnologia e outros para criarmos um ambiente estimulante aos jovens de maneira positiva.

XVIII) Estudar a viabilidade de proporcionarmos um plano de saúde aos profissionais da Educação, que é uma solicitação antiga destes servidores e uma forma de aumentar seus rendimentos, uma vez que reduz os seus gastos com saúde. Entendemos o pedido como uma reivindicação legítima, já que os parlamentares, que são os representantes do povo, têm seus gastos com saúde reembolsados através do dinheiro público. Se nosso objetivo é a valorização destes profissionais, podemos estudar formas de viabilizar esta demanda.

XIX) Inserir no quadro de profissionais das escolas estaduais psicólogos e assistentes sociais. Especialmente diante do cenário de crise sanitária imposto pela pandemia da Covid-19, psicólogos e assistentes sociais têm sido ainda mais demandados, seja exigindo cuidados adicionais na manutenção da saúde mental de estudantes, docentes e demais profissionais no âmbito escolar, como na articulação com a rede de serviços de proteção social nos territórios. A psicologia e o serviço social na escola contribuem para a elaboração de estratégias que auxiliam na aprendizagem de qualidade dos estudantes e podem atuar no apoio à formação continuada de professores, pedagogos, diretores e demais profissionais da educação em serviço, auxiliando-os na autonomia na solução dos problemas. Pretendemos introduzir estes profissionais inicialmente nos bairros mais carentes e onde haja mais problemas com violência.

XX) Investir em formação de professores para qualificar o ensino, criando estratégias de motivação para esses profissionais. O profissional interessado e que busca se aprimorar continuamente, tende a demonstrar uma qualidade de ensino superior em sala de aula. A importância de contar com um educador competente dentro das escolas é inquestionável. Isso fica ainda mais claro se considerarmos que os jovens estão em constante mudança para acompanharem o ritmo do novo mundo, sendo necessário que os professores estejam sempre aprendendo e se adaptando para seguirem essa realidade.

ESPORTE E LAZER

Antes de apresentarmos o plano de governo do candidato Carlos Manato de forma pragmática, faz-se necessário contextualizarmos historicamente o surgimento do esporte como prática social individual e coletiva, de caráter espontâneo e natural, para que tenhamos a percepção clara de sua importância na vida dos cidadãos e os benefícios que este acarreta à coletividade.

A prática de esportes existe desde a Antiguidade e há indícios de que mesmo na pré-história, o esporte já era praticado. Entre os povos primitivos chineses e hindus, por exemplo, os exercícios físicos eram usados de forma mais terapêutica. Mais tarde, nas civilizações dos egípcios, caldeus, assírios, hebreus e fenícios, essas atividades evoluíram para a ginástica, jogos e dança. Os gregos aperfeiçoaram a prática da ginástica e criaram as primeiras competições esportivas, com destaque para os Jogos Olímpicos, que eram realizados em homenagem a Júpiter, na cidade de Olímpia, a cada quatro anos. Os Jogos Olímpicos tinham grande importância para a sociedade grega da Antiguidade.

No ano de 394 houve a interrupção de realização dos Jogos Olímpicos, mas após um longo período, um movimento de restauração dos jogos foi iniciado, no final do século XIX, pelo pedagogo e historiador francês Pierre de Coubertin. Tomando como base os Jogos Olímpicos da Antiguidade, em 1896 foi realizado o I Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas, na Grécia. As primeiras modalidades esportivas que fizeram parte dos Jogos Olímpicos no século XIX foram o atletismo, o remo, o futebol e a natação. Depois foram incluídos outros esportes coletivos, como o basquete e o vôlei.

O reconhecimento do esporte como um direito de todos foi publicado dez anos antes da Constituição Federal Brasileira de 1988, num documento de caráter internacional - a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, da Unesco. Esta Carta previa, já no seu primeiro artigo, que a atividade física ou prática esportiva é um direito de todos, assim como a educação e a saúde. Após essa

publicação, o mundo passou a aceitar um conceito mais abrangente de esporte, acrescentando à prática sociocultural, três dimensões: a educação, a participação e a performance.

O esporte-educação tem um caráter formativo, de preparação para o exercício da cidadania e se baseia em princípios como a participação, cooperação, integração e responsabilidade. O esporte-participação tem como regra geral o prazer lúdico e o lazer acessível a todos, que ajude a promover o bem-estar de seus praticantes, sem compromisso com regras institucionais ou com a formação de talentos. Já o esporte-performance ou de rendimento é aquele direcionado para as disputas que obedecem a regras e códigos existentes, são os esportes de alto nível ou competição, institucionalizados.

A Constituição Federal, em seu artigo 217, Seção III, Capítulo III, trata mais especificamente do desporto e lazer:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; [...]

§ 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Vemos, portanto, que na Constituição Federal de 88, as políticas públicas de esporte e lazer não só ganham importância, como se tornam dever do Estado o incentivo ao esporte e ao lazer, sendo este último considerado, inclusive, como forma de promoção social. Sendo assim, todas as áreas de atuação do Poder Público demandam diferentes tipos de políticas, necessitando de sua atuação.

O reconhecimento da prática esportiva como um direito de todos e promotor de saúde, vem se ampliando consideravelmente a partir do momento que pessoas com algum tipo de deficiência e também os idosos começam a praticar esportes, inclusive em competições próprias para as idades mais avançadas e as

competições adaptadas para deficientes, como vemos nos Jogos Paraolímpicos, que ocorrem após os Jogos Olímpicos.

Atividades esportivas e de lazer estimulam o prazer de estar envolvido com a comunidade. Em regiões mais carentes, se tornam ainda mais importantes e têm maior impacto na medida em que ampliam o acesso da população socialmente vulnerável que, geralmente, não tem possibilidade de frequentar clubes ou equipamentos culturais. As organizações da sociedade civil cumprem um papel essencial em prol do desenvolvimento pleno dos indivíduos em suas próprias localidades e com o apoio do Poder Público alcançam a missão de garantir o acesso ao esporte, tão necessário a uma maior qualidade de vida.

Pudemos perceber, principalmente, nesse período de pandemia o quanto a prática de esportes e atividade física contribuíram para prevenir um quadro mais grave da doença, pois as pessoas mais obesas foram as mais acometidas por comorbidades. Além disso, as crianças e adolescentes, ao serem privados da convivência em praças, praias, parques, clubes, onde podiam brincar e praticar suas atividades esportivas e lúdicas, sofreram fisicamente, por privarem o corpo de seus movimentos e psicologicamente, pois os esportes agem, não apenas na proteção e desenvolvimento do corpo, mas também na mente humana, produzindo os hormônios do prazer, do bem-estar, do relaxamento e do bom-humor, prevenindo inúmeras doenças, inclusive a depressão.

A Secretaria de Esportes e Lazer do Estado do Espírito Santo (SESPORT) conta com algumas políticas públicas que são ferramentas para que seja efetivado o direito ao esporte e ao lazer na vida em sociedade. O objetivo do governo Manato é potencializar cada instrumento desses, aprimorá-los e criar outros mecanismos de ação voltados a garantir essas políticas públicas, expandindo sua atuação. São eles:

- **Bolsa Atleta**, Lei nº 9.366/2009: é um programa que beneficia atletas e paratletas de alto rendimento com o auxílio financeiro mensal, que deve ser utilizado para manutenção dos resultados obtidos e da carreira esportiva do atleta no ano de recebimento do benefício. Atualmente, o Bolsa Atleta é dividido

em quatro categorias e o benefício mensal é repassado aos contemplados da seguinte forma: R\$ 500,00 (categoria estudantil), R\$ 1.500,00 (categoria nacional), R\$ 2.000,00 (categoria internacional) e R\$ 4.000,00 (categoria olímpico).

- **Compete Esportivo:** é um programa que custeia viagens de avião, de ida e volta, para que atletas e paratletas disputem competições nacionais e internacionais.

- **Campeões de Futuro:** é um projeto que oferece esporte gratuito para crianças e adolescentes capixabas, com idade entre 6 e 17 anos em todos os municípios do Estado. Os núcleos do Campeões de Futuro podem contar com até 100 alunos nas modalidades individuais ou até 200 alunos nas modalidades coletivas. No local, eles aprendem as mais diversas modalidades, como atletismo, badminton, basquete adaptado, basquete, beach handebol, bodyboard, boxe, capoeira, futebol 7, futebol de areia, futebol de campo, futsal, futevôlei, ginástica rítmica, handebol, jiu-jitsu, judô, karatê, kickboxing, Wrestling (luta olímpica), natação, taekwondo, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia e xadrez. O trabalho é desenvolvido em parceria com as prefeituras municipais.

- **Jogos Escolares:** são competições entre alunos de escolas públicas, municipais, estaduais, institutos federais, e particulares, nas seguintes faixas etárias: Infantil - 12 a 14 anos e Juvenil - 15 a 17 anos. As modalidades em disputas coletivas são: Basquete, futsal, handebol e vôlei. As modalidades individuais são: atletismo, badminton, ciclismo, ginástica rítmica, ginástica artística, judô, karatê, natação, taekwondo, tênis de mesa, vôlei de praia, wrestling (luta olímpica), xadrez. As modalidades Paralímpicas são: atletismo, parabadminton, bocha, judô, natação, tênis de mesa e vôlei sentado.

- **Copa SESPORT:** É uma competição de seleções de futebol amador que vai contar com uma equipe de cada município. As competições são divididas em 8 regiões. Não são admitidos atletas de clubes profissionais. Os municípios vencedores ganham academias populares e cortadores de grama. Não mencionada premiação para os jogadores dos times vencedores.

- **Lei de Incentivo ao Esporte Capixaba (Liec)**, lei nº 11.246/2021: trata-se de Edital que estipulará critérios para análise e aprovação de projetos na área do esporte e lazer, que, basicamente, devem ser de interesse público, ter capacidade para realização, ter compatibilidade e realidade dos custos, ter inclusão das pessoas com deficiência e o enquadramento nos percentuais de incentivo autorizados pela legislação. A escolha dos projetos deve obedecer, prioritariamente, os que apresentarem contrapartida do proponente, os que sejam destinados principalmente a comunidades em situação de vulnerabilidade social e os já tenham espaço estabelecido para sua realização, compatível com as necessidades do evento.

Demandas dos atletas

Uma das demandas dos atletas e atuantes da área esportiva é um reajuste no valor do Bolsa Atleta. Entendemos que essa demanda é legítima, pois um bom resultado é consequência de um investimento maior, além, é claro, do empenho do atleta. Diante desta necessidade, a proposta do nosso governo é realizar uma avaliação junto a secretaria de Economia e Planejamento para verificar a possibilidade desse reajuste, assim como realizar todas as prestações de contas exigidas em lei para darmos à sociedade a satisfação devida e a maior transparência possível.

Existem também reivindicações dos atletas de alta performance em relação ao programa Compete Esportivo, no sentido de que seja criado um dispositivo em lei que mantenha a permanência do programa todos os anos, não sendo permitida a sua paralização por motivos que não sejam de extrema necessidade e força maior como, por exemplo, uma pandemia. A continuidade do programa significa a continuidade das competições, dos resultados para o Estado e o incentivo aos jovens para abraçarem cada vez mais o esporte. Além da solicitação acima, é sugerido que se aumente o número de passagens nacionais e internacionais por atleta, pois atualmente, é permitida somente uma passagem nacional e uma internacional, reduzindo, assim, as chances de participação dos atletas e os consequentes resultados para o Espírito Santo. O governo Manato se compromete a verificar a possibilidade de atender a essas demandas.

Outra demanda frequente dos atletas é a inclusão de uma bolsa para os técnicos e treinadores, o Bolsa Técnico, para que através de um auxílio financeiro, possam dar continuidade aos trabalhos prestados aos atletas, pois o valor do Bolsa Atleta é pequeno para cobrir essa finalidade. O Bolsa Técnico viabilizaria o treinamento do atleta de uma maneira mais intensiva. O nosso governo recebe a demanda com atenção, entende a importância e verificará a possibilidade de contemplar os técnicos, profissionais tão indispensáveis aos melhores resultados no esporte.

Equipamentos Esportivos

A SESPORT tem em sua administração apenas dois equipamentos esportivos em todo o Espírito Santo que são:

- **O Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho:** é um complexo esportivo de alto rendimento, voltado aos atletas e paratletas do Espírito Santo, em atividade e que estão representando o Estado em competições nacionais e internacionais. O complexo está localizado no bairro de Bento Ferreira, em Vitória.

- **Estádio Kleber Andrade:** localizado no município de Cariacica, constitui um equipamento esportivo com caráter multifuncional, destinando-se à realização de eventos esportivos, de forma preferencial e demais eventos de caráter cultural, educacional, social, religioso, institucional e comercial. O estádio foi inaugurado em 1983. A capacidade atual para jogo no estádio é de aproximadamente 22 mil pessoas. São mais 43.425,54 m² de área construída. O campo tem o padrão obrigatório adotado para gramados em Copa do Mundo e Finais de Campeonatos, conforme exigências dos órgãos máximos do futebol. O Estádio Estadual Kleber Andrade também foi aprovado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Apesar da SESPORT contar com estes dispositivos mencionados, pretendemos ampliar não só as leis, programas e projetos voltados ao esporte e lazer, mas também, os equipamentos públicos em outras regiões do Estado do Espírito

Santo, que servem de base ao treinamento dos atletas profissionais e de estímulo aos amadores, oportunizando integração social e bem-estar. Dois equipamentos esportivos administrados pelo Poder Público Estadual, apenas na Grande Vitória, são poucos para um Estado com 78 municípios, a maioria deles sem recursos para obras de grande porte, como exigem os complexos esportivos, que são diferentes de campos de futebol.

Como fazem os esportistas de Linhares, Itaguaçu, Colatina, Montanha e de tantos outros municípios, se não há local adequado para seus treinamentos? Mesmo que recebam incentivo financeiro para usarem com treinadores, médicos, psicólogos, vestimentas e outras necessidades, o local para a sua prática acaba sendo improvisado, o que já reduz as suas chances de competir trazendo bons resultados. Quadras poliesportivas não são complexos esportivos profissionais, com dimensões e exigências oficiais. Os que não competem, acabam não tendo oportunizada a experiência com determinadas modalidades esportivas, o que pode comprometer a sua qualidade de vida ou a sua saúde.

Diante do exposto, fazemos as seguintes propostas:

I – Manutenção, reforma e ampliação da infraestrutura esportiva e de lazer já existente, inclusive com atenção aos espaços internos, como banheiros, vestiários e salas administrativas, quando se fizer necessário; Mapeamento dos aparelhos esportivos entregues à população pelas Prefeituras e Governo Federal, com o objetivo de utilizar a estrutura para intensificar o fomento do esporte através de parcerias, chamamentos ou convênios;

II – Construção de complexos esportivos nos moldes do Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho em outras regiões do Estado;

III - Adequar os espaços existentes aos diversos grupos interessados, como as pessoas com necessidades especiais, fortalecendo o paratletismo, garantindo o livre acesso aos mesmos;

IV - Disponibilizar nas instalações esportivas administradas pela SESPORT espaços para atividades físicas complementares, como loga, Pilates, Tai Chi Chuan, Boxe e outras que não estejam presentes, oferecendo profissionais especializados;

V – Incentivar e disponibilizar infraestrutura adequada para modalidades do atletismo, criando em outras regiões do Estado centros de treinamento próprio;

VI – Criar políticas públicas, através de projetos ou editais específicos para a terceira idade, criando parcerias com os municípios para competições de diversas modalidades esportivas, aulas de dança e investimento em clubes com piscinas e centros de vivência na esfera municipal;

VII – Parceria com CONFEF e CREFS para a Formação e valorização profissional, capacitando e atualizando os profissionais de Educação Física em cursos específicos;

VIII - Promoção de eventos esportivos e de lazer regulares, instituindo um calendário anual, em parceria com as prefeituras para atrair o turismo esportivo, através da intensificação da divulgação em diversos meios de comunicação a nível nacional e até internacional;

IX - Levantar dados sobre o perfil dos cidadãos das diferentes regiões do estado, para identificar as necessidades relacionadas a ações de eventos esportivos e atividades de lazer e, a partir disso, elaborar projetos e programas de esporte e lazer priorizando atividades de acordo com o perfil da população;

X - Conservação de espaços públicos em ambientes naturais que favoreçam a prática de atividades físicas, esporte e lazer, como pistas de caminhadas em parques, praças, quadras ao ar livre, entre outros locais favoráveis às atividades; discutir a viabilidade de um programa para estágio que envolva os estudantes de Educação Física para atuação nas academias populares;

XI - Elaboração de eventos de lazer para estimular a prática de atividade física na população, fomentando ruas de lazer, encontros dançantes, jogos de mesa, torneios de equipes, gincanas, bocha e outras;

XII – Construção de complexos esportivos nos moldes do Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho em outras regiões do Estado;

XIII – Avaliar constantemente os projetos já existentes, levantando as demandas dos atletas e usuários dos programas para aprimorá-los;

XIV – Reformulação da Lei de criação do CEEL (Conselho Estadual de Esporte e Lazer) e do seu Decreto de Regimento a fim de fomentar a participação social nas políticas públicas através do CEEL, incentivando o diálogo deste com os Conselhos Municipais;

XV – Oportunizar a prática do skate, bodyboard, surf, parapente, hipismo, tênis e outros esportes que estão mais distantes da população de baixa renda, através de bolsas, incentivos e projetos que levem até este público tais práticas esportivas.

XVI – Atrair os adolescentes e jovens para a prática esportiva, objetivando equilibrar a atenção dispensada à tecnologia (que atualmente é o assunto de maior prática e interesse), e a outros setores da vida desses jovens, oportunizando um cotidiano mais rico, variado e saudável.

XVII - Organizar conferências estaduais para a reunião dos núcleos do esporte nos 78 municípios, capacitando os gestores, conhecendo a realidade de cada localidade;

XVIII – Criar o Museu do Esporte Capixaba, moderno e interativo, para contar a história, preservar a memória, levar conhecimento e homenagear os esportistas capixabas que trouxeram alegria, visibilidade e troféus ao Espírito Santo, pois o Esporte é democracia, respeito, interação, alegria, determinação e muito tem a ensinar a pessoas de todas as gerações. Não podemos deixar os mais jovens

se afastarem da cultura do movimento, numa sociedade cada vez mais sedentária. Não podemos deixar de valorizar o mérito do esforço e ensinar que não importa apenas vencer, mas que tão importante quanto, é estar no momento presente se colocando a participar da festa.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Na Infraestrutura e na Mobilidade, tanto urbana como em todo o território do Estado, há inúmeros desafios. Destacamos alguns pontos que são prioritários para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo:

I) Fazer um estudo de viabilidade e implantação do VLT (veículo leve sobre trilhos) no Espírito Santo. É uma vergonha que algo tão importante tenha sido usado como promessa de campanha por partidos políticos sem o mínimo compromisso com o cumprimento da missão para a população.

II) Implantação do transporte aquaviário, ligando os municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, igualmente importante para o bem-estar da população, que foi outra promessa do partido que está no poder e até hoje não cumpriu.

III) Criação da Quarta Ponte, bastante necessária à melhoria da mobilidade na Grande Vitória.

IV) Implantação do BRT no Sistema Transcol, para facilitar e agilizar o transporte de passageiros.

V) Restruturação e recuperação das principais estradas estaduais, ligando as principais zonas turísticas, industriais e econômicas do estado.

JUSTIÇA

Exerceremos um governo transparente, eficiente e com lisura sem qualquer conduta do toma lá-dá-cá ou acordos espúrios, será um governo alicerçado na integridade, honestidade e retidão com a participação de toda sociedade e seguimentos sociais seculares e religiosos sem distinção, incluindo atores da sociedade civil organizada, Conselhos de Classes, Profissionais Liberais e Representantes da área de segurança e social do Estado do Espírito Santo.

Teremos um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Estado do Espírito Santo e com Princípios e Valores tradicionais firmados em diretrizes e orientações de convicção conservadora. Um governo que defenda e resgate a paz social combatendo a violência objetivando a construção de uma sociedade mais digna, ética e justa, a fim de estabelecer condições mínimas para um convívio social seguro e harmonioso alicerçado em posições valorativas e principiológicas que nortearão posicionamentos políticos e filosóficos desse governo, desejados como ideais de sociedade.

1. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMÍLIA RESTAURADA

O nosso governo trabalhará de mãos dadas com todos os atores sociais imbuídos e comprometidos com a percepção de que a família é a Célula Mater da Sociedade, logo representa o micro organismo social onde o ser humano nasce, cresce, vive e morre. Portanto, ali se prospecta o indivíduo que terá inclinações à harmonia social ou as conflagrações, já que desde pequeno essa criança conviverá com o principal meio social humano chamado família, que poderá ser funcional ou disfuncional a depender da estrutura do seu lar.

1.1 Cooperação das Instituições Religiosas na Colaboração do Interesse Público

Exerceremos uma gestão enfrentando qualquer preconceito contra atores religiosos no exercício da colaboração do interesse público visando restauração do tecido social, destarte que a concepção de bem-estar social é uma possibilidade pautado no bem comum com a participação e contribuição de todo ente social e governamental voltado ao interesse público, uma vez que o ideal de sociedade harmônico e pacífico se constrói com envolvimento de todos, sem discriminação por motivos de fé fundada por divergências filosóficas, políticas ou religiosas perpetradas pelo Ente estatal contra as instituições da sociedade civil organizada.

Nessa toada, são inúmeros os flagelos sociais como fome, desemprego e moradia que não tem cor, religião ou identidade partidária, crianças e adolescentes sofrem nas periferias de comunidades por ausência de políticas públicas sendo desamparados pelo ente estatal, sem rede de proteção e abandonados à própria sorte, sem lazer, sem família e sem expectativa de vida, esquecidos por governos anteriores e discriminados pelo invólucro da violência social sendo apadrinhados pelo tráfico de drogas a serviço do crime organizado. Engana-se o governante que ignora os desajustes sociais em periferia a áreas de riscos, pois sabe-se que o mesmo menino cooptado pelo crime amanhã estará com arma em punho aguardando no semáforo para render, roubar e sequestrar sua vítima que pensava não ter nada ver com as disfunções existentes na sociedade.

Nosso governo combaterá a inoperância e letargia da máquina pública diminuindo o flagelo que desafia o Estado observar os marcos legais, a fim de identificar políticas sociais que dialoguem com o interesse público capaz de estabelecer colaboração nas atividades de interesse público com a sociedade civil organizada do terceiro setor, conforme dispõe a ressalva do art. 19, I da Constituição Federal na cooperação das instituições religiosas com o interesse público.

Portanto, este governo vai considerar, estimar e prezar por essa cooperação para não ser cúmplice dos flagelos, desajustes e aumento da violência em sociedade, o protagonismo político requer do homem público buscar o aprimoramento saudável do convívio em sociedade como um dever institucional, legal e juridicamente moral capaz de assumir um papel proativo na convergência dos esforços públicos e privados com expectativa de enfrentamento aos desafios sociais, bem como empreender esforços de cooperação com organismos sociais quando presente o interesse público sem discriminação de sua natureza religiosa.

1.2 Implantação do Programa Famílias Fortes do Governo Federal

Diversos estudos têm demonstrado que a melhora na qualidade das relações familiares, a partir do treinamento de habilidades parentais e socioemocionais, favorece o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes prevenindo comportamentos de risco tais como o consumo de álcool e drogas, o abandono escolar, o envolvimento com violência, a iniciação sexual precoce e a gravidez na adolescência.

Neste contexto, o nosso governo através da Secretaria de Desenvolvimento Social implementará o Programa Famílias Fortes (PFF-BR 10-14) do Governo Federal, que é uma adaptação à realidade brasileira do Strengthening Families Programme (SFP-UK), elaborado no Reino Unido pela Oxford Brookes University. É uma metodologia de sete encontros semanais para famílias com filhos entre 10 e 14 anos que visa promover o bem-estar dos membros da família, fortalecendo os processos de proteção e construção de resiliência familiar e reduzindo os riscos relacionados a comportamentos problemáticos.

Na primeira hora de cada encontro os pais ou responsáveis se reúnem em uma sala e os filhos de 10 a 14 anos em outra. Os pais são ensinados a esclarecer as expectativas com base nas normas de desenvolvimento de crianças e adolescentes, a usar práticas disciplinares apropriadas, a gerenciar emoções fortes em relação aos filhos e a se comunicar de maneira eficaz. Já os filhos aprendem habilidades para interação pessoal e social, como, ter metas que

deem sentido à vida seguir regras, reconhecer as dificuldades e qualidades dos pais, lidar com a pressão dos amigos, saber identificar modelos positivos e ajudar os outros.

Na segunda hora, pais e filhos se reúnem numa mesma sala onde praticam as habilidades que aprenderam independentemente, trabalham na comunicação e resolução de conflitos e se envolvem em atividades para aumentar a coesão familiar e o envolvimento positivo dos filhos na família.

Para a condução dos encontros, os facilitadores dispõem de um manual, que detalha todas as atividades e o tempo de cada uma, e de vídeos que abordam os temas a serem trabalhados com as famílias.

1.3 Objetivos

O objetivo geral é o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento de seus vínculos e do desenvolvimento de habilidades parentais e sociais.

Os objetivos específicos são:

- a) Ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de comunicação e relacionamento
- b) Mostrar aos pais a importância de apoiar seus filhos;
- c) Ajudar os pais a disciplinar e orientar seus filhos de forma eficaz;
- d) Orientar os filhos sobre como compreender e valorizar seus pais;
- e) Ensinar os filhos a lidar com o estresse e a pressão dos amigos;
- f) Promover uma expectativa de futuro aos jovens.

1.4 Recurso Humano e Material para efetivação do Programa

Para a implementação do Programa Famílias Fortes a Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria Nacional da Família estabelecerá parcerias com municípios, Organizações da Sociedade Civil e Instituições Federais disponibilizando:

- a) Formação dos articuladores e facilitadores que irão atuar no Famílias Fortes (curso EAD disponibilizado pela Secretaria Nacional da Família no AVAMEC);
- b) Material didático: Manuais dos Facilitadores, Caderno de Atividades dos Pais, Caderno de Atividades dos Filhos, Kit com cartazes e cartões (disponibilizado pela Secretaria Nacional da Família);
- c) Articulador local responsável pela supervisão da execução e pelo preenchimento dos formulários e relatórios de monitoramento do Famílias Fortes;
- d) Facilitadores: de 3 a 5 profissionais, educador social ou Líderes Espirituais (preferencialmente das áreas de assistência social, educação, saúde) com disponibilidade de 5 horas semanais para aplicar a metodologia com um grupo de até 15 famílias;
- e) Cuidador: 1 profissional com disponibilidade de 2 horas semanais para cuidar dos filhos menores de 10 anos durante a realização dos encontros;
- f) Duas salas equipadas com TV ou projetor para os encontros e um espaço para as crianças menores de 10 anos;
- g) Lanche no intervalo dos encontros;
- h) Material de papelaria;
- i) Divulgação da iniciativa na comunidade local.

1.5 Custo e tempo de duração

Além dos equipamentos e dos profissionais, a aplicação de cada ciclo (7 encontros com um grupo de 15 famílias) tem um custo de aproximadamente 3 mil reais para a oferta de lanche e de material de papelaria.

Cada ciclo de 7 encontros tem duração aproximada de 2 meses, pois é realizado um encontro por semana para cada grupo de famílias.

2. PLANO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO APENADO PARA O SISTEMA CARCERÁRIO DO ESTADO

Efetivaremos uma ampla política criminal de valorização dos servidores da segurança e do sistema penal proporcionando condições dignas para o desenvolvimento operacional harmonizando qualificação, infraestrutura e cooperação ampla envolvendo inteligência, recursos e modernização de equipamentos para o cumprimento efetivo da função social da pena, entendendo que, ao Estado compete aplicar os tipos de penas existentes ao transgressor da ordem social, sendo a pena de uma forma ampla, a perda de bens jurídicos impostos pelo Ente Estatal através dos órgãos da justiça, a quem pratica algum crime.

2.1 Compromisso com a Função Social da Pena

A nosso governo estará comprometido com a função social da pena que aponta três aspectos relevantes inerente ao poder do Estado, quais são: o aspecto preventivo, retributivo e o readaptativo, entendemos que o Estado cumpre seu papel de prevenção ao recolher sobre sua custódia o delinquente em espaço de segurança, bem como cumpre seu papel retributivo suspendendo alguns direitos da pessoa humana privado da liberdade, porém o nosso governo empreenderá todos os esforços para cumprimento do terceiro dever do Estado que é a readaptação, ou seja, recuperaremos o apenado para que torne-se um cidadão capaz de retornar a sociedade.

Aplicada a pena ao indivíduo infrator da ordem social, nosso governo se empenhará com múltiplas frentes intersetoriais para que a mesma cumpra sua função social na readaptação desse delinquente. Caberá ao Estado através da Secretaria de Justiça - SEJUS à obrigação e dever de executar a pena priorizando a interface com os demais órgãos de governo e o diálogo com os atores da sociedade civil utilizando-se de todos os dispositivos cabíveis em direito para efetivação dos objetivos da pena.

Observaremos o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana contemplado pelos direitos fundamentais no Brasil como um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, responsável por tutelar o rol de garantias e liberdade dos indivíduos, conforme previsto pelo art. 5º da Constituição de 1988, que por meio de cláusula pétrea enuncia que entre outras assistências: é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

2.2 Técnicas de controle na efetivação das Assistências

A efetivação do conjunto de normas legislativa na execução penal está sobre encargo do Estado através de sua secretaria de justiça, o nosso governo através da administração do sistema carcerário implementará todas as políticas criminais na execução penal com previsibilidade normativa, pois cabe ao ente Estatal efetivar as assistências material, jurídica, educacional, saúde, social e religiosa, dialogando com as instituições da sociedade civil e respeitando a pluralidade religiosa dos internos sem intervir nas convicções dogmáticas de cada grupo, garantindo a diversidade religiosa celebrada pelo Estado Democrático de Direito e o respeito para um convívio amistoso e pacífico existente no Estado Laico, sem parcialidade a qualquer confissão designada ao exercício das atividades pelas instituições em cooperação com o Estado em detrimento de outra na execução das assistências, evidenciando assim a assistência como mecanismo de construção para readaptação da pessoa humana privada de liberdade.

Sabe-se que, o Código Penal brasileiro não norteia a existência da pena de morte ou prisão perpétua que não seja, em caso de guerra declarada, sendo

assim, o nosso governo tem uma certeza, que o infrator em poder do Estado irá voltar ao meio social para o qual se espera um convívio harmônico e pacífico em sociedade, pois a tríplice finalidade da pena consiste; além de prevenir e retribuir, que haja a readaptação, logo ao Estado compete o poder de efetivação desse tripé.

2.3 Qualificação dos Servidores

O nosso governo estruturará a Escola de formação Penitenciária com a propósito de qualificar servidores, desenvolver estratégias, construir planejamentos e programas de formação, capacitação e aprimoramento dos servidores envolvidos com a política criminal do Estado, promovendo o desenvolvimento de recursos humanos, em todos os níveis, compatível com as necessidades do sistema carcerário, visando alcançar políticas públicas de proteção e promoção da dignidade humana dos servidores.

Nosso alvo é ser modelo na gestão penitenciária no Brasil como um referencial de excelência a ser seguido pelos demais Estados da Federação com transmissão de conhecimento, propagação do ensino, implantando uma ampla política de formação com competência para identificar fragilidades e inconsistências do sistema capaz de serem preventivamente corrigidas, servindo-se do múltiplo conhecimento desenvolvido para aprimorar procedimentos e inteligência na execução penal.

2.4 Investimento em Infraestrutura

Empreenderemos uma gestão enfrentando a superlotação carcerária que atravança o desenvolvimento de políticas criminais eficientes capaz de contribuir para prevenção do crime diminuição da violência em sociedade e cumprimento do dever legalmente instituído advindo da custódia conferida ao Estado, como tutor das regras da prevenção, retribuição e readaptação previstas no diploma penal.

Os investimentos que se fizerem necessários serão realizados no sistema penitenciário com a aplicação de recursos precisos para correção de anomalias do sistema carcerário, ampliação de vagas ofertadas visando o isolamento das lideranças de facções criminosas, redução da violência desafogando assim o sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo.

O nosso governo seguirá na direção para implementar substancial conceito de política criminal em nosso sistema carcerário, visando elevar o Estado em sua organização jurídica na busca contínua por mecanismos que combata o crescimento da conduta criminosa sem distinção, respondendo qualquer ato de violência com firmeza, combatendo o crime e enfrentando as injustiças, entendendo não ser permitido pelo ordenamento jurídico pátrio, a nenhum cidadão fazer justiça com as suas próprias mãos. Logo esse governo entende que cabe ao Estado o dever em efetivar políticas de integração social que possibilite ao condenado e ao internado a efetiva ressocialização como função social da pena, pois se espera que o delinquente reintegre ao meio social recuperado após cumprir sua pena.

2.5 O vazio existencial como fator de ausência de sentido para a vida

Nosso governo acredita que a espiritualidade é um fator relevante na composição humana (ser bio-psico-socio-espiritual) podendo ser desenvolvida através de múltiplos caminhos, gerando transformação da forma vivida por quem pouco se importou com os limites e disciplina imposta a sociedade. Quando o legislador insere a proposta da assistência religiosa no rol das assistências da lei de execução penal, ele contempla a possibilidade de preencher o vazio existencial da alma humana, não necessariamente pela religião institucionalizada, mas pelas possibilidades advindas destas, como em especial do interesse individual desenvolvido através do contacto com divino, vias desconhecidas no plano das demais assistências.

A assistência religiosa consegue objetivamente aferir este vazio existencial proporcionando sentindo a vida da pessoa humana privado de sua liberdade, o

estado pode se valer de instrumentos disponíveis no ordenamento jurídico, implementando uma abordagem eficaz, de qualidade em conformidade com a lei e o direito, isso significa dizer cumprir com sua obrigação em readaptar este indivíduo ao convívio social contemplando suas necessidades e alcançando com satisfação os resultados e o funcionamento dentro dessas dimensões.

CONCLUSÃO

Em momentos de grande ira, rancor e ódio onde os instintos mais selvagens do ser humano são aflorados, uma pessoa provavelmente se absterá de matar alguém – ou de qualquer outra conduta tipificada como crime - não porque o Estado considera tal conduta ato ilícito, mas sim em razão da percepção moral da espiritualidade desenvolvida no coração, por se tratar de algo abominável a doutrina espiritual acolhida para si.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A SUSTENTABILIDADE: CONHECER PARA CONSERVAR

O Estado do Espírito Santo, com uma área territorial de aproximadamente 45.000 km², se caracteriza por uma alta biodiversidade ambiental com grande potencial para ser uma referência no uso sustentável de todo o Bioma Mata Atlântica. Esse é um dos nossos grandes desafios.

Sabemos que o Estado (Poder Público) não é capaz de realizar tudo. Há a necessidade de se envolver todos os segmentos da sociedade para cuidar do legado capixaba em termos de natureza – tão pródiga, maravilhosa que tem nos acolhido ao longo de mais de 500 anos.

É preciso desenvolver junto às gerações atuais e futuras o sentido de pertencimento, para que toda a sociedade possa desenvolver suas atividades levando em consideração os princípios básicos de sustentabilidade como economia de energia, minimização do uso de combustíveis, de papel, entre outros.

Para tanto, há necessidade de uma conscientização ambiental via educação, para todas as faixas etárias, a começar pelas crianças, criando uma nova cidadania, uma nova mentalidade de uso dos recursos naturais.

Assim, para a realização de um trabalho efetivo de parceria entre o Estado e os diversos segmentos da sociedade, em busca de uma maior preservação ambiental, o Governo Manato propõe um **Plano de Ação Estratégico de Meio Ambiente e Recursos Hídricos** que estabeleça ações que permitam a convivência sadia entre a economia e os recursos naturais, baseado em 5 (cinco)

pilares: **desburocratizar, descentralizar, pertencer, fomentar e reservar.**

Para isto, os principais eixos de ação do Plano são:

I) Analisar os processos de licenciamento ambiental, agrícola e autorizações acessórias, buscando uma adequação da legislação, para dar uma maior agilidade nos processos, sem comprometimento da preservação do meio ambiente;

II) Promover maior celeridade às ações da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com vista a prestar um atendimento eficaz e eficiente, levando-se em consideração os aspectos ambientais e legais, procurando o equilíbrio entre a produção de alimentos (segurança alimentar), ocupação dos espaços (planejamento) e a conservação do meio ambiente (capital natural capixaba de grande valor econômico e ambiental);

III) Adequar as leis estaduais à realidade atual e futura buscando maior dinamismo, com base em informações científicas que propiciem convivência estreita com a natureza;

IV) Promover mecanismos de desoneração e compensação para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam boas práticas ambientais, tanto no meio rural como urbano, como por exemplo: preservação de nascentes, captação de uso de água de chuva, reuso de águas domésticas e industriais entre outros;

V) Realizar levantamento de projetos de pesquisa e extensão junto às entidades públicas e/ou privadas, bem como incentivar a elaboração de novos projetos, relacionados aos temas mais estratégicos para o Estado, que possam receber incentivos governamentais para sua execução;

VI) Desenvolver estratégias para a redução do lançamento de esgoto in natura nos corpos hídricos, por meio de ações infra estruturais, de fomento e de conscientização da população, alinhadas com o Novo Marco Legal do Saneamento;

VII) Implementar um sistema de monitoramento dos principais recursos hídricos contemplando a qualidade e a quantidade de água nos córregos e rios como indicadores ambientais;

VIII) Fomentar a microgeração de energia eólica e hidrelétrica, incentivando o uso e aproveitamento de energias limpas e renováveis a exemplo do sol como fonte de energia, bioinsumos e biogás;

IX) Desenvolver um Programa Inovador de Recuperação das áreas degradadas e da cobertura agroflorestal com espécies nativas do Bioma Mata Atlântica, com valorização da biodiversidade, utilizando recursos madeireiros e não madeireiros com agregação de valor aos produtos, tais como: óleos, látex, resinas, castanhas, polpas e bioinsumos;

X) Promover uma nova economia florestal sustentável repensando os processos econômicos de forma que não prejudique o equilíbrio do meio ambiente, inserindo a silvicultura com espécies nativas utilizando sistemas agroflorestais e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF, para levar o Espírito Santo ao patamar de produção sustentável;

XI) Incentivar o cultivo de palmeiras (juçara e pupunha) de grande potencial para a sócio biodiversidade do Espírito Santo, propiciando oportunidade ao produtor rural ou extrativista com fonte sustentável e alternativa de renda visando a redução de passivos ambientais;

XII) Avaliar a aptidão das terras para o cultivo de macadâmia, açaí e outras palmeiras cujos produtos estão sendo importados de outros Estados;

XIII) Inserir o conceito de economia circular com indicação de florestas plantadas para fins comerciais e manejo sustentável, com utilização dos recursos naturais de forma racional, garantindo maior equilíbrio do meio ambiente;

XIV) Estimular a substituição de estacas de cercas por árvores, reduzindo a

derrubada de árvores para a construção de cercas e contribuindo para a maior captação de carbono orgânico;

XV) Desenvolver um Programa de Apoio e Incentivo, via Secretaria de Estado da Fazenda, para que os Produtores Rurais possam investir em produtos de alto valor agregado, que poderiam ser produzidos em terras capixabas e, atualmente, são importados pelo ES;

XVI) Planejar o uso e ocupação das terras de forma mais adequada, via geoprocessamento (planejamento de uso das terras via bacia hidrográfica), adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão;

XVII) Elaborar um Programa integrado com a participação da Defesa Civil, Instituições públicas federais, estaduais, municipais, iniciativa privada e a sociedade capixaba reunindo esforços para o enfrentamento e convivência com as chuvas, com utilização de sistemas eficientes de captação de água nas estradas e domicílios, promovendo a maior infiltração no solo para aumento da oferta de água no período seco e evitando as enchentes – evitar grandes desastres via infiltração de água no solo e construção de barragens já licenciadas ou passíveis de licenciamento;

XVIII) Fomentar o uso e a ocupação legal e racional de Unidades de Conservação em áreas urbanas e rurais, promovendo a sustentabilidade e o sentimento de pertencimento dos capixabas;

XIX) Monitorar a interferência de organismos externos na soberania ambiental local e nacional, valorizando as culturas capixaba e brasileira;

XX) Fomentar o uso de áreas abandonadas e marginalizadas para atividades de recreação, lazer e cultura e hortas comunitárias geridas pelas associações locais, reduzindo os índices de criminalidade, a degradação estética das áreas urbanas e rurais e a proliferação de doenças;

XXI) Inserir o tema educação ambiental na matriz curricular da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, no ensino fundamental, como algo

verdadeiramente capixaba, incentivando o conhecimento do nosso Estado;

XXII) Aproveitar e incentivar o ecoturismo fortalecendo a ações das famílias do meio rural e os potenciais ainda não utilizados como a região do Delta do Rio Doce, integrando praias, o mini “everglades” capixaba, lavouras de cacau centenárias com a presença de árvores frondosas do Bioma Mata Atlântica, foz do rio Doce, Projeto Tamar entre outros;

XXIII) Implantar o PROGRAMA VIDA & MEMÓRIA para reconhecimento dos valores e riquezas do Estado e da população capixaba. Implantar o uso do QR Code na identificação dos ambientes, monumentos, praças para resgatar a memória capixaba por meio do uso de aplicativos.

BEM-ESTAR ANIMAL

No Espírito Santo o cuidado com os animais já foi tema de várias leis elaboradas entre os parlamentares. O abandono de animais domésticos foi proibido pela Lei 10.599/2016, do então deputado Marcos Bruno. A proibição da realização de brigas entre cães ou outros animais foi conferida pela Lei 10.627/2017, da deputada Janete de Sá. A deputada também é autora de lei que proíbe a permanência e utilização de animais de grande porte dentro de perímetros urbanos - Lei 10.621/2017.

A Lei 10.842/2018, de Enivaldo dos Anjos, proíbe a distribuição de animais vivos, bem como a exposição, manutenção, utilização e transporte dos mesmos em situações que provoquem maus-tratos. Pela Lei nº 10.967/2019, o deputado Rafael Favatto propôs o pagamento de multa para quem cometer atos de crueldade contra os animais. Já os Pet Shops, clínicas e hospitais veterinários ficam obrigados a informar indícios de maus tratos à Polícia Civil (PC), de acordo com a Lei 10.860/2018, do deputado Dr. Hércules.

Temos um carinho especial por este tema e uma grande responsabilidade em relação aos animais, pois são criaturas que devem ser acolhidas, protegidas e cuidadas. Um Estado também mostra o seu desenvolvimento e a qualidade da

sua educação através de como trata os seus animais. Ainda temos no Espírito Santo grandes problemas em relação ao bem-estar animal, são milhares de cães e gatos abandonados sofrendo maus-tratos, equinos usados de maneira totalmente inadequada para transporte de cargas, animais usados para diversão e apostas em rinhas, sofrendo grandes violências, pássaros transportados de forma desumana, tartarugas presas em redes e mortas por sufocamento com o lixo jogado nas praias. São muitos os casos e vamos nos comprometer a agir em conjunto com os municípios em prol da causa animal.

A SOPAES – Sociedade Protetora dos Animais do Estado do Espírito Santo – tem feito um trabalho de grande dignidade em relação aos animais, despertando na sociedade a consciência da importância dos cuidados para com a fauna e, principalmente, cobrando do Poder Público políticas que efetivem práticas de proteção aos animais e punição a quem lhes promove maus tratos. Recebemos a visita da entidade para ouvirmos suas reivindicações e firmamos o compromisso de olharmos com cuidado para essa causa, criando políticas públicas que favoreçam este cuidado, sempre em parceria com as prefeituras para que estas assumam também esta responsabilidade junto à sociedade.

Vamos dispor na Secretaria do Meio Ambiente uma Coordenação de Bem-Estar Animal que, em constante parceria e diálogo com a SOPAES, analisará a criação de protocolos e políticas públicas voltadas a atender os municípios e instituir o respeito aos animais em vários segmentos a nível estadual. Nos comprometemos a estudar todas as reivindicações com um olhar sensível e consciente da nossa responsabilidade. Atuando juntos, Estado, Prefeituras e Entidades Protetoras, podemos mudar a realidade que temos em nosso Estado, passando a ser espelho para o restante do Brasil em relação ao respeito aos animais.

1. APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagrou a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e possibilitando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação”. Foi a partir desse marco histórico que ocorreu a instituição formal do Sistema Único de Saúde – SUS.

Trinta anos passados, a criação do SUS ainda é vista, em praticamente todo o mundo, como uma das propostas mais avançadas em termos de inclusão social e universalização da assistência. Entretanto, o SUS enfrenta, atualmente, grandes desafios na busca da concretização de suas premissas: por um lado, a insuficiência no financiamento das ações e dos serviços de saúde, agravada pelo envelhecimento da população, pelo gradual crescimento de doenças crônico-degenerativas (transição epidemiológica), pela incorporação tecnológica e constante encarecimento dos serviços de saúde e por outro, a ampliação das exigências dos cidadãos, pela quantidade, presteza e qualidade dos serviços prestados pelo Sistema.

Neste cenário, e ainda, considerando a grave crise econômica do país, além das justas reivindicações do setor saúde pela ampliação do financiamento, o Estado do Espírito Santo desenvolveu rotas e suas diretrizes para promover avanços efetivos ao povo capixaba. O fortalecimento do planejamento do SUS no Estado e na organização do Sistema são as principais estratégias para superar a fragmentação da atenção, integrar e otimizar recursos, evitar desperdícios, melhorar a eficiência dos serviços e a qualidade de suas ações.

2. INTRODUÇÃO

O Plano Estadual de Saúde – PES 2023-2026, apresentado neste documento, é um dos principais instrumentos para aperfeiçoar a atuação da SAÚDE e, a partir da avaliação de levantamentos epidemiológicos em série histórica anteriores, das informações e diagnóstico atual da situação de saúde, propõe contundentemente destacar os problemas e prioridades de intervenção para a melhoria e sustentabilidade do SUS capixaba, visando a equidade entre as regiões e a qualidade de vida e de saúde da população do estado do Espírito Santo.

O caminho para atingir os objetivos maiores do SUS revela-se desafiador e complexo, assim convidamos a todos para participarem da concretização das tarefas propostas neste Plano, bem como para sua contínua revisão e aperfeiçoamento, permitindo que o SUS/ES atenda em superávit às expectativas de todos os cidadãos consagradamente capixabas.

O Governo do Espírito Santo – apresenta o Plano que irá conduzir as ações da saúde pública estadual entre os anos de 2023 e 2026. Este Plano marca a mudança na gestão com a reorientação da política pública de saúde na direção da estruturação e fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e a retomada dos investimentos nos sistemas de saúde municipais e da rede própria do Estado, que se encontra altamente depreciada. Pretende também a recuperação do SUS por meio de sua forte operação na prestação de serviços estratégicos à população e no fortalecimento da regionalização.

Temos ainda a expectativa, no ciclo de 2023 a 2026, de avançar na organização da RAS, cumprindo o papel da SESA na gestão e fomento do SUS, provendo à sociedade os melhores avanços tecnológicos baseados em evidências e eficiência, aliados a práticas humanizadas e respeitadas, ampliando ainda mais a expectativa de vida saudável dos cidadãos capixabas.

Sendo assim, em consonância com diretrizes vigente, a matriz do PES foi construída no modelo DOMI (Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores). As Diretrizes, desenvolvidas a partir dos macroproblemas identificados e do diagnóstico situacional, são formulações com a função de indicar as linhas de ação que, por conseguinte, constituem o arcabouço orientador dos objetivos e metas quadrienais. As quatro diretrizes definidas para o quadriênio 2023-2026 são as seguintes:

Diretriz 01: Organização e Qualificação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), consolidando a regionalização de modo a impactar positivamente nos resultados sanitários para a população capixaba, ampliando a expectativa de vida saudável.

Diretriz 02: Fortalecimento da SESA – ES na Gestão do SUS e na Governança Pública, atendendo as necessidades da sociedade.

Diretriz 03: Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia, visando a Inovação em Saúde.

Diretriz 04: Aperfeiçoamento e Modernização da Gestão Organizacional para a Valorização das Pessoas e Qualificação dos Processos de Trabalho, impactando na resolutividade da SESA-ES.

Os objetivos, desenvolvidos a partir do Balanced Scorecard (Balanceados de Desempenho é uma ferramenta de gestão que serve para gerenciar a estratégia da organização) na construção do Mapa Estratégico da SESA – ES por atores estratégicos, também foram orientados pelos problemas identificados no início do processo. Objetivos adicionais, serão contemplados pelo Mapa, com a equipe técnica reunida e em debate técnico e temático.

Os Indicadores têm relação direta com as metas. A partir deles será possível monitorar o alcance das metas propostas para a vigência de quatro anos, bem como o alcance das metas anualizadas nas programações anuais. Além dos indicadores derivados das metas quadrienais, os indicadores do Rol de pactuação nacional (tripartite) e estadual (bipartite), relacionados às ações de

saúde, serão acompanhados rotineiramente nos quadrimestres e no Relatório Anual de Gestão, sendo seus resultados norteadores para a revisão e ajustes das ações propostas. Os indicadores serão online e ontime com proposta de implantação em até 12 meses após o governo assumir.

Ressalta-se que foi realizada uma importante inflexão na estrutura do plano estadual, que parte do formato vigente construído em três eixos temáticos – Vigilância em Saúde, Assistência e Gestão, e propõe para o PES 2023-2026 diretrizes com ênfase na organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS). O compartilhamento de metas entre as áreas técnicas, especialmente entre os atores da Vigilância em Saúde e da Atenção à Saúde, fortalece o trabalho transversal, coletivo e integrado dos atores da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo, buscando gerar melhores resultados sanitários. O processo de integração dos atores estratégicos e a articulação entre as áreas técnicas da SESA – ES é a tônica da metodologia utilizada no processo, buscando melhorar a estruturação e efetividade da SESA – ES como coordenadora do sistema de saúde no território estadual.

Abaixo segue os principais projetos no novo caminho, a saber:

UM NOVO CAMINHO PARA O ES

Excelência na Territorialidade e
Acesso com Transformação e Automação Digital em um novo caminho

- Construção do novo Hospital Estadual Roberto Silveiras em São Mateus
- Construção do novo Hospital Estadual Infantil de Vitória em Vitória
- Entrega do Hospital Estadual de Cariacica em 2024
- Entrega do Hospital Estadual de Guarapari até 2024
- Habilitação de dois Polos de Unidade de Alta Complexidade de Oncologia (UNACON) na Região Centro– Oeste (Colatina) e Região Norte (Linhares)
- Reforma e Ampliação dos Hospitais Próprios (HESVV, HEDS, UEJM e CREFES)
- Criação do Complexo da Linha de Cuidado da Mulher e do Homem no Norte e no Sul
- Limites de Território para acesso próximo do cidadão para assistência de baixa, média e alta complexidade
- Incentivo para Certificações de Excelência

UM NOVO CAMINHO PARA O ES

Excelência na Territorialidade e Acesso com Transformação e Automação Digital em um novo caminho

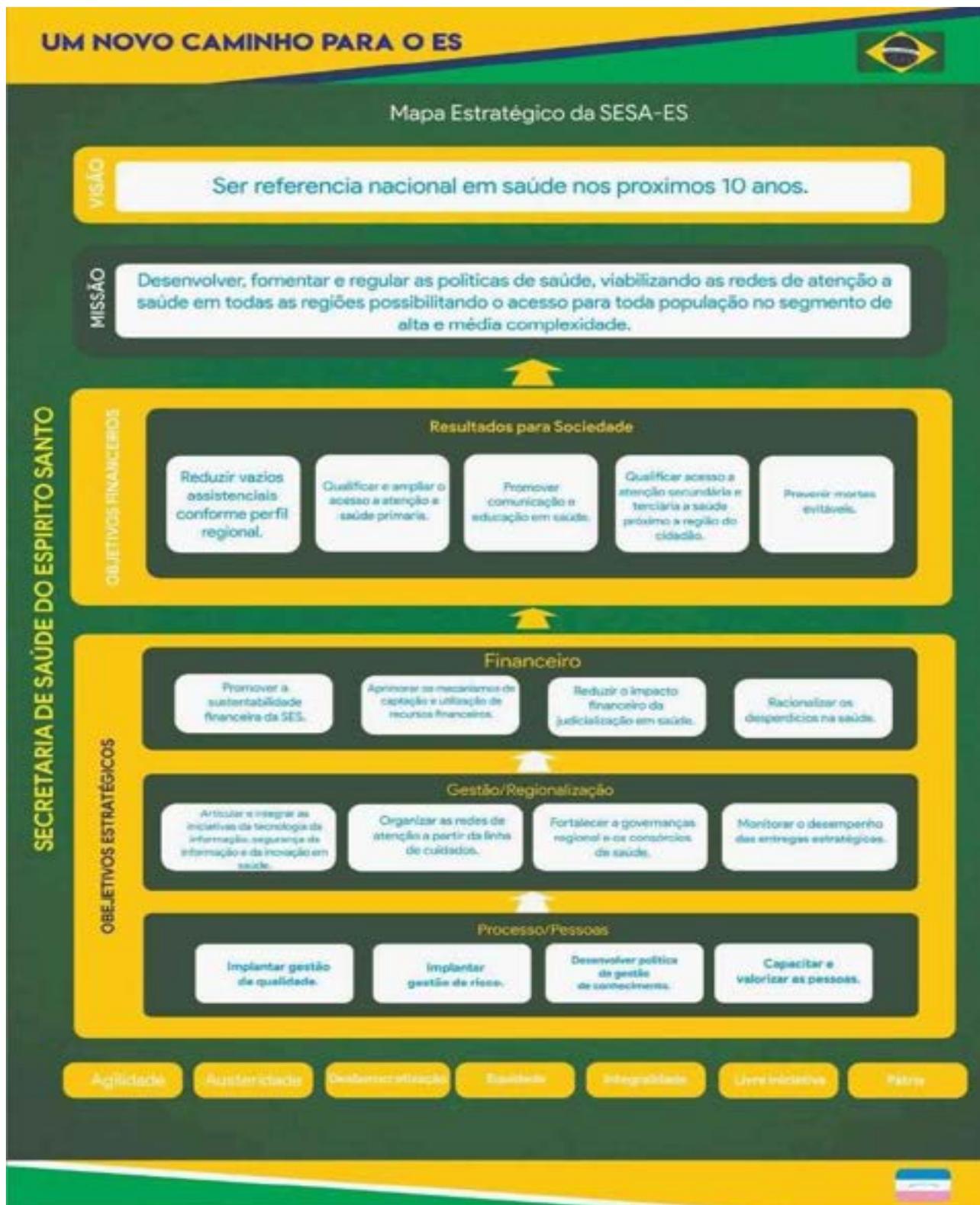
- Criação da Corporação de Pesquisa e Projeto, Atualização, Treinamento e *Insight* da atualidade na Saúde - Pátria
- Contratação dos serviços de média e alta complexidade através dos Consórcios Intermunicipais com apoio do orçamento estadual
- Implantar a Central de Serviços Compartilhados dos Consórcios Municipais em parceria com o Governo Estadual.
- Projeto Centro Logístico de Aquisição e Distribuição
- Atenção Integral no Complexo de Reabilitação e Cuidados Integrados
- Agendamento de especialidades pelo médico da APS e na Unidade Hospitalar quando Alta
- Linha de Cuidados Médico com Alta Performance com Associações Médicas
- Aumento da Cobertura de Saúde Primária na média – 95% em todo estado até 2026
- Aumentar a cobertura estimada de saúde bucal na atenção básica
- Redução da Mortalidade Infantil e Neonatal
- *Redução da Mortalidade de mulheres em idade fértil e mortalidade materna*

UM NOVO CAMINHO PARA O ES

Excelência na Territorialidade e Acesso com Transformação e Automação Digital em um novo caminho

- Transformar duas unidades (Norte e Sul) abaixo de 50 leitos e sem produção em *Residência Multidisciplinar em Saúde Mental*
- Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) anos em mínimo de 30% até 2026
- Programa Estadual de Gestão Cirurgias Eletivas, Consultas de especialistas e Exames complementares. Com prazos estabelecidos por matriz GUT (Gravidade, Tendência e Urgência) e Critérios Universais Clínicos
- Centro Multidisciplinar de Atendimento Infantil para Distúrbios do Desenvolvimento Infantil
- Desenvolver e Publicação de portarias estaduais que possuem marco de regular casos clínicos excepcionais para regulação de atendimentos médicos. Exemplo: Transplantes, Oncologia, Paralisia Cerebral e outras.

3. O MAPA ESTRATÉGICO DA SAÚDE



3.1 O Modelo de Construção

A Política de Atenção Hospitalar do Estado do Espírito Santo está sendo desenvolvida em três módulos, a saber:

I) Hospitais de Pequeno Porte (HPP);

II) Hospitais da micro e macrorregional e,

III) Política Estadual das Cirurgias Eletivas, Exames complementares e Consultas de especialistas. A concepção da Política de Atenção Hospitalar em módulos é uma resposta à complexidade do sistema de saúde, heterogeneidade do perfil dos estabelecimentos hospitalares e demandas/necessidades identificadas no processo de construção do modelo.

Essa concepção em módulos emergiu durante a elaboração do diagnóstico situacional, que, dentre outras coisas, identificou que:

I) Estimativa de 39% dos estabelecimentos hospitalares são classificados como “Hospitais de Pequeno Porte” (leitos totais < 50 leitos);

II) A Taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP) é inversamente relacionada ao número de leitos;

III) A Taxa de Ocupação é diretamente associada ao número de leitos;

IV) Parte significativa dos recursos da Estratégia das Eletivas do MS é consumida por cirurgias de alta complexidade;

V) A estimativa é que a fila das eletivas (Consultas, Cirurgias e SADT) ultrapasse 300 mil itens.

Assim, tem-se:



Fonte: Módulos de desenvolvimento da Política de Atenção Hospitalar

Os Hospitais de Pequeno Porte possuem no complexo de atendimento no Estado do Espírito Santo - e atualmente não estão na rede estadual devido a não contratualização regida pela portaria GM/MS 3.390/2013, entretanto, prestam serviços para o SUS.

A proposta é a entrega do pleito e suas justificativas para revisão da legislação e vocacionar estes hospitais, a partir do seu perfil e assistência prestada, ou seja, a partir da sua relevância para a sua Microrregião de Saúde.

A proposta está em consonância com o que vem sendo realizado pelo Ministério da Saúde que está em processo de reformulação da Política Nacional de Hospitais de Pequeno Porte.

Os Hospitais de relevância micro e macrorregionais são os hospitais identificados como estratégicos para as Redes de Atenção à Saúde, sendo considerados resolutivos (ou potencialmente), agregando valor às políticas de saúde desenvolvidas no âmbito do Estado.

Estima-se que este conjunto seja composto por cerca de 131 hospitais. Mesmo com reestruturação da Atenção Hospitalar (resultado almejado com os dois módulos anteriores) é esperado que parte das demandas não sejam absorvidas pela Rede – demandas estas que compõem parte dos processos judicializados e/ou estão na fila de espera.

Adicionada à impossibilidade de absorver toda a demanda, há a necessidade identificada de “girar” a fila de espera das cirurgias eletivas e as demandas de SADT. Nesse sentido, é previsto um módulo destinado à Política Estadual das Cirurgias Eletivas e SADT, com o objetivo reduzir as filas de espera por cirurgias. Inicialmente, serão identificados os procedimentos prioritários (procedimentos com alta frequência e maior complexidade e prioridade clínica).

Natureza Juridica da Unidade Hospitalar	Percentual
Rede Filantrópica	33%
Rede Própria	17%
Municipal	14%
Privada	35%

Fonte: CNES, 2021.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Para o alcance dos objetivos propostos pela Política de Atenção Hospitalar foi traçado percurso metodológico com etapas e atividades definidas. A primeira etapa compreende o diagnóstico das condições de saúde da população, com enfoque na atenção hospitalar.

Na segunda fase são levantadas informações sobre os fluxos de atendimento, segundo especialidade e complexidade, além da identificação de vazios assistenciais e hospitalares como pontos de saúde.

O mapeamento dos estabelecimentos de saúde da atenção secundária e terciária e a tipificação dos estabelecimentos hospitalares são atividades definidas para a terceira etapa.

A quarta etapa é constituída pela alocação de recursos nas Regiões de Saúde e, finalmente, a quinta etapa agrega as etapas anteriores ao vincular os recursos aos resultados assistenciais desejados (Figura 01).



Figura 01 – Etapas construção da Política Hospitalar

As fases acima serão executadas e melhor compreendidas após minucioso levantamento de dados após a nossa vitória nas urnas.

Entende-se que se trata de um importante produto institucional que irá subsidiar não apenas a Política de Atenção Hospitalar, mas as atividades desenvolvidas no âmbito da SESA-ES.

5. SEGMENTOS ANALÍTICOS NA SAÚDE

I) Internação hospitalar/morbidade

Os principais grupos atuais de morbidades responsáveis por internações hospitalares no Espírito Santo são as doenças respiratórias, cardiovasculares e perinatais. Se a atenção à saúde fosse eficiente e oportuna esses problemas poderiam ser minimizados e ocorreria a diminuição de internações e óbitos.

II) Taxa de internação

Devido ao aumento dos casos de covid 19 a demanda por leitos de internação para Covid-19 foi de 4,75 pacientes por dia. Fazendo com que assim a taxa de internação aumentasse de forma gradativa no estado, assim ocorre o acúmulo de pacientes com doenças gerais e os novos casos de covid. Entretanto, leitos possíveis de internações do Sul ao Norte não foram utilizados com taxa de uso para cirurgias eletivas e ou para demandas de infectologia como, por exemplo, COVID. Fazendo assim que os cidadãos tivessem acesso em grande proporção na Grande Vitória através de transportes sanitários e longe de sua rede de apoio.

III) Proporção de internações hospitalares.

A proporção de internações no ES varia entre os hospitais vinculados ao SUS quando avaliados pelo seu porte (número de leitos). Há uma diferença significativa entre os grupos de hospitais com até 100 leitos e aqueles com hospitais que possuem mais de 101 leitos.

6. SAÚDE, ADOECIMENTO E MORTE: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, DEMOGRÁFICO E CULTURAL

No Estado do Espírito Santo para fins analíticos e teóricos o sistema de saúde pode ser considerado um sistema cultural como qualquer outro etnomédico. As intervenções devido aos fenômenos mórbidos dos pacientes tratados e observados por profissionais da área de saúde, formados pelo sistema biomédico, devem ser analisados e balizados pelo conceito de relativismo cultural. Diante disso, buscamos evitar tomada de posturas e análises etnocêntricas por parte desses profissionais.

O sistema de saúde está acoplado em aspectos gerais da cultura, assim diante de um determinado grupo social a forma de pensar e se organizar para que consiga manter sua saúde e enfrentar as possíveis doenças não está dissociado da visão de mundo e da experiência geral que esse tem a respeito dos demais aspectos e dimensões socioculturalmente informados.

Diante da compreensão desses fatores, ocorrerá os conhecimentos e práticas relacionados à saúde das pessoas que formam a sociedade portadora de um sistema. A situação socioeconômica afeta igualmente a saúde, o que acaba levando os indivíduos a adoecerem e conseqüentemente, em alguns casos, à morte. Isso se torna mais grave em pessoas de baixa renda e que vivem em situações complicadas no Estado, pois no Espírito Santo, diversas cidades nem sequer tem sistema de saneamento básico. Isso leva ao aumento de pessoas doentes, aglomerações em sistemas de saúde e, em alguns casos, leva à morte.

Essas situações tendem a piorar no Estado devido ao número de pessoas que migram para as nossas cidades, ao número de gestantes que cresceu de forma gradativa no ano de 2022, e aos nascidos durante a pandemia. Isso ocorre porque, na maioria desses casos, são pessoas de baixa renda que passam a viver de forma insalubre levando ao aumento de doenças.

Ainda assim verifica-se que o SVO - O Serviço de Verificação de Óbito (Núcleo de Serviços – Necropsias e Biópsias, da Secretaria de Estado da Saúde) do

Espírito Santo, anualmente, realiza cerca de 3.700 autópsias. Entendemos a necessidade de criar o SVO com unidade no norte e no sul do Estado.

As doenças cardiovasculares, em especial a hipertensão arterial, são a principal causa de óbito entre os capixabas que sofrem morte natural. A informação é do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), responsável por determinar o que provocou o óbito em casos de morte natural de causa desconhecida.

O dimensionamento dos pontos de saúde para o acesso do cidadão no atendimento em média e alta complexidade mais próximo de seu município da sua origem onde está projetado sugestivamente nos próximos capítulos.

6.1. Consórcios de Saúde

Nos termos do art. 18 da Constituição Federal são considerados os entes da Federação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Decorrente lógico, os consórcios públicos intermunicipais são aqueles arranjos formados entre Municípios, embora seja possível a participação dos Estados e da União.

A cooperação entre os Entes federativos pode ser horizontal (Entes de mesma qualificação) ou vertical (Entes distintos), possibilitando diversas conjugações. A área de atuação do consórcio público corresponde à soma dos territórios dos Entes envolvidos, conforme descrito no art. 2º, II, alíneas a, b e c, Decreto 6.017.

O Estado do Espírito Santo ANULOU os consórcios públicos centralizando práticas monocráticas com foco em interesses partidários e não tão somente com o cidadão capixaba.

O fluxo de financiamento pode ser assim desenvolvido dentro do arcabouço abaixo, a saber:

CONSÓRCIO DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

CIM Noroeste

DADOS DO CONSORCIO

CNPJ: 02.236.721/0001-30
TELEFONE: (27) 3745-1549 / (27)
9945-6991 / (27) 3745-1357
EMAIL: cimnoroeste@hotmail.com
ENDEREÇO: Avenida Joao
Quilúqui N°26 - Agulha Branca

MUNICIPIOS ATENDIDO

Água Doce do Norte, Águia Branca,
Alto Rio Novo, Balsa Guandu, Barra
de São Francisco, Colatina,
Escoporação, Governador
Lindenberg, Mantena/MG,
Marilândia, Mantenaópolis, Pancas,
São Domingos do Norte, São Gabriel
da Palha, Vila Pavão e Vila Volério.

HOSPITAIS

- Total de 8 hospitais

SERVIÇOS CONTRATADOS NA ATUALIDADE

CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES DE BAIXA COMPLEXIDADE.

Fonte: Consultas online e fonada, 2021.

Nosso governo propõe a utilização dos consórcios conforme proposta abaixo:

PROPOSTAS DO NOVO CAMINHO, A SABER:

1. Levar para SIB proposta de criar diretoria estadual dos consórcio (Diretoria Estadual da Central de Consórcios do Espírito santo) com uma única plataforma de divulgação das informações e publicidades de compras. (O colegiado dos prefeitos nomeariam).
2. Incluir nos consórcios as contratações de gestão privada para gerir saúde, como exemplos, a saber: contratação de gestão para UPAs, serviços médicos e não médicos e Procedimentos de média e alta complexidade conforme classificação regional.
3. Contratualização do estado com os municípios.
4. Financiamento: recursos municipais, estadual e federal (estadual e federal com descentralização de recursos e controle através de metas e acompanhamento automatizado com a base Tabwin e sistema próprio de metas de qualidade para média e alta complexidade).
5. Contratação de organizações sociais e privadas para execução de abertura de acesso para pontos de saúde em todo estado.
6. Gestão de serviços de educação em saúde
7. Contratação de Hemodiálise e serviços de terapia renal substitutiva, Contratação de Serviços Auxiliar, diagnóstico e Terapeutico

Fonte: Consultas online e fonada, 2021.

7. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A iniciativa estadual no Brasil de nível federal voltada somente para vigilância foi o site de informação a saúde, ele ocorre em todo território capixaba e foi iniciado em 2020 como um sistema de notificação compulsória. Atualmente essa vigilância em saúde está em 78 municípios e é caracterizado por ser inovador e

pela velocidade. Entretanto, muitas outras notificações ainda não estão sendo contempladas, como por exemplo, violências, essas das quais iremos compilar para inserções imediatas após assumir o governo.

7.1 Rede de laboratórios conveniados da SESA-ES

Instituída pela portaria 069-R de 23/08/2006 a rede estadual de laboratórios foi constituída através de diversos laboratórios de gestão privada e pública que produzem análises aos quais são interessadas em saúde pública. O cadastro nesses setores auxilia no diagnóstico para que assim ocorra a identificação das sub-redes.

O apoio em expansão se dará com a inserção e oferta de hemoderivados e se dará em expansão através de Centros Logísticos com processos de aquisição através dos consórcios municipais.

7.2 Vigilância Epidemiológica

O Núcleo de Vigilância Epidemiológica busca conduzir ações sobre a vigilância Epidemiológica de avanços da saúde, assistência constante no processo saúde-doença, analisando questões pertinentes e construindo ações que forem necessárias para que assim ocorra uma intervenção positiva, a acumulação de saúde da população. Diante das faces, diversas variáveis mundiais de saúde se farão necessárias no desenvolvimento de planos de contingências e catástrofes com automatização dos processos dentro de um arcabouço com as esferas militares, sociedade civil, sociedades médicas, sociedades de enfermagem e militares, bem como com canal direto com Governo Federal através do Ministério da Saúde.

7.2.1. Imunização

O Sistema de Informação Nominal e por Procedência do Vacinado (SIPNI) foi iniciado no final de 2014 e implementado pelos municípios. Nos dias atuais eles buscam finalizar a SIPNI e cerca de 91% das salas de vacinas do ES utilizam

esse sistema. Com esse sistema já implementado em todas as salas de vacinação do Estado, pode ocorrer que a avaliação perante a homogeneidade de dados coletados por procedência do usuário e não pelo local onde a vacinação será realizada. Em até 2023 o SIPNI estará funcionando em 100% da rede vacinal onde o cidadão tem a comodidade de emissão de seus comprovantes via digital de qualquer lugar do mundo.

Uma fragilidade são as vacinas anteriores ao ano de 2014, das quais deverão ser inseridas pelos gestores municipais do qual o Estado apoiará a ação global com a sociedade.

7.2.2. Doenças e agravos não transmissíveis – DANT

As Doenças e Agravos não Transmissíveis contribuem para que ocorra aumento de doenças como diabetes, câncer dentre outras. A equipe técnica de Vigilância das Doenças não Transmissíveis do ES, nesses casos, é de extrema importância, construindo iniciativas voltadas a vigilância epidemiológica da patologia.

O governo em seu plano apresentará ações através de canais digitais para condutas e irá oferecer juntamente com a cadeia sustentável de parceiros federais o acesso de melhor consumo sob orientação nutricional com as classes.

7.2.3. Doenças crônicas não transmissíveis.

Elas são superiores aos agravos infecciosos, que são de certa forma favorecidas pela transformação demográfica. No estado do Espírito Santo a vigilância dessas doenças é formada por alguns grupos temáticos seguindo a sua determinada área de formação e o desenvolvimento de suas atividades. Ainda assim o novo governo estará inserindo um programa sistematizado para monitorar os casos e intervir nos indicadores de saúde através de programa digital que será monitorado por equipe capacitada.

No Estado, estima-se que haja 1,3 milhão de hipertensos; 691 mil diabéticos; 21 mil com doenças do aparelho respiratório e; 23.100 com obesidade grave e essa população precisa ficar alerta. Deixando evidente que os cuidados diários são essenciais e o papel da saúde primária necessita ser efetiva para que esses indicadores sejam em menor escala, nocivos para sociedade.

Ainda assim o novo governo inserirá um programa sistematizado para monitorar os casos e intervir nos indicadores de saúde através de programa digital que será monitorado por equipe habilitada e ainda assim inserir a telemedicina e o tratamento nas casas dos capixabas.

7.2.4 Violências

Essa linha de cuidado é formada pela saúde, educação, assistência social, conselhos tutelares, delegados, policiais e outros. Ainda existem muitos municípios silenciosos, sendo este um dos desafios para a vigilância em saúde. A partir de 2011, quando a notificação de violência tornou-se compulsória, houve um crescimento de 1.017% no número de notificações no estado. Em 2021, foram notificados 9.549 casos de violência e 99,6% das vítimas residiam no Espírito Santo. Esses casos são muito além dessas notificações e o governo estará sistematizando essa linha de cuidado para minimizar as violências e realizar as condenações dos agressores.

7.2.5. Sífilis

O Espírito Santo possui a 2ª maior taxa de detecção de sífilis adquirida no cenário nacional, com 87,9 casos/100.000 habitantes, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Já o município de Vitória é a capital com a 2º maior taxa de detecção, com 190 casos/100.000 habitantes, atrás apenas de Florianópolis, SC. Essa é uma das causas de óbitos materno e infantil.

Apesar de registros dessa gestão atual, a execução do Plano vem apresentando resultados significativos, tendo em vista que após 10 anos de curva ascendente, tivemos a primeira redução em 2018 e esta tendência se mantém em 2019. O

“Plano Estadual de Enfrentamento a Sífilis Congênita” continua como agenda estratégica no PES 2023-2026.

O descaso desse indicador é agravante e evidencia, pelos indicadores de morte precoce, o desgoverno atual. O novo governo propõe junto a ESF e a saúde digital reduzir esses indicadores com intervenções imediatas e preventivas através de imunizações efetivas e com apoio efetivo aos municípios.

7.2.6 HIV/AIDS

No estado do Espírito Santo, no período de 1985 a 2018, foram notificados 16.661 casos de HIV/AIDS, sendo 10.514 do sexo masculino (66,3%) e 5.147 do sexo feminino (33,7%), com 70,8% dos casos devido à transmissão sexual do HIV. A taxa de detecção de HIV no ano de 2019 foi de 31,2 casos para cada 100.000 habitantes.

O programa do governo está com um arcabouço de prevenção dessa doença infecciosa, ainda notificada e aumentada em nosso estado, se dará com programa de investimento em prevenção digital, oferta de insumos e uma linha de cuidado efetiva aos contaminados incluindo subsídios no Auxílio Brasil.

7.2.7. Tuberculose

No estado foram notificados 1.282 casos novos de Tuberculose, o que representou um coeficiente de incidência de 32,2 casos/100.000 hab., superior ao ano anterior (28,3 casos/100.000 hab.). A taxa de mortalidade (1,7 óbitos/100.000 hab.) se manteve estável em relação ao ano de 2017. Em relação ao encerramento do tratamento de casos novos de tuberculose, a cura e o abandono em 2017 foram respectivamente de 76,8% e 8,5%. O programa do governo de prevenção dessa doença infecciosa, ainda notificada e aumentada em nosso estado, se dará com programa de investimento em prevenção digital, oferta de insumos e uma linha de cuidado efetiva aos contaminados.

A taxa de abandono do tratamento se dará com monitoramento digital e minimização de contaminação dando ao contaminado acesso a recursos necessários para o tratamento.

7.2.8. Hanseníase

É uma doença crônica, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, que pode afetar qualquer pessoa. A evolução da Hanseníase aponta para a manutenção da tendência de queda nos coeficientes de detecção geral em menores de 15 anos e da prevalência; para altos percentuais de cura em menores de 15 anos e mais de 90% de exame de contatos e avaliação do grau de incapacidade no momento do diagnóstico.

7.2.9. Arboviroses

As diferenças da situação epidemiológica no Espírito Santo referentes às arboviroses, doenças que são transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, como a Dengue, a Chikungunya e a Zika. Em 2020 ocorreu uma redução de 40% da casuística dos casos de dengue sendo que em 2022 esses casos voltaram a ter um aumento. A manutenção e intensificação de prevenção dos casos serão ações prioritárias na saúde primária.

7.2.10. Zoonoses

O Centro de Controle de Zoonoses busca promover ações com uma influência direta sobre a zoonose ou animal peçonhento de forma a prevenir a ocorrência ou reduzir o número de casos. São ações de educação, que promovem a saúde humana, vacinação antirrábica de animais além da remoção de animais domésticos com suspeita clínica de zoonose de relevância para a saúde humana.

7.2.11. Leishmaniose

É um conjunto de doenças causadas por protozoários do gênero *Leishmania* e da família *Trypanosomatidae*. foram registradas 660 notificações de Leishmaniose Tegumentar Americana com 71,21% dos casos autóctones. Dentre os casos notificados, houve o predomínio do sexo masculino (64,39%), com idade variando entre 0 a 97 anos.

7.2.12. Raiva humana

De acordo com a SESA no ES não há registro de casos de raiva desde o ano de 2003. O último caso registrado evoluiu a óbito onde a pessoa foi contaminada através de um morcego. A raiva humana é transmitida através da saliva do animal infectado.

7.2.13. Leptospirose

É uma doença infecciosa febril aguda que é transmitida a partir da exposição direta ou indireta à urina de animais. O estado registrou 5.434 notificações de leptospirose, com 447 casos confirmados por município de infecção. Desse total, 99 foram do município de Serra, 24 de Afonso Cláudio, 24 de Vitória.

7.2.14 Acidentes por animais peçonhentos

Os acidentes por animais peçonhentos (AP) são os responsáveis pela maioria das notificações de intoxicação registradas pelo Centro de Atendimento Toxicológico (Toxcen). Ocorreu um aumento no número de notificações de AP e óbitos, fato que se repetiu em 2018. Representaram 45,6% do total e 60% dos óbitos por AP.

7.2.15. Vigilância da qualidade da água para consumo humano

Buscando avaliar os riscos à saúde representada pela água consumida e focando na intervenção com ações alternativas o ES implantou o VigiÁgua no ano 2000 e, atualmente, abrange 78 municípios do Estado. Ele fornece subsídios

para a vigilância da qualidade da água para consumo humano nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde.

7.2.16. Saúde do trabalhador – ações atuais do governo

O Estado busca o fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial; Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social; Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos; Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

7.3 Atenção Primária em Saúde

O principal pilar do sistema brasileiro é a Atenção Primária à Saúde (APS), que é o primeiro nível de atendimento do paciente, envolvendo ações com foco principalmente na prevenção de doenças, orientação, diagnóstico precoce e acompanhamento contínuo dos casos. Entretanto, nosso Estado não tem demonstrado resultados eficientes e de impacto na vida do cidadão durante todo período da gestão.

O plano é um instrumento de planejamento de curto à longo prazo constituído por um conjunto de programas vinculados ao primeiro nível de atenção à saúde, com estratégias que orientam a efetivação de um modelo de atenção resolutiva e que atenda às necessidades de saúde da população, de forma a consolidar os avanços da área nos municípios capixabas. De forma complementar às equipes que atuam na atenção primária, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) constitui uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde para apoiar o planejamento e a execução dos trabalhos das equipes da atenção primária, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob sua responsabilidade.

E ainda assim aferir a média das regiões Metropolitana, Sul e Norte Centro-Oeste. Observa-se que na média nosso estado merece melhores acessos básicos em seu município. Vejam:



Esses dados demonstrados acima podem assim ser verificados com o desempenho dos indicadores de mortalidade de mulheres em idade fértil, materna e infantil. Os mesmos se cruzam com a taxa de mortalidade.

7.3.2. Mortalidade de mulheres em idade fértil e mortalidade materna

Foram registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 8.797 óbitos de mulheres em idade fértil, sendo que a maior frequência foi no ano de 2014, com um total de 1.324 óbitos.

A Região de Saúde Metropolitana foi a que mais registrou óbitos no período, seguida da Região Sul, da Central e por último, da Região Norte. Os óbitos foram mais frequentes na faixa etária entre 40 a 49 anos (47,0%).

7.3.4 Mortalidade infantil

A TMI apresentou tendência de queda, passando de 11,87 para 10,55 óbitos/1000 NV. Apesar da tendência de declínio da mortalidade infantil no estado, a mortalidade neonatal se manteve elevada. No ES a concentração das mortes infantis na primeira semana de vida demonstra a estreita relação da mortalidade neonatal precoce com a assistência de saúde primária.

A taxa de cesáreas: A taxa de cesáreas no ES ainda é bem maior que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), principalmente na rede privada. O percentual indicado é de 15%, entretanto atualmente 61% dos partos no estado continuam sendo cesárias e com uma taxa bem superior a recomendada pela OMS.

Observa-se que os indicadores capixabas estão péssimos.

7.3.5 Programa Saúde na Escola

É uma iniciativa intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação que tem a finalidade de contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica do estado, por meio da articulação entre os profissionais de saúde da Atenção Primária.

7.3.6. Práticas Integrativas e Complementares

A Política de Práticas Integrativas e Complementares do Estado do Espírito Santo foi concebida visando atender às atribuições do Gestor Estadual, segundo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Ministério da Saúde (PNPIC). Está em concordância com os princípios do SUS em promover acesso às pessoas que optarem por este tipo de tratamento.

7.3.7 e-SUS

O Sistema de Informação em Saúde e-SUS busca além do tempo real, a coleta de dados será ampliada, com variáveis que permitirão análises mais consistentes futuramente. Além de permitir também intervenções precisas e locais, como realocação de recursos humanos, aberturas de leitos, por meio das análises próximas da realidade.

7.4. Rede de Atenção Psicossocial – RAPS

O Programa de Residência Multidisciplinar em Saúde Mental é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Trata-se de uma formação multiprofissional, considerada uma especialização padrão ouro de ensino por ter a maior parte de sua formação no serviço, sob orientação docente assistencial. Entretanto, os casos com ausência do acesso para linha de cuidado da saúde mental ainda é uma grande fragilidade.

O governo apresenta a expansão com cobertura na região norte, centro-oeste, noroeste e todo o sul do estado fazendo com que essa rede tenha atenção na linha de cuidado para todas as macrorregiões do estado e assim sem transferências da metropolitana para pontos distantes da rede de apoio dos familiares.

8. REDE ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - RUE

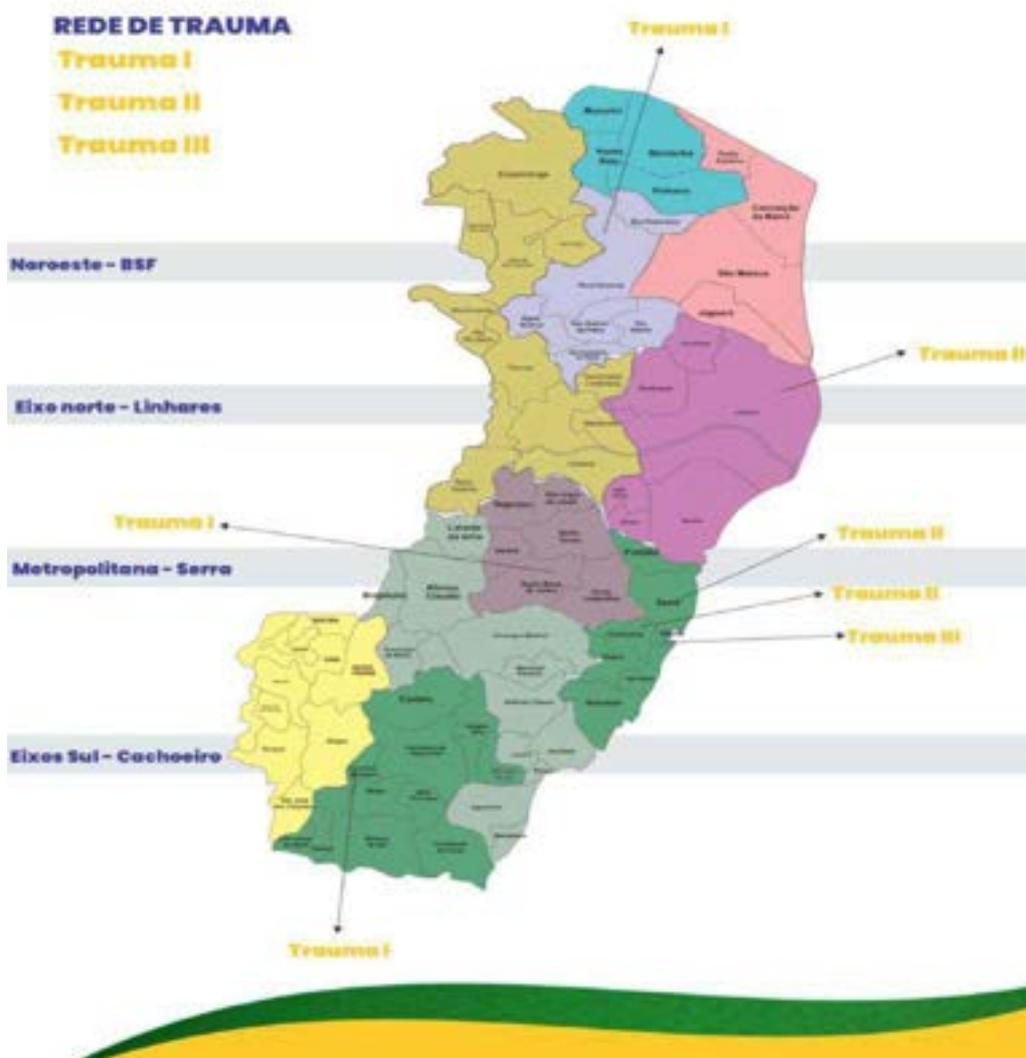
Os conceitos de “urgência” e “emergência” ocorreram devido ao fato de ainda termos muitos problemas no atendimento a essas condições, como: questões que passam pela organização do serviço, da abordagem das duas condições como se fosse a mesma coisa, ou até mesmo a ausência de uma sala específica para estabilização de casos mais graves, como por exemplo, a sala de choque. A rede dimensionada se dará conforme portaria ministerial do Trauma I, Trauma II e Trauma III.

O acesso dos pontos de saúde se dará conforme mapa dimensionando abaixo após revisão da grade de referência com a equipe técnica da SESA, a saber:





Mapa Espírito Santo



9. UNACON

São responsáveis por prestar tratamento cirúrgico, complementar e reabilitador aos portadores de neoplasias malignas através da rede hospitalar habilitada para os serviços de Oncologia de todos os segmentos incluindo pediatria e adulto bem como de Cabeça e Pescoço no Estado Espírito Santo. Conforme proposta do governo a rede se dará centralizada por região de modo que o cidadão não se locomova para os grandes centros.

Dessa forma a descentralização ocorrerá com o método, a saber:

VILA VELHA – 01(Hospital Evangélico de Vila Velha)

VITÓRIA – 02 (Hospital Santa Rita de Cássia e Hospital Santa Casa)

SUL – 01 (Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim)

NORTE – 01 (há habilitar Hospital Rio Doce)

NOROESTE – 01 (habilitar Colatina)



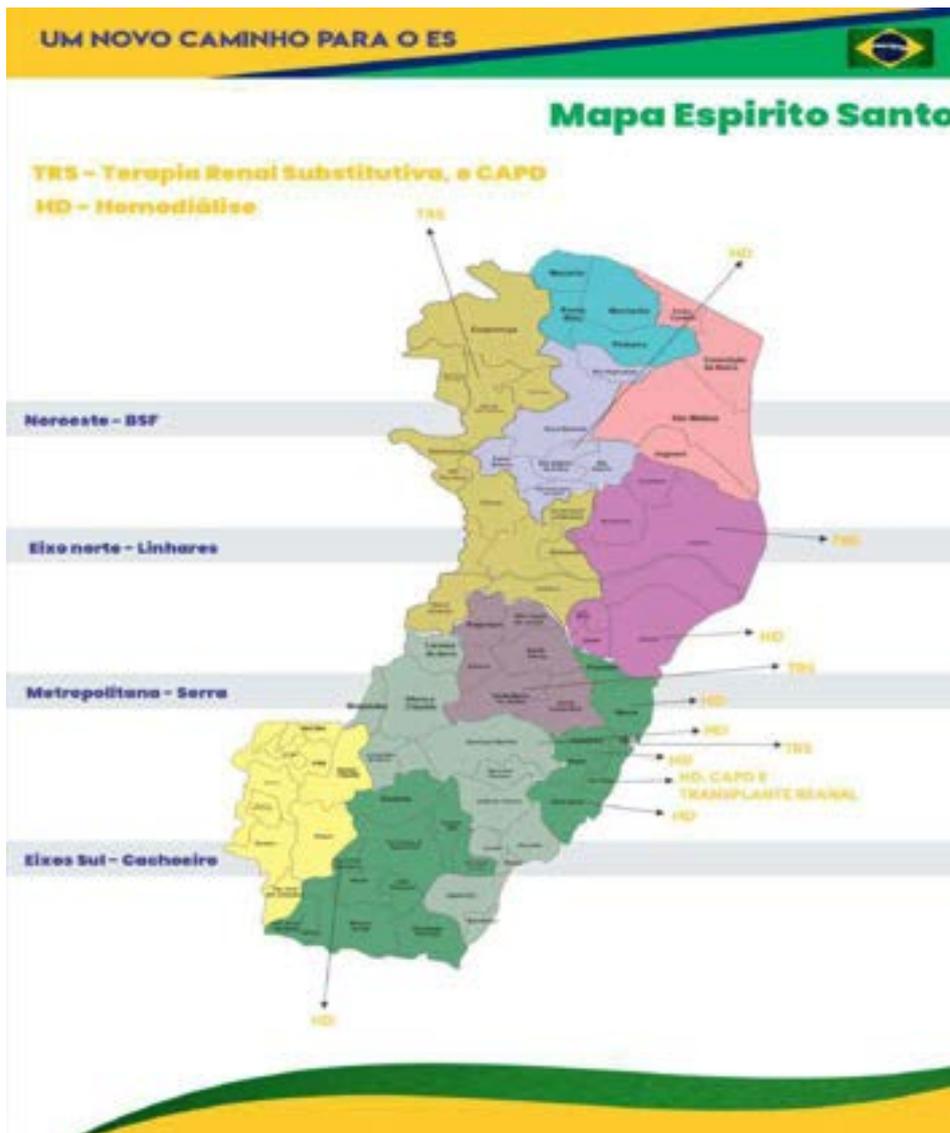
10. TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

A Terapia Renal Substitutiva é o tratamento que exerce as funções dos rins que, quando doentes, não conseguem mais executar. A perda da função renal não deve, em hipótese alguma, ser vista como um problema intransponível ou confundida com uma situação terminal de vida porque, uma vez diagnosticada, você pode optar por vários tratamentos. É necessário que se escolha junto aos familiares e a equipe clínica a melhor alternativa de tratamento para manter a qualidade de vida do portador.

Conforme a legislação vigente, é um direito de o paciente ser informado sobre as diferentes alternativas de tratamento e seus benefícios, garantindo-lhe a livre escolha do método, respeitando-se as contraindicações.

As alternativas de tratamento são: Transplante Renal, Hemodiálise Aguda e ou Crônica e Diálise.

Nosso Estado, ainda em grande escala, concentra essas terapias na Grande Vitória, tornando-se assim, além do processo da terapia somado à logística de percurso até o ponto de acesso da saúde, ainda mais sofrimento aos cidadãos de bem.



11. REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – RCPD

Atualmente a rede é fragilizada e com baixa resolutividade. O governo possui em seu plano desenvolver em seu centro de intervenções, internações, reabilitações e adaptações à Pessoa com Deficiência e atendimento aos autistas e seus desdobramentos. Na atualidade em média mais de 2.000 cadeiras estão pendentes em processo de aquisição das quais não são efetivas deixando assim essa população vulnerável, pois essa é a única via de transporte dessa população.

12. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

No ES há uma das maiores e bem estruturadas políticas de assistências farmacêuticas do Brasil através do SUS- ES. As doses dos medicamentos ficam disponíveis à população através das Farmácias Cidadãs Estaduais, ao qual é uma estratégia de acesso a 70 medicamentos no âmbito do SUS que tem o foco em garantir a integralidade durante o tratamento medicamentoso.

Há uma fragilidade no sistema de compras e dispensações para curto prazo sendo importante a criação de um centro logístico de aquisição e distribuição de medicamentos e materiais, além de farmácias populares em todos os municípios que sejam integrados com a SESA e Ministério da Saúde.

13. EDUCAÇÃO EM SAÚDE

As escolas desenvolvem muitas de suas ações, a partir de acordos de cooperação técnica, intercâmbio e parcerias com instituições públicas e organizações privadas em programas de formação profissional e educação permanente, bem como a criação e manutenção de espaços para aprendizagem e a troca de experiências devolvidas na área social com universidades e centros de pesquisa. Sendo assim nosso programa de cooperação técnica se dará com sociedades civis profissionais, universidades privadas estaduais, federal e internacional em região com resultados A1.

As atividades se darão de forma presencial e à distância por canais oficiais e telemedicina. Há que se pensar em países de intercâmbio para medicina e áreas afim e escolher as entidades universitárias para parcerias, além de práticas contínuas de educação em desenvolvimento na rede própria.

14. REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

O processo de planejamento do Governo Estadual do Espírito Santo propõe a adoção de uma regionalização como forma de melhorar a distribuição de recursos públicos, além de buscar uma adequada delimitação dos espaços para a execução de ações que levam ao desenvolvimento sustentável.

I) Planejamento Regional Integrado – PRI

O Planejamento Regional Integrado é considerado uma estratégia importante para o fortalecimento da integração intermunicipal em regiões de saúde e para consolidar um sistema de saúde universal, integral e equitativo.

O Controle e avaliação está na Regionalização na Saúde e configura-se num eixo estruturante do SUS e vem sendo aprimorada como estratégia para o fortalecimento da articulação entre os gestores no âmbito do processo de discussão/negociação/pactuação interfederativa, base para a efetiva gestão desse sistema, de modo a garantir à população os seus direitos constitucionais. Na perspectiva de fortalecer o SUS-ES, em 2011 foi revisado o Plano Diretor de Regionalização.

15. JUDICIALIZAÇÃO

A judicialização da saúde é entendida como o fenômeno das ações judiciais contra o Sistema Único de Saúde (SUS) que demandam o fornecimento de tratamentos médicos com base no direito constitucional à saúde. Atualmente ocorre a necessidade de se estabelecer prioridades no sistema de saúde e de se ter perspectiva de como estabelecer essas prioridades. Nossa meta é a redução de acesso via judicialização.

16. AUDITORIA

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), da Unidade Central de Controle Interno no Estado do Espírito Santo, define as auditorias que serão realizadas durante o exercício de 2023 a 2026. Tem por objetivo a realização de auditorias de caráter preventivo e de conformidade.

17. OUVIDORIA

No Espírito Santo, as ações de Ouvidoria no SUS são articuladas à rede dos estados e também à Coordenação de Ouvidoria no MS, buscando a efetivação

desses espaços na disseminação de informações em saúde e no apoio à tomada de decisão dos gestores, no intuito de melhoras nas práticas, nas ações e nos serviços do SUS-ES.

O governo irá desenvolver uma central única com canal telefônico e WHATSAPP 24 horas juntamente com acessos de demandas dos municípios e suas regionais, bem como acesso remoto dos cidadãos para acompanhamento das manifestações.

18. DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS, INDICADORES E PROJETOS 2023-2026

No intuito de alinhar o planejamento setorial da saúde do governo para novos caminhos do Estado, as Diretrizes, Objetivos e Metas definidas com os objetivos do mapa estratégico, com os Projetos Estratégicos (PE) e com os Planejamentos Estratégicos das unidades que compõem o setor saúde do Estado.

Diretriz 1: Expandir o acesso e melhorar a qualidade da atenção primária, fomentando a incorporação de novas tecnologias, impulsionando a integração de sistemas de informação, regulação e automatização de processos ao cidadão capixaba.

Objetivo 1 - Qualificar a atenção primária à saúde, de forma a consolidar esse nível de atenção como coordenadora da Rede de Atenção à Saúde, ampliando o acesso com resolutividade, equidade e integralidade.

Nº	Instrumento de pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
1	PGES	Aumentar a cobertura das equipes de atenção básica	95,90%	Cobertura populacional estimada pelas equipes do ES de Atenção Básica	Projeto Digital de Acesso aos pontos de saúde

2	PGES	Aumentar a Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Auxílio Brasil	95,90%	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Auxílio Brasil	Projeto de parceria com escolas técnicas e assistenciais como cobertura de residentes
3	PGES	Aumentar a cobertura estimada de saúde bucal na atenção básica	95,90%	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Projeto de escolas técnicas, canandenses, americanas e assistenciais como cobertura de residentes
4	PGES	Fomentar a estruturação da atenção primária nos municípios por meio de incentivo financeiro e/ou doação de equipamentos.	100%	Número de municípios beneficiados com incentivo financeiro e/ou doação de equipamentos para a estruturação da atenção primária à saúde.	Novo Caminho: Parceria com entidades de fomento, privadas e governo federal
5	PGES	Implementar ações de promoção da saúde na rotina das Unidades de Atenção Primária com a finalidade de melhorar a qualidade das ações assistenciais ofertadas, contribuir na mudança do perfil epidemiológico da população de forma eficiente, de baixo custo e	97%	Número de municípios beneficiados com incentivo financeiro para apoiar a implementação da Política Estadual de Promoção da Saúde.	Novo Caminho: Parceria com entidades de fomento, privadas e governo federal

		com satisfação			
6	PGES	Ofertar “Cessaçãodo Tabagismo” nas Unidadesde Atenção Primária à Saúde com Vistas à prevenção de morbimortalidade relacionadas ao consumo de tabaco.	97%	Número de municípios realizando tratamento de Cessaçãodo tabagismo na Atenção Primária à Saúde anualmente.	Novo Caminho: Paceria com entidades de fomento, privadas e governo federal
7	PGES	Promover a ampliação do acesso as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na Atenção Primária à Saúde como instrumento de fortalecimento e integralidade do cuidado.	97%	Número de municípios com oferta de Práticas Integrativas registradas anualmente no E- SUS.	Novo Caminho: Paceria com entidades de fomento privadas e governo federal
8	PGES	Reduzir a Proporção de Gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19	10%	Proporção de gravidez na adolescência	Novo Caminho e Acesso com Transformação e automação Digital: Parceria com entidades privadas e governo federal

9	PGES	Reduzir a proporção de morte de crianças de 0 a 4 anos do Grupo 1 da Lista de Causas de Mortes Evitáveis por Intervenção do Sistema Único.	60,00%	Percentual de óbitos por causas evitáveis	Novo Caminho e Acesso com transformação e automação Digital: Parceria com entidades privadas e governo federal
10	PGES	Fomentar a promoção da equidade em saúde por meio de incentivo financeiro para os municípios que possuem população indígena adstrita e aqueles que são aderidos a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das pessoas	97%	Aumento proporcional	Novo Caminho e Acesso com transformação e automação Digital: Parceria com entidades privadas e governo federal
11	PGES	Fomentar o aprimoramento das políticas públicas estaduais em saúde por meio de realização de comitês temáticos periódicos	98%	Aumento proporcional	Novo Caminho e Acesso com transformação e automação Digital: Parceria com entidades privadas e governo federal

Objetivo 2 - Promover o mapeamento e otimização dos processos de trabalho, objetivando estruturar as redes de atenção à saúde nas linhas de cuidado materno-infantil e hipertensão e diabetes.

Nº	Instrumento de pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
12	PGES	Reduzir o percentual de internações por condições sensíveis a atenção primária - ICSAP de 39% para 15,50%.	15,50%	Percentual de Internações por condições sensíveis à atenção primária - ICSAP	Novo Caminho e Acesso com Transformação e automação Digital: Parceria com entidades
13	PGES	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) com 25%	25%	Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT	Novo Caminho e Acesso Digital: Parceria com entidades
14	PGES	Ofertar tratamentos medicamentosos para a população principalmente para as doenças previstas nas Linhas de cuidado prioritárias do programa saúde em rede: Materno Infantil, Hipertensão e Diabetes. Observação - Abastecimento regular e Contínuo dos medicamentos essenciais padronizados no SUS/ES, por meio de programação, aquisição, armazenamento e distribuição,	Garantir 100%	Número de tratamentos medicamentosos ofertados para alinha de cuidado Materno Infantil e Hipertensão e Diabetes	Projeto Centro Logístico de aquisição e distribuição

		respeitando as especificidades de financiamento e gestão de cada um dos três componentes da assistência farmacêutica: básico, estratégico e Especializado.			
15	PGES	Reduzir o tempo médio de análise das solicitações de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica – CEAF Visa médio impacto do tempo da análise e a eficácia no acesso aos medicamentos no tempo médio esperado	Garantir 100%	Tempo médio de análise das solicitações de medicamentos do CEAF	Projeto do Centro Logístico de aquisição e distribuição
16	PGES	Reduzir o tempo médio de análise das solicitações de medicamentos do componente especializado	Garantir 100%	Tempo médio de análise das solicitações de medicamentos do CEAF	Projeto do Centro Logístico de aquisição e distribuição
17	PGES	Ampliar a rede Farmácia do ES por meio da implantação de novas farmácias populares e a Central de Distribuição. Observação: Considera-se unidade implantada aquela	Garantir 100%	Número de novas unidades da rede Farmácia	Projeto do Centro Logístico de aquisição e distribuição

		farmácia que iniciar suas atividades de assistência farmacêutica no período de análise.			
18	PGES	Fomentar o registro das dispensações no Sistema Integrado de Assistência Farmacêutica (SIGAF) fortalecendo a base de dados para tomada de decisão.	Garantir 100%	Nº de Dispensações registradas no sistema gerenciador de farmácia por mês	Projeto Centro Logístico de aquisição e distribuição.

Diretriz 2: Fortalecer a atenção secundária e terciária, através da expansão da oferta e melhoria da qualidade de serviços regionalizados.

Objetivo 3 - Promover, desenvolver, qualificar e efetivar as ações de atenção secundária e terciária à saúde, adequando a oferta e ampliando o acesso aos serviços, buscando estruturação das redes de atenção à saúde próximo do cidadão

Nº	Instrumento de pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
19	PGES	Atenção Integral no Complexo de Especialidades: Pacientes que demandem atendimento geral, ambulatorial e hospitalar incluindo urgência		Número de pacientes-dia no Complexo de Especialidades	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão

		e emergência e emergência de várias especialidades médicas e multidisciplinar, além do Atendimento multidisciplinar e especializado em oncologia e TRS. Observação: Composto pelas unidades conveniadas: Privada, Filantrópica e Própria.			
20	PGES	Realizar cirurgias eletivas e de urgências nas unidades assistenciais das macroregiões disponibilizadas Para fins de cálculo do indicador considera-se as cirurgias faturadas e aprovadas, lançadas no Tabwin, incluindo as cirurgias oncológicas.	Garantir o acesso da média e alta complexidade dentro das 4 macro-regiões.	Número de pacientes-dia no Complexo de Especialidades	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão
21	PGES	Realizar cirurgias oncológicas nas unidades assistenciais conveniadas e habilitadas. Para fins de cálculo do indicador considera-se apenas as cirurgias oncológicas faturadas e aprovadas,	Garantir o acesso da média e alta complexidade dentro das 4 macro-regiões	Número de pacientes-dia no Complexo de Especialidades	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão

		lançadas no Tabwin.			
22	PGES	Alcançar a Taxa de ocupação hospitalar nas unidades assistenciais contratadas que possuem leitos de internação operacionais.	85% a 90% de ocupação	Taxa de ocupação	Excelência na Territorialidade em um novo caminho
23	PGES	Atenção Integral no Complexo de Hospitais de Referência: Pacientes que demandem atendimento geral, especializado, ambulatorial e hospitalar, incluindo urgência e emergência, de várias especialidades médicas e multidisciplinares, incluindo a linha de cuidado integral à saúde da mulher, cardiovascular, traumatologia, oncologia, TRS e do neonato e o atendimento a doenças infecto-contagiosas de impacto epidemiológico e sanitário.	70%	Linha de cuidado horizontal na atenção integral.	Excelência na Territorialidade em um novo caminho.
24	PGES	Reduzir a Média de permanência e Giro hospitalar para 6,2 dias nas unidades assistenciais.	5,2 dias	Média de permanência E giro hospitalar.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

25	PGES	Atenção Integral no Complexo de Reabilitação e Cuidados Integrados Pacientes que foram internados que necessitem de assistência de clínica médica, reabilitação física e cuidados integrados.	70%	Linha de cuidado horizontal na atenção integral	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
26	PGES	Atenção Integral no Complexo de Saúde Mental: Pacientes portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas.	90%	Número de pacientes-dia no Complexo de Saúde Mental	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
27	PGES	Desinstitucionalizar 50% dos usuários internados em instituições de saúde mental.	50%	Taxa de Desinstitucionalização de usuários internados em instituições de saúde mental.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
28	PGES	Atenção integral no complexo Hospitalar de Urgência e Emergência: Pacientes em Situações de Urgência e emergência, visando à recuperação da saúde, diminuição da mortalidade e redução das complicações decorrentes.	70%	Taxa de atendimento integral.	Número de pacientes- dia no Complexo de Urgência e Emergência.
29	PGES	Realizar consultas de urgência nas unidades assistenciais da rede de saúde de	Implantar novos pontos de saúde de atendimento de	Número de Consultas de urgência realizadas.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

		toda a macrorregião do ES. Para fins de cálculo do indicador considera-se as consultas de urgência faturadas e aprovadas, Lançadas no Tabwin.	U&E e Trauma I,II e III.		
30	PGES	Aumentar a cobertura de reabilitação protética através da regionalização.	70%	Percentual de população coberta com Laboratório Regional de Prótese Dentária.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
31	PGES	Financiar ou cofinanciar a atenção especializada em todas as regiões de saúde que possuem pelo menos 1 ponto de atenção especializada em especialidades prioritárias para o Estado. Observação: Serão consideradas as regiões de saúde com atenção Especializada.	97%	Número de regiões de saúde com mínimo de 1 ponto de atenção especializada financiados ou cofinanciados pelo Estado.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
32	PGES	Manter em funcionamento e investir no fortalecimento dos hospitais de referência para o serviço de assistência odontológica sob sedação ou anestesia geral visando melhoria da qualidade da	100%	100%	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

		assistência hospitalar para as pessoas com deficiência e para o trauma de face.			
33	PGES	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) anos.	30%	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos).	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do Cidadão.
34	PGES	Aumentar a proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar.	30%	Proporção de parto normal.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
35	PGES	Aumentar a razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa Etária.	30%	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
36	PGES	Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamentos realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	30%	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
37	PGES	Manter os Pontos de atenção credenciados na Rede Estadual de Saúde da Mulher e da Criança e os contemplados pela Rede Cegonha.	100%		Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão

		Observação: Considera-se como ponto de atenção mantido: instituições contempladas pela rede Cegonha (UTI neonatal, de UC convencional, UCI Canguru, leitos de alto risco obstétrico).			
38	PGES	Reduzir a taxa de mortalidade Infantil.	20%	Taxa de mortalidade infantil	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
39	PGES	Reduzir o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano.	20%	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
40	PGES	Reduzir o número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	25%	Número de Óbitos Maternos.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
41	PGES	Aumentar o percentual de ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipe de Atenção Básica.	100%	Proporção de Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipe de Atenção Básica.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
42	PGES	Cofinanciar os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS estadual. Observação: Considera-se como ponto de atenção cofinanciados aquele que recebe repasse	100%	Número de pontos de atenção da rede de atenção psicossocial cofinanciados.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

		de incentivo financeiro estadual de custeio, sendo os pontos de atenção da rede de atenção psicossocial (raps): centros de atenção psicossocial (CAPS) I, II, III, infante-juvenil, AD e ADIII, unidade de acolhimento. (UA) adulto e infante-juvenil, serviço residencial terapêutico (SRT) I, II, centros de convivência (CC) e consultórios de rua I, II E III.			
43	PGES	Repassar recursos a municípios para manutenção dos serviços de reabilitação da Rede Estadual de cuidados à pessoa com deficiência. Observação: Serão considerados municípios beneficiados aqueles que receberem recursos para manutenção dos serviços de reabilitação ou serviços de modalidade única (especializados em reabilitação de deficiência intelectual	60%	Número de municípios beneficiados com recursos para manutenção dos serviços de reabilitação.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho

		(SERDI), saúde auditiva, deficiência física/ostomia e visual.			
44	PGES	Aumentar anualmente o giro da fila dos procedimentos no Programa Estadual de gestão de Cirurgias Eletivas, Consultas de especialistas e Exames complementares. OBS: o aumento do giro da fila de procedimentos cirúrgicos eletivos considerados gargalos no Espírito Santo. O rol de procedimentos que, elencados como gargalos, considera a frequência (quantidade de solicitações para o procedimento) e o tempo de espera na fila. Para fins de mensuração, considera-se giro da fila a relação entre número de procedimentos realizados/ número de solicitações cadastradas no SUS no período até 2022.	100%	Giro da fila dos procedimentos elencados no Programa Estadual de Cirurgias Eletivas.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
45	PGES	Implantar e/ou ampliar os componentes da Rede de Atenção à Saúde de	100%	Número de componentes da rede de urgência e emergência .	Eficiência de alto impacto em um novo caminho

		<p>Urgência e Emergência Estadual.</p> <p>Observação: Considera-se componente da RUE - Rede de Urgência e Emergência mantido as portas de entrada hospitalar, unidades de pronto atendimento 24 horas, suporte aéreo avançado de vida (SAAV), serviço de atendimento móvel de urgência municipal, rede resposta hospitalar e leitos de retaguarda, em atendimento dos usuários.</p>			
46	PGES	<p>Implantar e/ou manter SAMU 192 regional nas regiões de saúde do Estado de Espírito Santo.</p> <p>Observação: Considera-se Serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU regional implantado e/ou mantido, aqueles em funcionamento e prestando atendimento móvel as urgências e</p>	100%	Número de SAMU 192 regional implantado e/ou mantido no Estado.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho

		emergências regionais).			
47	PGES	Ter 100% da população coberta com SAMUs Regionais.	100%	Cobertura do SAMU Regional.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
49	PGES	Assistência Prestada ao Paciente.	Cobertura 100%	Número de pacientes infectados e pacientes que apresentem sintomas pelo COVID 19.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

Objetivo 4 - Reduzir os vazios assistenciais conforme perfil regional e responder às demandas e necessidades da população capixaba.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
50	PGES	Vocacionar 100% dos hospitais plataforma - HP do Estado Observação: HP vocacionados de acordo com critérios para tipificação e quanto ao papel desenvolvido no âmbito da Rede de Atenção Hospitalar e com definição de financiamento Específico (quando houver).	100%	Percentual de hospitais de pequeno porte vocacionados.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
51	PGES	Aumento da resolubilidade macrorregional no Estado	98,00%	Taxa de resolubilidade regional (nível terciário).	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

		(Serviços Hospitalares da Atenção Terciária com Ocorrência no Estado).			
52	PE PPAG PGES	Efetivar a pactuação dos hospitais de referência regional de acordo com a Política de Atenção Hospitalar – Acesso à Saúde. Observação: Os hospitais pactuados na Política Estadual de Atenção Hospitalar – Acesso à Saúde referem-se àqueles que se assumiram como corresponsáveis pela atenção hospitalar no território (microrregião de saúde e/ou macrorregião de saúde), mediante estabelecimento de indicadores e metas condizentes com o perfil da população adstrita.	152	Número de hospitais pactuados na Política de Atenção Hospitalar. Acesso à saúde.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
53	PE PPAG PGES	Hospitais regionais implantados e abertos para atendimento da população.	1	1	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

Objetivo 5. Ampliar e qualificar a regulação em saúde e os sistemas de apoio e logísticos das Redes de Atenção à Saúde.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
54	PGES	Processar produtos médicos de origem humana para o programa de assistência em hematologia, hemoterapia, células e tecidos biológicos. Observação: Os produtos médicos de origem humana processados incluem células progenitoras hematopoiéticas, pele, membrana amniótica e tecidos músculo esqueléticos a serem disponibilizados para utilização terapêutica em diversas especialidades, tais como hemoterapia, cirurgia plástica, oftalmologia, ortopedia e outras.	100%	Número de produto médico de origem humana Processado.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
55	PGES	Atender à demanda ambulatorial (teste do pezinho)	100%	Tempo decorrido entre o Diagnóstico e a 1ª Consulta dos Pacientes do Teste do pezinho	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
56	PGES	Atender à demanda de sangue e	100%	Percentual de Transfusões	Eficiência de alto impacto

		hemocomponentes para os pacientes da Rede Pública e contratualizada ao SUS.		SUS realizadas pelo HEMOES.	em um novo caminho
57	PGES	Eficácia transfusional de atendimento a bolsas de concentrado de hemácias e plaquetas.	90%	Taxa de Eficácia Transfusional de Atendimento a Bolsas de Concentrado de Hemácias Solicitadas pelos Serviços de Saúde Contratantes e Ambulatórios.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
58	PGES	Atenção Integral ao Sistema Estadual de Transplantes: captar órgão ou tecido do doador de maneira segura, respeitando as normas técnicas vigentes.	100%	Órgão ou tecido do doador captado.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
59	PGES	Pactuar em CIR os fluxos de referência e contra referência para os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).		Número de municípios que tiveram pactuados em CIR.	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
60	PGES	Instituir os “Fiscais de Contrato” para os instrumentos de contratação de serviços de saúde de Média e Alta Complexidade formalizados junto aos estabelecimentos sob Gestão Estadual.		Percentual das metas atingidas e ser o facilitador entre as entidades e a SESA	Eficiência de alto impacto em um novo caminho
61	PGES	Regular o acesso dos pacientes às internações nos serviços de saúde de	100%	Número de pacientes internados por meio do sistema de gestão	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso

		urgência e emergência, por meio das Centrais Macrorregionais de Regulação Assistencial, via sistema de gestão eletrônico.		eletrônico.	próximo do cidadão.
62	PGES	Regular o acesso dos pacientes de alta complexidade oncológica e TRS aos serviços de saúde sob gestão estadual.	100%	Número de serviços de alta complexidade oncológica regulados pela SESA/ES	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão
63	PGES	Viabilizar transporte para 100% dos pacientes elegíveis ao TFD Estadual.	100%	Percentual de pacientes domiciliados em municípios sob gestão estadual e vinculados ao TFD com viagens realizadas.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
64	PGES	Implantar e Qualificar os pontos da Rede de Vigilância às Condições Crônicas Transmissíveis por macrorregião de Saúde. Observação: Entende-se por pontos da Rede de Vigilância às Condições Crônicas Transmissíveis implantada e qualificada por macrorregião de Saúde, pelo menos, 2 unidades de serviço de atendimento especializado (SAE) ampliado para o atendimento de	90%	Número de serviços da Rede de Vigilância às Condições Crônicas Transmissíveis implantada e Qualificada por Macrorregião de Saúde.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão

		tuberculose e hanseníase em cada macrorregião de saúde.			
65	PGES	Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase e diagnosticados nos anos das Coortes.	90%	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão
66	PGES	Reduzir o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	90%	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
67	PGES	Realizar supervisões anuais das atividades de controle do mosquito Aedes Aegypti nos municípios do estado.	90%	Número de supervisão anuais de controle do mosquito Aedes Aegypti.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
68	PGES	Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	100%	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
69	PGES	Avaliar projeto arquitetônico de estabelecimento sujeito ao controle sanitário em até 60 dias.		Percentual de projetos arquitetônicos de estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário avaliados em até 60 dias.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão
70	PGES	Coletar amostras de produtos no âmbito do	75%	Percentual de amostras de produtos sujeitos	Novo Caminho e Acesso

		Programa de Monitoramento da Qualidade dos Produtos e Serviços Sujeitos ao Controle Sanitário.		ao controle sanitário realizadas entre as amostras pactuadas.	digital: O acesso próximo do cidadão.
71	PGES	Implementar o módulo de licenciamento sanitário simplificado nos municípios	100%	Número de municípios integrados ao módulo de licenciamento sanitário Simplificado.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do Cidadão.

Objetivo 9: Fortalecer a governança regional e os consórcios de saúde.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
72	PGES	Garantir o adequado funcionamento das Unidades Regionais de Saúde por meio do custeio das despesas Necessárias.	85%	Número de Regionais com custeio para contratações.	Novo Caminho e acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
73	PGES	Levar para CIB proposta de criar Diretoria Estadual dos Consórcios - Diretoria Estadual da Central de Consórcios do Espírito, com uma única plataforma de divulgação das informações e publicidades de compras. (O colegiado dos prefeitos nomearia). Incluir nos	100%	Taxa de efetividade por município.	Programa de novo caminho dos consórcios.

		consórcios as contratações de gestão privada para gerir saúde, como exemplos, a saber: contratação de gestão para UPAs, serviços médicos e não médicos e procedimentos de média e alta complexidade conforme classificação regional.			
74	PGES	Adequar as unidades da rede quanto a estruturação física.	75%	Número de unidades das beneficiadas com ações para qualificação da estrutura física.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.

Objetivo 10 - Aprimorar os mecanismos de captação e utilização de recursos financeiros.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
75	PGES	Recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde.	100% captados e destinados.	Valor de emendas parlamentares atendidas por meio desta ação	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.

Diretriz 4: Recuperar o poder de gestão da Saúde no âmbito da judicialização, buscando solucionar problemas nas fontes originárias do conflito.

Objetivo 11: Reduzir o impacto financeiro da judicialização em saúde.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
76	PGES	Estabelecer parcerias junto ao judiciário, ministério público e defensorias públicas para discussão destas demandas.	90%	Número de parcerias estabelecidas pelo NJS.	Diagnóstico do atendimento atual por medida judicial e desenvolvimento do plano de acesso para os mesmos.
77	PGES	Reduzir as despesas orçamentárias anual do setor de judicialização em saúde.	90%	Despesa orçamentária anual do setor de judicialização.	Diagnóstico do atendimento atual por medida judicial e desenvolvimento do plano de acesso para os mesmos.
78	PGES	Reduzir o número de pacientes atendidos por ordens judiciais.	90%	Número de pacientes atendidos por ordens judiciais	Diagnóstico do atendimento atual por medida judicial e desenvolvimento plano de acesso para os mesmos.

Diretriz 5: Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, da inovação em saúde contribuindo para a sustentabilidade do SUS e a qualificação e valorização do trabalhador.

Objetivo 12 - Capacitar, desenvolver e valorizar os servidores.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
79	PGES	Aumentar para 80% o percentual de colaboradores	80%	80%	Novo Caminho e Acesso digital: O

		em exercício SESA que participaram de uma ação de capacitação.			acesso próximo do Cidadão.
80	PGES	Propiciar a participação de servidores da Secretaria de Estado da Saúde em ações educacionais. Observação: refere-se a todas as participações em ações educacionais independente se realizadas por uma mesma pessoa, ou seja, se um mesmo servidor participar de três ações educacionais diferentes, será contabilizado 3 participantes. As ações educacionais poderão englobar a participação em seminários, congressos, eventos de caráter educacional, cursos de curta duração, aperfeiçoamento, pós-graduação, dentre outras.	60% quadro	Adesão dos Profissionais ao Programa de educação permanente.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
81	PGES	Mensurara adesão dos servidores aos cursos oferecidos pela instituição	70%	% de adesão e aplicação dos projetos	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do

		<p>direta ou indiretamente por meio de vagas ou incentivos à capacitação. Para fins de cálculo do indicador considera-se as ações oportunizadas que tiveram algum suporte da instituição, tais como: abono de ponto, pagamento de inscrição, pagamento de diária, pagamento de Passagem ou outro tipo de Apoio.</p>			<p>cidadão.</p>
--	--	---	--	--	-----------------

Objetivo 13: Fortalecer a ciência, articular e integrar as iniciativas de tecnologia da informação e inovação e assegurar a sua segurança

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
82	PGES	Estimular a produção científica no âmbito da pesquisa com a submissão de, no mínimo, 60 peças científicas até 2024. Para fins de cálculo do indicador considera-se a produção científica submetida à publicação.	90%		Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
83	PGES	Implementar os Projetos de "Transformação Digital" (baseado nas competências	90%	Número de projetos implementados.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.

		e tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, Big Data e Ciência de Dados) aplicados às rotinas de supervisão de contas ambulatoriais e hospitalares; Tratamento e customização de Informações para tomada de decisões; etc.			
84	PGES	Implantar o “Observatório de Custos e Economia da Saúde da SES/ES”, através de parceria com a universidades e outras instituições, visando a produção de estudos aplicados à gestão dos serviços e otimização dos recursos financeiros na área da Saúde.	75%	Número de parcerias implantadas.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
85	PPAG PGES	Fomentar produções Técnico-Científicas no âmbito da Saúde Coletiva. Observação: Serão considera das produções: projetos de pesquisa elaborados; pesquisas em andamento; relatórios finais de pesquisas e ações educacionais;	80%	Número de produções técnico-científicas produzidas.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão

		<p>artigos submetidos ou aprovados para publicação; livros ou capítulos de livro publicados; trabalhos científicos aceitos para apresentação em evento científico; Palestras ou participação em mesa de debates em eventos técnicos - científicos; produção de materiais educativos (cartilhas, manuais, vídeos e-book, entre outros); editoria de periódicos técnicos - científicos; participação em bancas de Trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado; orientação e coorientação de trabalho de Conclusão de curso, dissertações e teses de outras instituições; trabalho de conclusão de curso aprovados nos cursos de especialização lato sensu da ESP- ES; emissão de parecer para periódicos e eventos técnico-científicos; organização de eventos técnico-científicos; trabalho de conclusão de</p>			
--	--	--	--	--	--

		curso, dissertações e teses produzidas pelos servidores da ESP-ES; participação em comissão de seleção de alunos; participação dos servidores da ESP-ES na docência.			
86	PGES	Garantir a ocupação de, no mínimo, 80% das vagas de residência médica ofertadas por toda rede SUS.	90%	Percentual de ocupação das vagas disponibilizadas de residência médica.	Novo Caminho e acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
87	PGES	Garantir a ocupação de, no mínimo, 90% das vagas de residência multiprofissional ofertadas.	90%	Percentual de ocupação das vagas disponibilizadas de residência multiprofissional	Novo Caminho e Acesso digital: O Acesso próximo do cidadão.
88	PGES	Realizar eventos (mostras/seminários /capacitações) Relativos à implementação de ações de atenção primária em âmbito regional.	75%	Número de eventos (mostras/Seminários/ capacitações) para implantação das ações de atenção primária realizados	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
89	PGES	Criar estratégias para a organização e gestão do processo de trabalho das equipes que atuam na atenção especializada em saúde bucal por meio da educação permanente.	75%	Número de ações de capacitação realizadas.	Novo Caminho Em Acesso Digital :O acesso próximo do cidadão.

90	PPAG PGES	Realizar ações de capacitação para os profissionais do SUS na área da saúde. Observação: Os profissionais participantes das ações educacionais de capacitação são: trabalhadores do Sistema Único De Saúde (SUS) no Espírito Santo, Atuantes nas Esferas federal, Estadual e Municipal e agentes sociais que atuam em defesa do SUS.		Número de profissionais participantes de ação de capacitação.	Novo Caminho E Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
91	PGES	Realizar treinamentos com foco em Inclusão Produtiva para agricultores familiares, extensionistas rurais e fiscais sanitários.	90%	Número de treinamentos com foco em Inclusão produtiva para agricultores familiares, extensionistas rurais e fiscais sanitários realizados.	Novo Caminho e Acesso digital: O acesso próximo do cidadão.
92	PGES	Desenvolver e Ampliar para 100% o percentual de hospitais avaliados pela metodologia pactuada para Avaliação de eficiência com vistas à melhoria da segurança do paciente e gestão da qualidade.	100%	Percentual de hospitais avaliados pela metodologia pactuada para Avaliação de eficiência.	Novo Caminho e acesso digital: O acesso próximo do cidadão.

Objetivo 14 - Aprimorar os mecanismos de captação e utilização de recursos financeiros.

Nº	Instrumento de Pactuação	Descrição da Meta	Meta até 2027	Indicador	Macro Projeto
93	PGE S	Cumprir o mínimo constitucional de execução financeira de recurso próprio do Estado.	20%	Percentual de execução financeira de recurso próprio do Estado.	Projeto de Captação de recursos federais.
94	PGES	Destinar montante de recursos para atendimento de emendas parlamentares individuais visando a execução de Ações e serviços públicos de saúde. Observação- Recursos destinados a Emendas Parlamentares Conforme determinação do §º4º do art. 160 e do art. 139 da Constituição Estadual o montante estimado de recursos deve corresponder a 50% do percentual da receita corrente líquida.	100 %	Total da receita corrente líquida destinado às emendas parlamentares.	Projeto de Captação de recursos federais.
95	PGE S	Aperfeiçoar os Processos de Execução e monitoramento	100%	Percentual contemplado	Eficiência de alto impacto em um novo caminho

		dos recursos financeiros da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, pertinentes à gestão, ou seja, desenvolver Processo de faturamento em todos os níveis de produção.			
96	PGE S	Desenvolvimento e Implantação do “Plataforma digital da Programação Pactuada e Integrada”	100% até 2023	% de implantação	Eficiência de alto impacto em um novo caminho.
97	PGES	Estimular a implementação de ouvidorias do SUS em municípios capixabas, obtendo a adesão de novos municípios ao Sistema Estadual de Ouvidorias como ouvidorias Nível I de forma digital.			Eficiência de alto impacto em um novo caminho.

SEGURANÇA PÚBLICA

A fim de elaborarmos um projeto de segurança pública que tenha efetividade e traga resultados positivos para a sociedade, procuramos primeiro definir quais são os principais problemas que temos atualmente na área.

PROBLEMAS CRÍTICOS GERAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE ESPIRITO SANTO

a) Baixa remuneração dos policiais e do sistema prisional perante a realidade nacional, refletindo em evasão de profissionais, gerando crises institucionais sucessivas e ausência de motivação;

b) Falta de efetivo nas Polícias, Bombeiros, IASES e Sistema Prisional;

c) Ausência de maior interatividade e integração entre os operadores da segurança pública, entre estes e os demais órgãos públicos em geral, bem como para com a sociedade como um todo;

d) Necessidade de melhor planejamento no policiamento ostensivo pela Polícia Militar;

e) Falta de transparência dos atos e decisões das corregedorias ligadas aos órgãos operadores da segurança pública;

f) Falta de presídios que tenham por maior objetivo a qualificação de mão de obra, para futura reinserção do preso na sociedade.

g) Ausência de maior interlocução contínua e integrada entre órgãos estaduais e municipais no que se refere à segurança dos Municípios;

h) Nos Municípios: falta de iluminação pública, pavimentação adequada, normatização ambiental, saneamento básico, problemas de execução do código de posturas de alguns Municípios;

i) Baixa participação do Ministério Público e da Justiça Criminal no envolvimento das políticas públicas de segurança no tocante a sua execução e participação;

j) Falta de Parceria Público-Privada para enfrentamento ao vício das drogas e no tratamento da dependência química, e em políticas para o sistema prisional;

k) Ausência de interlocução entre os operadores do Sistema de Educação do Estado e os operadores de segurança pública na execução de medidas integradas de prevenção criminal;

l) Pouca integração entre instâncias de prevenção e de atuação na violência contra a mulher com as Delegacias especializadas de Proteção à Mulher.

m) Má distribuição do efetivo existente e ausência de medidas de racionalidade de gestão de pessoal.

n) Ausência de doutrina de enfrentamento à corrupção.

SOLUÇÕES PROPOSTAS

a) Melhorar a qualidade do atendimento e fortalecer a proximidade com o cidadão nas ações de Segurança Pública;

b) Elevar a eficiência da Segurança Pública através de maior valorização salarial dos policiais e dos servidores do sistema prisional, através de melhoria progressiva e realista de suas remunerações (padrão região sul), medidas de qualificação e capacitação contínua, inclusive por meio de convênios com outras

instituições e cobrança de cumprimento de metas e objetivos previamente definidos de forma objetiva e sistêmica;

c) Aumentar a eficácia das ações de policiamento ostensivo e prevenção, integrando as autoridades das Polícias com as demais pastas que atuam diretamente na prevenção criminal, como a Educação, a Saúde, a Cultura, entre outros;

d) Fortalecimento do Corpo de Bombeiros, com foco no fortalecimento de ações destinadas à defesa civil e atendimento emergencial ao cidadão;

e) Elevar o esclarecimento dos crimes e de sua autoria para responsabilização penal, com apresentação semestral de planos revisados de metas de atuação e foco no mapeamento das áreas e cenários de maior criminalidade;

f) Prevenir e combater a corrupção, com fortalecimento da integração entre SECONT, PGE e Delegacias Especializadas;

g) Fortalecer as perícias criminais;

h) Criar e executar, de acordo com as diretrizes do SUSP, uma real e efetiva integração entre as polícias, com regulamentação estadual para a execução de suas normas;

i) Prioridade na aproximação entre as demandas do cidadão e as instituições de segurança pública;

j) Tratar a segurança pública como política intersetorial (e não isolada), através da obrigatoriedade de capacitação profissional integrada, realização periódica de reuniões de diagnóstico e de fortalecimento de integração entre seus operadores;

k) Estimular mais debates e envolvimento da participação do Ministério Público e da Justiça Criminal;

- l) Criação das Companhias de Policiamento Rural e Delegacia de Crimes Rurais;

- m) Criação de 3 Companhias de Polícia Militar de Divisas – Sul, Centro-Norte, Norte;

- n) Criação de Central de Tecnologia de Segurança Pública – drones; programas cibernéticos de rastreamento e análise criminal; melhores soluções tecnológicas

- o) A Secretaria de Segurança Pública terá uma Coordenação de Relacionamento com a Guarda Municipal ocupada por um representante da categoria para melhor interlocução com o Governo do Estado, objetivando um melhor relacionamento.

- p) Criação da Guarda Municipal Rural nos municípios do interior do Estado, a fim de ajudar a Companhia de Polícia Rural, que será criada junto com a Delegacia Rural.

TURISMO

O Espírito Santo possui pouco mais de 46 mil km², sendo 418 km de costa banhada pelo Oceano Atlântico, com 73 ilhas, sendo 50 só na cidade de Vitória, que acabaram agregando-se à baía através de aterros. A região centro-oeste, mais ao sul, possui uma topografia montanhosa. A região norte, acima do rio Doce, caracteriza-se por uma zona de tabuleiros, com pontões esparsos e isolados. Essas características do relevo fazem com que as cidades do Espírito Santo tenham estilos bem variados, inclusive no clima, cujo litoral possui temperatura quente durante todo o ano e as montanhas, com inverno de temperaturas mais baixas e amenas no verão.

O território capixaba oferece opções de belas praias, de enseadas geladas e águas claras ao sul de Vitória, e mar aberto e águas mais escuras e mornas ao norte da capital, mas também grandes maciços montanhosos, entre os quais se destacam os picos da Serra do Caparaó, próximo à divisa com Minas Gerais. Nela está o Pico da Bandeira, com 2.892 m, o terceiro mais alto de todo o país, localizado no município de Ibitirama. Na cidade de Castelo está o Pico do Forno Grande, um imponente afloramento rochoso, com 2.070 m, ponto mais alto da Serra do Castelo. Existem vários afloramentos menores, como a Pedra Azul ou Pedra do Lagarto, os Pontões Capixabas, na cidade de Pancas e a pedra O Frade e a Freira, localizada entre os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Vargem Alta e Rio Novo do Sul.

O Espírito Santo possui 12 bacias hidrográficas. Destas, cinco são bacias de domínio da União, ou seja, pertencem a mais de um Estado. São elas: Doce, Itapemirim, São Mateus, Itabapoana e Itaúnas. As outras sete são estaduais. Isso significa que todos os limites da Bacia estão dentro do domínio capixaba. Essas bacias são: Piraquê-Açu, Santa Maria, Guarapari, Reis Magos, Jucu, Benevente e Rio Novo.

O Rio Doce nasce na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, e sua foz está no Distrito de Regência, em Linhares. A bacia hidrográfica do rio Doce é a maior do

Espírito Santo, 86% estão em território capixaba. Ela abrange 28 municípios do Estado e é tão importante que mudou o mapa do Espírito Santo. Toda a região costeira próxima à foz do rio foi formada pelo depósito de sedimentos trazidos ao longo de milhares de anos pelo rio Doce.

O Rio Jucu nasce no município de Domingos Martins e deságua na Barra do Jucu, em Vila Velha. A bacia do Rio Jucu abrange cinco municípios: Domingos Martins, Viana, Cariacica, Guarapari e Vila Velha. O Rio Jucu é responsável pelo abastecimento de água de 60% da população da Grande Vitória.

O Rio Santa Maria da Vitória nasce no município de Santa Maria de Jetibá. Suas águas percorrem 122 quilômetros até desaguar na Baía de Vitória e abrangem cinco municípios do Estado: Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Vitória. O rio Santa Maria é um dos principais mananciais do Espírito Santo. Juntamente com o rio Jucu ele é responsável pelo abastecimento de água da Grande Vitória.

Podemos encontrar dezenas de cachoeiras no Espírito Santo, espalhadas por todo o Estado, mas localizadas, principalmente, na região serrana. O grande número de rios, associado às elevações rochosas, fazem com que as quedas d'água sejam abundantes. Muitas estão localizadas em terrenos particulares, outras são abertas à visitação. Algumas possuem estrutura para visitantes, outras cachoeiras tem o acesso mais difícil e são menos visitadas. Um Estado que possui tantas praias, não dá muita ênfase às suas cachoeiras, o que reduz o interesse do turista e dos próprios moradores. É possível que haja um maior acesso a essas cachoeiras como locais de lazer, mas sem perder o cuidado necessário ao meio ambiente.

Nosso estado possui 76 áreas naturais protegidas, entre Reservas da Biosfera da Mata Atlântica e Unidades de Conservação. É um Estado que possui 100% do seu território situado no bioma Mata Atlântica, um dos mais biodiversos do mundo, no qual se encontram também ecossistemas como o manguezal e a restinga. Possui uma das maiores áreas preservadas dessa vegetação no país na região que compreende a Reserva Biológica de Sooretama e a Reserva Natural

Vale, na região Norte. Juntas, elas somam cerca de 46 mil hectares de floresta nativa preservada.

O Espírito Santo possui uma base econômica forte, com uma cadeia produtiva diversificada, entre as quais se destaca o cultivo do café, sendo o segundo maior produtor e exportador nacional e a fruticultura, o primeiro lugar na produção e exportação de mamão e sede de uma das maiores fábricas de sucos do mundo. O Estado destaca-se também na siderurgia e na mineração, sendo o maior exportador do mundo de pelotas de minério de ferro e grande produtor de aço. No Petróleo é o terceiro maior produtor brasileiro e quarto em gás natural. O Estado possui a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto.

No setor de rochas ornamentais, o Espírito Santo possui uma das maiores reservas de mármore e granito do país, com uma enorme variedade de cores, destacando-se também no setor moveleiro como o sexto maior estado brasileiro nesta economia. Toda essa produção é transportada através do complexo portuário, um dos mais ativos do Brasil, que se integra ao corredor de transporte centro-leste, principalmente pela estrada de ferro Vitória-Minas e através de duas importantes rodovias federais que cortam o Estado: a BR 101 e a BR 262, ligando o ES às regiões Sul, Nordeste e Centro Oeste.

Tudo o que foi mencionado é de extrema importância para nos certificarmos do potencial turístico que o nosso Estado possui, pois todos esses aspectos contribuem para tornar o local atrativo para visitantes e investidores. Poderíamos falar muito mais sobre a diversidade do Estado do Espírito Santo em termos climáticos, geológicos, hidrográficos, econômicos, florestais, enfim, sobre os principais aspectos que formam este pequeno Estado, porém, grandioso em todas as suas formas. Mas nada é mais rico, variado e abundante do que a diversidade cultural advinda da formação étnica do ES e que se refere às tradições, ao folclore, à culinária, às histórias, ao jeito de ser, falar e viver do povo capixaba. O nosso DNA cultural carrega a alma dos indígenas, negros, portugueses, italianos, alemães e de outros europeus, assim como de povos orientais. Todos contribuíram fortemente nos aspectos culturais que compõem o Espírito Santo.

Tudo o que forma este Estado, desde o seu relevo, passando por sua economia, até a sua cultura são componentes importantes para o desenvolvimento do turismo e esta atividade é necessária para que a economia cresça, gerando receita e investimentos, possibilitando, dessa forma, melhorar a vida dos moradores. O Estado é lindo, rico, vasto, mas para que as pessoas tenham interesse em visitá-lo é preciso mais do que as atrações mencionadas. Precisamos dar suporte ao visitante, tanto na comunicação dos seus atrativos e informações prestadas sobre estes, quanto em termos de estrutura na mobilidade, na saúde de emergência, na capacitação dos profissionais que atenderão o turista e nas acomodações oferecidas.

É pensando no Espírito Santo como um Estado que tem muito a oferecer, construir e receber, que o governo Manato está elaborando as propostas para o Turismo, pensando muito em qualificar os profissionais envolvidos e divulgar ao máximo o que já temos de riquezas. Valorizar e fomentar o turismo de negócios, o turismo religioso, o turismo ecológico, o turismo de esportes e aventuras, o agroturismo e o turismo cultural é a nossa meta, acrescentando nestes roteiros algo novo e inspirador, cujo Estado tem enorme potencial – o enoturismo.

Para a elaboração de políticas públicas para o Turismo, o Espírito Santo foi dividido em 10 regiões, cada uma agrupando alguns municípios com características e potenciais semelhantes. São elas:

- Região Metropolitana: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e Fundão. A região é formada pela capital e os municípios limítrofes. Tem a maior variedade de atrativos turísticos, o maior aeroporto do Estado, uma ampla rede hoteleira, as maiores Universidades do ES e centros de convenções para eventos de negócios.

- Região das Montanhas Capixabas: Afonso Cláudio, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. Os municípios desta região possuem uma forte influência europeia mantendo tradições alemãs, italianas, austríacas, pomeranas e polonesas herdadas dos imigrantes.

- Região dos Imigrantes: Ibirajú, Itaguaçu, Itarana, João Neiva, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa. A região se destaca pelo agroturismo, ecoturismo, esportes de aventura, gastronomia, entretenimento e as festas típicas dos imigrantes europeus.

- Região do Caparaó: Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Iúna, Irupi, Jerônimo Monteiro e Muniz Freire. O ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural são fortes na região. As cachoeiras se destacam entre as atrações.

- Região do Verde e das Águas: Aracruz, Conceição da Barra, Jaguaré, Linhares, Rio Bananal e São Mateus. A Região fica no norte capixaba, onde contém o maior complexo de lagos do Sudeste brasileiro e dunas à beira-mar. Abriga também reservas das tribos Tupiniquins e Guarani, além de reservas biológicas.

- Região Doce Pontões Capixaba: Baixo Guandú, Colatina, Governador Lindenberg, Mantenedópolis, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte. Oferece diversas opções de turismo, dentre os quais se destaca o turismo de negócios, devido às potencialidades econômicas concentradas nos mercados de mármore e granito, confecções e vestuário e produção rural diversificada.

- Região Doce Terra Morena: Montanha, Mucurici, Pinheiros e Ponto Belo. Região rica em belezas naturais e culturais, possui rios e cachoeiras que proporcionam a prática da pesca e do turismo de aventura. O agroturismo, o artesanato e agricultura familiar são as principais atividades da região.

- Região dos Vales e do Café: Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui. A região tem em média 25 km de praias e possui falésias, lagoas e ilhas, além de preservar muito bem a época colonial com muita história e a tradição dos imigrantes italianos, portugueses e libaneses.

- Região da Costa e da Imigração: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy. A Região fica no litoral sul capixaba, possui praias e cachoeiras. Se destaca nos esportes radicais como rapel e rafting, além

de rampas para voo livre e lugares para trilhas. Tem a influência dos imigrantes europeus.

- Região das Pedras, Pão e Mel: Ecoporanga, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Pavão. A Região possui atrativos diversos como artesanato, patrimônio histórico e cultural, cachoeiras, agroturismo e ecoturismo, mas se destaca no ramo do mármore e granito.

As Regiões citadas, que foram definidas entre 2015 e 2016, podem ser revistas e atualizadas a partir de análises criteriosas de uma equipe com conhecimento técnico na área turística e econômica, para que possamos reestruturar os caminhos de desenvolvimento dessas regiões, pois vemos há muitos anos alguns municípios permanecerem sem investimentos no setor, enquanto outras cidades se destacam. Os municípios do Espírito Santo têm um potencial muito maior do que este que está sendo explorado e apresentado à sociedade. Falta fomento, investimentos financeiros e planejamento técnico. Nosso governo pretende reduzir essas diferenças.

PROPOSTAS AÇÕES PARA O TURISMO DO ESPÍRITO SANTO

I) Elaborar de forma participativa (Poder Público, sociedade civil, empresários de setores ligados ao turismo, gestores culturais) um plano de marketing para o turismo do Estado, talvez um concurso para a criação de uma logomarca;

II) Criar uma imagem de impacto da marca turística para divulgação dos produtos nos municípios, criando uma unidade no Estado;

III) Aperfeiçoar o portal de divulgação, melhorando a qualidade das imagens fotográficas e as informações prestadas, assim como os materiais de divulgação;

IV) Divulgar o Espírito Santo em anúncios publicitários, jornais e revistas de outros Estados e páginas de internet de grande alcance;

V) Divulgar o Espírito Santo para as operadoras de cruzeiros e companhias aéreas, a fim de estimulá-las a criar roteiros turísticos no Estado e incluí-los nas revistas de promoção das companhias;

VI) Divulgar o calendário de eventos do Espírito Santo nos mercados nacional e internacional;

VII) Participar do Salão Brasileiro de Turismo com produtos turísticos do Estado, além de Feiras e campanhas que envolvam o tema, como na Festuris Internacional, em Gramado/RS, Abav Nacional e trazer ao Estado eventos desse porte.

VIII) Implantar centros de informações turísticas nos municípios da região metropolitana e nos principais polos turísticos do Estado;

IX) Envolver e sensibilizar os moradores das regiões turísticas na promoção do turismo, transformando-os em multiplicadores nas localidades;

X) Levantar informações sobre a oferta turística do Espírito Santo e realizar anualmente pesquisas do fluxo turístico na baixa, média e alta temporada;

XI) Consolidar as rotas turísticas já existentes melhorando a infraestrutura e promovê-las através da divulgação a nível local, nacional e internacional.

XII) Construir, ampliar e providenciar melhorias nas rodovias dos municípios turísticos, prioritariamente, continuando e ampliando o programa Caminhos do Campo.

XIII) Atrair investidores para a implantação de projetos de infraestrutura hoteleira do tipo resort no litoral sul e norte do estado e hotel-fazenda nos municípios do interior.

XIV) Fazer um levantamento da infraestrutura das rodoviárias das cidades turísticas e viabilizar investimentos para, em parceria com os municípios, providenciar a modernização e melhorias necessárias para atender os turistas,

assim como da infraestrutura ferroviária, hidroviária e aérea, fazendo com que estes locais sejam atraentes para investimentos privados;

XV) Construção de infraestrutura de atracação e recepção de cruzeiros marítimos em Camburi, na Enseada do Suá, no Museu Vale, em Vila Velha e/ou Guarapari;

XVI) Implantação de marinas públicas para embarcações menores na região Metropolitana;

XVII) Incentivar e promover as diversas modalidades do turismo náutico, atraindo velejadores e navegadores de outros Estados e países;

XVIII) Fomentar uma grande competição brasileira anual de barco a vela no ES;

XIX) Apoiar e incentivar os esportes náuticos e competições na Lagoa Juparanã em Linhares, com a finalidade de atrair um número muito maior de turistas;

XX) Viabilizar recursos para a melhoria da infraestrutura do entorno da Lagoa Juparanã, como: estradas, sinalização, calçamento, quiosques, locais para guarda de barcos, pranchas e canoas, iluminação e atrair rede hoteleira para que o complexo lagunar seja um dos locais mais visitados do Espírito Santo;

XXI) Providenciar a construção dos atracadouros que farão a travessia da balsa entre São Mateus e Conceição da Barra, que já foram prometidos e até hoje não foram entregues;

XXII) Construir o Aeroporto Regional nas Montanhas Capixabas, onde já foi desapropriada uma área para essa finalidade, mais precisamente em Venda Nova do Imigrante, porém não foi construído;

XXIII) Melhoria dos aeroportos regionais de São Mateus, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari e Nova Venécia;

XXIV) Implantação de centro de eventos em Vitória e em outras regiões dos Espírito Santo, cujo foco principal na área turística é o Turismo de Negócios;

XXV) Promover eventos para fomentar o turismo de negócios nos Polos de Moda de Colatina, São Gabriel da Palha e Vila Velha, do Polo de Móveis em Linhares e do Polo de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim e norte do Estado;

XXVI) Desenvolver programas de capacitação do pessoal envolvido com o setor turístico para melhorar a qualidade de produtos e serviços prestados, identificando os profissionais e empresas com selos de qualidade, assim como estimular a oferta de cursos técnicos e superiores na área de hotelaria e cursos de idiomas

XXVII) Treinar e capacitar os agentes de segurança pública para atuarem nas áreas turísticas do Estado;

XXVIII) Possibilitar o aprimoramento da gestão pública do turismo através de capacitações permanentes de competência técnica dos gestores e de todos os profissionais envolvidos e valorizar os profissionais formados na área turística;

XXIX) Estar sempre em comunicação com as prefeituras a fim de criarmos parcerias no que for necessário e possível, fortalecendo as informações para as comunidades através de seminários regionais;

XXX) Criar políticas públicas para o desenvolvimento turístico, tendo como base o desenvolvimento sustentável;

XXXI) Realizar campanhas educativas voltadas para o turismo sustentável, principalmente em praias, cachoeiras, parques ecológicos, lagoas e rios;

XXXII) Em parcerias com as prefeituras, construir mirantes em locais de grande beleza paisagística em todo o Estado;

XXXIII) Criar o Circuito das Cachoeiras do ES, melhorando a infraestrutura desses locais, divulgando-o dentro e fora do Estado através de um mapa com as localizações e informações necessárias para o turista chegar em cada destino;

XXXIV) Fomentar o Circuito dos Pontões Capixaba, enfatizando o Turismo de aventura como o voo livre, o rapel, as trilhas e cachoeiras da região, fazendo uma ampla divulgação e estruturando o local para melhor atender os turistas;

XXXV) Em parceria com os municípios, elaborar projetos de construção de portais na entrada das cidades que expressem as culturas regionais, mas de forma padronizada na qualidade estrutural;

XXXVI) Buscar parcerias privadas para viabilizar o acesso a pontos turísticos através da construção de teleféricos, escadas rolantes e elevadores. Uma proposta do governo Manato é um teleférico ligando o Morro do Moreno e o Convento da Penha, em Vila Velha à Praça do Papa, em Vitória. Junto a esta proposta, implantar rodas gigantes em pontos turísticos;

XXXVII) Identificar novas fontes de captação de recursos públicos e privados;

XXXVIII) Atuar em parceria com outras Secretarias, principalmente com a Secretaria de Cultura para criar Festivais de Música com premiações em todas as regiões do Estado para atrair admiradores de estilos menos populares como Chorinho, Bossa Nova, Jazz, Moda de Viola e outros;

XXXIX) Verificar a viabilidade de Vitória voltar a sediar corridas do Circuito Automobilístico de Rua, que atraía, em média, 70 mil pessoas;

XL) Em parceria com a prefeitura de Vitória, transformar a Praça do Papa numa área realmente aprazível, de forma que seja frequentada por moradores e turistas, através de uma grande revitalização, com parquinho para crianças, bancos, quiosques à beira-mar, árvores, boa iluminação noturna, área exclusiva para cachorros, mirante e uma Cruz do Papa enfatizada e restaurada. Para isso,

realizaremos uma enquete com os capixabas para voltar a Cruz do Papa à cor branca, visto que muitas pessoas sugerem essa mudança.

XLII) Em parceria com a prefeitura de Vila Velha, revitalizar a Prainha, tornando-a um local confortável e seguro para moradores e visitantes e construir um grande monumento em homenagem à fundação do Estado do Espírito Santo. É lamentável como se encontra a região da Prainha, um local com uma importância história ímpar, deve ser preservado como um verdadeiro tesouro.

XLIII) Fomentar a Cultura do Espírito Santo através de seus festejos tradicionais, com foco em atrair visitantes do próprio Estado e de fora para conhecer e participar, atuando em conjunto com a Secretaria de Cultura.

XLIV) Levar os produtos típicos produzidos nas cidades do interior do Estado, como doces, mel, geleias, pães, bolos, biscoitos, queijos, socol, antepastos, massas e artesanato para lojas nos aeroportos nacionais e feiras de turismo em todo o Brasil, ampliando a divulgação do agroturismo e a economia familiar.

XLV) Fomentar o Enoturismo Capixaba através de visitas às vinícolas do Estado. Nosso objetivo é dar suporte aos produtores de vinho para que sua estrutura familiar possa se profissionalizar cada vez mais para receber o turista em suas plantações com visitas guiadas, criar lojas para a venda de vinhos e local apropriado para degustação em suas propriedades, criando o Circuito do Enoturismo.

XLVI) Em parceria com o Fundo de Investimentos Shelf 119 Multiestratégia, da gestora Quadra Capital, que administra o Porto de Vitória, com a Prefeitura Municipal de Vitória e com sociedade civil, estudar o que tem sido pensado para a revitalização do Centro da capital e acolher novas propostas, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento dos galpões do porto.

CONCLUSÃO

Nosso plano de governo é composto por propostas robustas e totalmente exequíveis. E será amplamente discutido nos próximos meses em debates constantes com representantes de classes, servidores, sindicatos e toda sociedade civil organizada.



Carlos Humberto Mannato
Candidato a Governador do Espírito Santo